



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

Regina Bezerra de Gouveia

**RELIGIÃO E SEXUALIDADE: INTERFACES DA INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE**

RECIFE/2017

Regina Bezerra de Gouveia

**RELIGIÃO E SEXUALIDADE: INTERFACES DA INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas: Ciências da Religião e Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral.

RECIFE/2017

G719r

Gouveia, Regina Bezerra de

Religião e sexualidade : interfaces da intolerância religiosa na na educação para a diversidade sexual na Rede Municipal de ensino do Recife / Regina Bezerra de Gouveia ; orientador Newton Darwin de Andrade Cabral.

163 f. p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

1. Religião. 2. Liberdade religiosa. 3. Representações Sociais. 4. Sexo. 5. Educação. 6. Discriminação de sexo na Educação - Recife (PE). I. Título.

2:613.88

Às minhas mães:

*Aquela, que concebeu substâncias, fibras,
para o achego das pulsões, primeiros afetos, desejos,
superou tantas lutas, para a dádiva da vida.
E aquela, que veio, aninhou, aqueceu, supriu meus olhos,
tutelou meus passos, revelou a fé e o amor sem fim.*

Ao meu pai, meu grande amor.

Ao meu filho, fruto amado e bendito.

As pessoas – de direito – LGBT.

AGRADECIMENTOS

À vida, engendrada pelos desejos, marulhar de desafios e prazeres, nem sempre risos, nem sempre lágrimas, visceralmente poética.

Ao(À) Deus(a), despido(a) de puídos, cisões e temores.

À Geruza e Maria, minhas mães e ao meu pai Euclides, pela possibilidade da vida com todas as suas delicadezas.

Ao Marcos Vinícios, meu filho, que definiu: “o mundo é feito de voltas”. Agradeço pelo trânsito, descobertas, voos altos, pousos e por trazer um infinito amor.

Ao tio Antônio e a tia Maura sempre presentes na minha trajetória. Gratidão!

Aos diferentes amores, todos verdadeiros, exitosos e eternos, pelos profundos encontros e múltiplos afetos.

Ao meu orientador, Newton Cabral, pela humanidade, acolhimento e flexibilidade. Por ser na condução deste trabalho a ponte segura entre conhecimento e realização, minha terna estima pela sua colaboração e presença.

Ao professor Gilbraz Aragão, por revelar saberes fecundos, que sustenta a dialética entre o Deus das controversas e o diálogo inter-religioso, onde é possível a coexistência entre o erótico e o sagrado.

À professora Lilian Conceição, que participou na avaliação deste trabalho, com encantadora sabedoria, amorosidade e empoderamento. Grata pelas considerações que deram relevo a este trabalho.

À Patricia Amazonas, que incentiva meus passos, pelo vínculo fraterno, mão amorosa, ombro-abrigo e coração disponível, grata.

À amiga Suzana Lins pela vibração diante das minhas realizações. Por sua presença amiga, minha gratidão.

Ao professor Luiz Alencar Libório pela afetuosidade e sabedoria, importante contribuição nessa etapa.

Ao meu querido e afetuoso amigo, Valdir Melo, companheiro em profundos diálogos e apoio em muitos momentos.

Às amigas: Eunaide Monteiro, Madalena Silva, Maria Edjane, Adriana Figueirêdo e Márcia Matias pelos risos, descontrações, trocas significativas e apoio durante as aulas no mestrado.

Aos amigos Eron Queiroz, Edson Araújo, Ricardo Jorge, Geraldo de Araújo, Alexandre L'Omi L'Odò e Rafael Vilaça pelos encontros nesse lindo momento. Grata por todas as vibrações, assistências e produtivas conversas. A turma décima primeira do mestrado em Ciências da Religião.

Às professoras Sylvana Brandão e Zuleica Dantas. A todos os professores (Drance Elias, José Tadeu e João Luiz) que ministraram as disciplinas e diálogos com frutíferas considerações.

À Secretaria de Educação do Recife, que por meio das políticas públicas de formação docente, possibilitou a realização desta etapa.

À Katia Marcelina, pelo exemplo de força, determinação e pelo importante legado a educação. À equipe da Escola de Formação Professor Paulo Freire, pelo suporte e pela convivência humana.

Ao GTES, que possibilitou um continuum descobrir em trânsito pelos perímetros da sexualidade na educação, na vida, em defesa aos direitos humanos. As companheiras neste trabalho: Silvana Oliveira (aposentada), Flávia Verçosa, Lúcia Bahia, Vilma Lins, Valdir Melo e Rosimere Penha. Ao GTÊRE, importante trabalho que possibilitou o encontro com minha negritude, em especial a Fátima Oliveira, Cristina Nascimento, Patrícia Freire, Marcia Sena e Carmem Dolores.

Em especial ao amigo Waldison Duarte, pela recepção em seu aconchegante lar, pelas maravilhosas dicas e pelo carinhoso presente (Trópicos do pecado), que muito contribuiu na escrita deste trabalho.

Ao admirável, gentil e imensamente humano Maxwell Vignoli, Promotor de Justiça, pela atuação em defesa aos direitos humanos e à causa LGBT, inspiração para a realização deste trabalho.

Ao psicanalista, Manoel Ferreira, pela presença, escuta e cuidado.
A todos os ativismos afirmativos da diversidade e libertários das humanidades.

*O prazer nascendo dói tanto no peito que se prefere
sentir a habituada dor ao insólito prazer.
A alegria verdadeira não tem explicação possível,
não tem a possibilidade de ser compreendida
e se parece com o início de uma perdição irrecuperável.
Esse fundir-se total é insuportavelmente bom
como se a morte fosse o nosso bem maior e final,
só que não é a morte, é a vida incomensurável
que chega a se parecer com a grandeza da morte.
Deve-se deixar inundar pela alegria aos poucos
pois é a vida nascendo. E quem não tiver força,
que antes cubra cada nervo com uma película protetora,
com uma película de morte para poder tolerar a vida.
Essa película pode consistir em qualquer ato formal protetor,
em qualquer silêncio ou em várias palavras sem sentido.
Pois o prazer não é de se brincar com ele.
Ele é nós.*

Clarice Lispector

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ALEPE - Assembleia Legislativa de Pernambuco

AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

APA - America Psychiatric-Psychologia Association.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

CNE- Conselho Nacional da Educação.

CNS - Conselho Nacional de Saúde.

CTD- Contrato por Tempo Determinado.

D.O.E - Diário Oficial do Estado.

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica.

GOM- Grupo Organizacional do Magistério

GDE - Curso Gênero e Diversidade na Escola - UFPE, Recife – PE.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra.

GTÊRE- Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais.

GTES - Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade.

GTOS - Grupo de Trabalho de Orientação Sexual.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MEC - Ministério da Educação.

OMS - Organização Mundial de Saúde.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

PEE - Plano Estadual de Educação

PME - Plano Municipal de Educação

RMER - Rede Municipal de Educação do Recife

SER - Secretaria de Educação do Recife

TRS - Teoria das Representações Sociais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Perfil de Participantes..... | 118 |
| Quadro 2 | Gênero..... | 123 |
| Quadro 3 | A semântica das Palavras..... | 124 |
| Quadro 4 | Categoria Diversidade Sexual, subcategoria “definições da Diversidade Sexual”..... | 125 |
| Quadro 5 | Categoria Diversidade Sexual, subcategoria “estruturas sócias resistentes”..... | 128 |
| Quadro 6 | Categoria Diversidade Sexual como Política de Ensino, subcategoria “consequências negativas da Diversidade Sexual na Política de Ensino”..... | 135 |
| Quadro 7 | Categoria Diversidade Sexual como Política de Ensino, subcategoria “consequências positivas da Diversidade Sexual na Política de Ensino”..... | 139 |

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre a interface representativa acerca das conexões entre sexualidade e religião, bem como, investigar as representações sociais de docentes da Rede Municipal de Ensino do Recife, que promulgam identidades religiosas e suas percepções em torno da diversidade sexual, presente no espaço escolar e enquanto Política de Ensino do Recife. A Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003) foi escolhida para compreender os sentidos compartilhados por docentes em torno da Diversidade Sexual a partir da implementação da Política de Ensino do Recife. Como aporte teórico, utilizamos o conteúdo de Bardin (2011) para analisar e interpretar os dados na apreensão de respostas que apresentem direções possíveis para harmonizar os recorrentes conflitos entre religião e a educação afirmativa das identidades plurais, das diferenças e dos direitos LGBT. A análise dos dados revelou que as RS abrigam contradições e incoerências, diante da Diversidade Sexual e da Política de Ensino, em função das crenças religiosas. Outro resultado notório é o alto percentual de docentes que desconhecem a base teórica da Educação em Sexualidade presente na Política de Ensino do Recife. Os resultados obtidos com a pesquisa sinalizam que alguns caminhos para solucionar os conflitos indicam que respostas nas perspectivas sociais, individuais e plurais precisam vir tanto pela via educacional, acadêmica, social, quanto pela via religiosa.

Palavras-chave: Sexualidade. Religião. LGBT. Intolerância religiosa. Representação social;

ABSTRACT

This research aims to reflect the representative interface about the connections between sexual and religion, as well as to investigate the social representations of Recife Municipal Education Network – RMER – teachers, with religious identities, around the Recife. We chose the Theory of Social Representations of Moscovici (2003) to understand the meanings shared by teachers about Sexual Diversity from the implementation of the Education Policy of Recife. We use Content Analysis, by Bardin (2011), to analyze and interpret the data in the apprehension of responses that present possible directions for harmonizing the recurring conflicts between religion and the affirmative education of plural identities, differences and LGBT rights. The analysis of the data revealed that RS harbor contradictions and inconsistencies, in the face of sexual diversity and education policy, depending on religious beliefs. Another notable result is the high percentage of teachers who do not know the theoretical basis of Sexuality Education present in Recife's Education Policy. The results that point out some ways to solve the conflicts point out that answers from the perspective of social, human and plural need to come as much through the educational, academic and social, as through the religious way.

Keywords: Sexuality. Religion. LGBT. Religious Intolerance. Social representation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 RELIGIÃO E SEXUALIDADE: TERRITÓRIOS DEMARCADOS POR INTERPRETAÇÕES DESCONTEXTUALIZADAS, REPRESSÕES E RESISTÊNCIAS | 20 |
| 1.1 Religião: delineamentos e mecanismos..... | 20 |
| 1.2 Religião e sexualidade, vastos acoplamentos nas curvas do tempo..... | 23 |
| 1.3 Patriarcado, misoginia e heteronormatividade: controle e poder pela fé..... | 27 |
| 1.4 A política religiosa no Brasil nos parâmetros da homofobia..... | 41 |
| 1.5 Educação em sexualidade nos parâmetros dos Direitos Humanos..... | 56 |
| 1.6 Respostas da via político-religiosa: alteridade na fé..... | 64 |
| 2 O MARTÍRIO DA VIDA PELO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO, A SALVAÇÃO PELAS TRANSGRESSÕES DO DESEJO..... | 73 |
| 2.1 Fundamentalismo a serviço do martírio da vida..... | 73 |
| 2.2 A hermenêutica da sexualidade nos corpos..... | 78 |
| 2.3 No campo do gênero: florem expressões e identidades..... | 81 |
| 2.4 Orientação sexual – o desejo é o paradigma..... | 85 |
| 3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES, COM IDENTIDADES RELIGIOSAS, EM TORNO DA DIVERSIDADE SEXUAL COMO POLÍTICA DE ENSINO | 91 |
| 3.1 Breve históricos da Representação Social..... | 91 |
| 3.2 O que são Representações Sociais e como se originou a teoria.... | 95 |
| 3.3 Ancoragem e Objetivação..... | 102 |
| 3.4 As abordagens em Representações Sociais..... | 107 |
| 3.5 A Abordagem cultural de Denise Jodelet..... | 108 |
| 3.6 Metodologia da pesquisa..... | 111 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 3.6.1 | Campo de Pesquisa e participantes..... | 115 |
| 3.6.2 | Procedimentos de coleta dos dados..... | 119 |
| 3.6.3 | Análise dos dados..... | 122 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 142 |
| | REFERÊNCIAS..... | 147 |
| | ANEXOS..... | 157 |
| | APÊNDICE..... | 158 |

1. INTRODUÇÃO

*É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado para sempre
À margem de nós mesmos*

Fernando Teixeira

A pesquisa tem por finalidade investigar e analisar a interface representativa entre a religião e a sexualidade, quanto às tensões provenientes da intolerância religiosa e da educação para diversidade sexual na Rede Municipal de Ensino do Recife (PE), tendo como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais – (RS), de Serge Moscovici (2003).

Apresentamos como propósito de nossa pesquisa o desejo de identificar as representações sociais de docentes da RMER, no tocante às identidades religiosas, em torno da diversidade sexual presente no espaço escolar; desse modo, investigar os sentidos compartilhados por docentes da RMER sobre a Diversidade Sexual como Política de Ensino do Recife¹, e como essas² conduzem esta equação na prática docente, mediante suas identidades religiosas, bem como, analisar os dados das RS de docentes, referentes às identidades religiosas a partir da implementação da Política de Ensino do Recife.

¹ Política de Ensino da Rede Municipal do Recife- Apresenta os subsídios da organização curricular no Caderno 1 – Fundamentos teórico-metodológicos, sua primeira edição foi lançada em dezembro de 2012, em que incluiu a Orientação Sexual no eixo Diversidade, como Política de Ensino, não mais como tema transversal. Essa produção foi reeditada e lançada em 2014. O Caderno 2 foi lançado em julho de 2015 e apresentará os Direitos de Aprendizagem do corpo, das relações e justiça de gênero e da diversidade sexual, adequados para educação infantil até educação de jovens, adultos/as e idosos/as (RECIFE, 2014). Este documento, contemporâneo, é fundamentado em princípios éticos de liberdade, solidariedade, participação e justiça social, que sugere o respeito à diversidade sexual no cotidiano escolar – provocará ampliação do diálogo entre estudantes, docentes, família, comunidade, religiosas e não religiosas sobre a diversidade sexual e, conseqüentemente, as questões de gênero, ou se haverá reação contrária, com resistência a seu direcionamento, por parte de docentes com declarada identidade religiosa frente à sexualidade pluralista.

² As flexões de gênero serão adotadas neste trabalho no feminino, sempre que possível, concordando com o substantivo feminino: pessoa. Por entendermos que o termo serve para nomear a espécie humana.

O interesse para investigar essa temática surgiu a partir do nosso ingresso no Grupo de Trabalho de Orientação Sexual / GTOS³ da Secretaria de Educação do Recife, intensificou-se em função da experiência nas formações, nas quais registramos as resistências da família, e, sobretudo, de docentes, que atuam tanto na sala de aula, quanto na gestão, coordenação e demais funções, em relação às questões da sexualidade, principalmente, quando há uma identidade religiosa.

Outro contexto que nos instigou a refletir sobre o tema deu-se em função da participação no curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE⁴ da UFPE (2014), cujo momento, mais uma vez, a intolerância religiosa apresenta-se como um entrave para garantir o respeito à diversidade sexual na escola.

Sendo assim, com base na referida problemática, nos inclinamos a realizar uma pesquisa com o objetivo de verificar a conexão representativa entre a religião e a sexualidade e como são administradas as tensões decorrentes da intolerância religiosa e a prática docente para efetivar uma educação em Diversidade Sexual na Rede de Ensino Municipal do Recife.

Vale ressaltar que o lugar de pesquisadora faz interface não apenas com a condição de integrante do GTES, que participou efetivamente da elaboração da Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife, nesta produção acadêmica se mesclam elementos da pessoa negra, bissexual⁵, feminista, educadora da Rede Municipal de Educação do Recife, que realiza discussão em torno da temática. Reafirmar essas identidades faz jus ao referencial teórico adotado desde o início deste trabalho e da prática docente.

³ O Grupo de Trabalho em Orientação Sexual, que desde 1994 incorporou esta nomenclatura, com a escrita da Política de Ensino, em 2014, optou pela nomenclatura Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade - GTES termo que vem sendo empregado pela UNESCO (2014, p. 11).

⁴ GDE -Curso Gênero e Diversidade na Escola - Curso de Aperfeiçoamento Semipresencial – Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife – PE. 2014.

⁵ “Ter que guardar a própria sexualidade como um segredo coloca o sujeito em posição de objeto do discurso alheio, sob o permanente risco de se ver exposto pelos “outros”. Contudo, no momento que o “objeto” da injúria decide falar sobre si, assumindo publicamente a injúria como parte de sua identidade e questionando a carga negativa que lhe é atribuída, ocorre uma reversão parcial dessa relação entre o sujeito heterossexual que fala e o Outro homossexual.” (NATIVIDADE, MARCELO. 2013, P. 115). Segundo Eribon (2008, P. 73) apud Natividade e Oliveira, quando o homossexual se assume: “[...] o heterossexual considera que o homossexual se comporta mal, exagera, “ se exhibe”, provoca... Assim, o homossexual só pode ser o objeto do discurso, e se torna insuportável tão logo pretenda ser sujeito.)” (NATIVIDADE, MARCELO. 2013, P. 115).

Desse modo, não nos situamos em um lugar de neutralidade absoluta nesta escrita. Pois, segundo Nóvoa (2000, p.17): “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal”, assim também, não se desvincula a pesquisadora da identidade LGBT⁶ e das ideias em defesa da causa LGBT. Neste tocante Minayo (1995) ressalta que a neutralidade não é possível na sua totalidade.

Portanto, pesquisamos aquilo que nos afeta, nos toca de alguma forma, este afeto diante do tema reflete nosso itinerário, carrega nossas inquietudes, gera e imprime a seleção de nossas interpretações, enquanto outras interpretações são desviadas. A absoluta neutralidade é descartada por Minayo (1995). A autora destaca que toda pesquisa carrega e atende a uma ideologia.

Essa pesquisa transcorrerá no momento da implementação da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife⁷, destacamos um aspecto relevante neste processo, a instauração da Educação em Sexualidade, como Política de Ensino, cujo fato configura uma ação pioneira, de vanguarda.

Uma realização extremamente urgente frente ao painel conflitante na sociedade e nas escolas, no tocante às identidades sexuais, cuja problemática – refletida em antigas e recentes pesquisas – aponta para a exclusão de lésbicas, gays, transexuais, travestis e intersexuais- LGBT da/na escola, em decorrência de discursos baseados no fundamentalismo religioso, dificultando a garantia dos direitos sexuais e humanos na educação, processo que se opõe à Constituição Federal, a qual defende o Direito à Educação para todas as pessoas.

Nesse contexto, a pesquisa se justifica pela incidente interposição de religiosos nas questões sociais, políticas públicas/processo educacional em todo o país. Esta participação distingue-se, majoritariamente, com discursos

⁶ LGBT – Sigla referindo-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Até 1992 o termo usado era MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). O termo “lésbicas” foi inserido a partir de 1993, já “gays e lésbicas”, em 1995. O termo “travestis”, em 1997. Apenas em 2005, foi incluído “bissexuais e transexuais”. A mudança da sigla optando pelo L (lésbicas) na frente foi reivindicação do movimento feminista, para dar visibilidade à mulher lésbica, segundo Simões (2009). A partir dos estudos em sexualidade, desde o século IX aos tempos atuais, houve o reconhecimento das inúmeras identidades de gêneros. A lista foi sendo ampliada, há pessoas que utilizam a sigla: LGBPTTQQIIAA+ (nesta sigla inclui as pessoas Lésbica, Gay, Bissexual, Pansexual, Transexual, Transgênero, Queer, Questioning, Intersex, Assexuado, Ally e Androginia). A sigla muda em outros países e em função dos movimentos militantes. Elegemos o uso da sigla LGBT adotada pela Conferência Nacional dos Direitos Humanos no Plano Nacional LGBT 2016.

⁷ Este documento foi publicado em 2015, sua distribuição na RMER se estendeu no ano subsequente, em paralelo com a formação docente, no formato da aula-atividade, seminários e palestras.

intolerantes, excludentes, preconceituosos. Em nosso estado, citamos a polêmica que ocorreu em 2010, em Recife, com o livro *Mamãe, como eu nasci?* De Marcos Ribeiro (2002), adotado pela prefeitura para estudantes com idade entre 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

O livro de educação sexual, referendado pelo educador Paulo Freire, aborda temas como: mudanças corporais, masturbação, relação sexual e prevenção ao abuso sexual infantil.

Um pai evangélico, que reprovou a adoção deste livro, procurou um vereador com a mesma identificação religiosa, em decorrência, em meio aos discursos reprobatórios, foi realizada uma denúncia ao Ministério Público, o que ocasionou uma audiência pública na câmara, com a finalidade de discutir a Educação Sexual nas escolas municipais do Recife e a utilização do livro.

Também citamos a publicação no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) em 12/06/2015, do Pastor Cleiton Collins, cuja declaração defendeu a eliminação, no Plano Estadual de Educação (PEE), dos tópicos relativos a gênero e orientação sexual, bem como, as questões relativas à formação inicial e continuada de profissionais de educação, sobre gênero e diversidade sexual. O PEE foi aprovado em 25/06/2015, sem fazer referência ao gênero e à orientação sexual. A questão da diversidade e do respeito aos direitos humanos surgem de forma genérica, sem especificar o combate a homofobia e misoginia, por exemplo.

O Plano Estadual de Educação contempla a diversidade cultural, local, étnico-racial, das práticas pedagógicas, do campo e dos instrumentos de avaliação, não menciona a diversidade sexual. Quanto ao Plano Municipal de Educação (PME), esse já foi aprovado em 22/06/2015 na câmara, tendo sido suprimido todos os aspectos textuais relativos ao gênero e à diversidade sexual, em função da rejeição da maioria dos/as parlamentares municipais, alguns desses, em função da declarada identidade religiosa.

Defendemos que outras formas de religiosidade são possíveis, para além da interface: identidade religiosa e intolerância religiosa, este último episódio é reflexo de estreitos pontos de vista e/ou desejo latente de promover a exclusão.

Logo no início deste trabalho, apresentamos uma lista das siglas que compareceram ao logo da dissertação, incluímos o índice dos quadros, aqui

apresentados. Dividimos este trabalho em três capítulos, em seguida há as considerações, os anexos e, por último, as referências.

No primeiro capítulo intitulado: Religião e sexualidade: territórios demarcados por interpretações descontextualizadas, repressões e resistências, tencionamos refletir, por meio do referencial teórico, sobre as interfaces representativas acerca das conexões entre sexualidade e religião, bem como, elaborar uma síntese acerca da construção religiosa cristã frente à diversidade sexual, que se configura como aporte para a intolerância religiosa e para as repressões voltadas para a sexualidade, em decorrência das interpretações descontextualizadas perante todo um conhecimento científico da sexualidade.

Neste capítulo, percorremos os delineamentos e mecanismos da religião, apresentamos sua interface com a sexualidade, como historicamente foi construída a intolerância religiosa perante a Diversidade Sexual, expressa na homofobia e suas expressões. Explanamos sobre o patriarcado, misoginia e a heteronormatividade, controle e poder exercidos em nome da fé, e sobre as interferências político-religiosas na questão da educação em sexualidade. Introduzimos uma breve apresentação das leis educacionais que recomendam a educação em sexualidade, da escrita da Política de Ensino da RMER. Incluímos neste capítulo uma abordagem sobre as respostas da via política-religiosa pela alteridade na fé e as contribuições do campo epistemológico das Ciências da Religião para refletir e ultrapassar a visão especulativo-dogmática religiosa, diante das sexualidades.

Em seguida, propusemos o segundo capítulo que nomeamos: O martírio da vida pelo fundamentalismo religioso, a salvação pelas transgressões do desejo. Neste capítulo, abordamos sobre as bases do fundamentalismo, sua contribuição pedagógica a serviço do sofrimento humano, na manutenção da monocultura, da exclusão da diversidade e das humanidades, que provoca muitos martírios na vida das pessoas LGBT. Refletimos e analisamos o papel que o desejo (entendido como forças tangenciais em direção ao prazer) opera a serviço da transgressão das normas hegemônicas. Realizamos algumas exposições sobre as motivações de uma hermenêutica da sexualidade, nos corpos, nos gêneros e na orientação sexual. Explanamos sobre a salvação da

diversidade pelas vias das transgressões, cujo paradigma é o desejo, esse que movimenta e ancora nossa subjetividade.

O terceiro capítulo, intitulamos: representações sociais de docentes, com identidades religiosas, em torno da Diversidade Sexual como Política de Ensino. Neste capítulo fizemos uma explanação em torno da Teoria das Representações Sociais - TRS, embasadas nos estudos de Sergi Moscovici, em Paris no século XX, cujo aporte teórico contextualiza e evidencia os saberes humanos e suas interfaces com a comunicação, com o senso comum. Também delineamos o percurso metodológico e a análise dos dados coletados, com suporte da Análise do Conteúdo de Bardin (2011), refletimos sobre os resultados e as possíveis inferências à luz do campo teórico da sociologia, história, psicologia, pedagogia, estudos feministas, LGBT e das ciências da religião.

Neste capítulo, apresentamos nossas considerações finais, cientes de que sinalizamos, ao interpretar os dados, para uma, dentre tantas, direções possíveis. Assim, neste percurso abdicamos de algumas vias ideáveis e fizemos nossas escolhas, porém, toda pesquisa mantém inalterável um mundo aberto de interpretações por vir. Em nossas considerações finais, buscamos evidenciar os desafios e as fragilidades, para garantir uma educação na perspectiva da Política de Ensino do Recife, sem perdermos o “*tempo da travessia*”, no intuito de efetivar avanços plausíveis entre a religião e as sexualidades para a valorização da diversidade humana.

1. RELIGIÃO E SEXUALIDADE: TERRITÓRIOS DEMARCADOS POR INTERPRETAÇÕES DESCONTEXTUALIZADAS, REPRESSIONES E RESISTÊNCIAS

Nossa sociedade é aparentemente obcecada por sexo – assim como nossas religiões.
Endjso, 2014

Neste capítulo, iremos dissertar em torno de conceitos da religião, principalmente, sobre o curso da religião cristã e sua imbricação na/para sexualidade, mediante a indexação da religião com o patriarcado, a misoginia e a heteronormatividade. Abordaremos a política religiosa na vertente da homofobia e na perspectiva da alteridade. Além de sinalizar para a educação em sexualidade e seus desafios perante as reincidentes interposições religiosas homofóbicas.

1.1 RELIGIÃO: DELINEAMENTOS E MECANISMOS

Conceituar religião não é tarefa simples. Trata-se de um conceito que abriga muita complexidade, pois, refere-se a um fenômeno amplo e complexo para ser apreciado, como defende Piche (2013); ao termo são aderentes muitas interpretações, desde aquelas de natureza etimológica, que apontam ao que é relativo a *unir, ligar, religar, a criatura ao criador*, até concepções mais amplas que definem a religião como uma forma humana, histórica e política de existir e viver.

Outras concepções entendem a religião como fruto de elaborações psíquicas, subjetivas, exteriorizações da mente. Em concepções mais objetivas, a religião é compreendida como um conjunto de práticas, ritos e sentimentos de determinadas culturas (PICHE, 2013), que confere formas de organizar a vida em sociedade.

A partir da sua formação, a religião regula a vida íntima e coletiva, produz uma cultura, institui identidades, estabelece uma lógica de difícil contestação. Como discorre Jansen (2014):

Para bem entendermos o significado da existência da religião e avaliar sua influência dentro de uma sociedade, precisamos percebê-la, primeiramente, como um fenômeno eminentemente social, cujos

princípios são expressões características de vida coletiva, ou seja, valores projetados ou codificados da cultura humana, carregados da identidade própria do grupo e da santidade de suas tradições. [...] Diante dessa apropriação, renunciar a ela equivale a negar o próprio ser, a ordem universal e o seu papel nesta ordem. (2014, p. 84).

Portanto, diante dessa estrutura, da sua intrínseca relação com a vida privada e social, que estabelece identificações como indivíduo e quanto grupo, amparados pela áurea do divino, do intocável, torna-se tarefa difícilíssima transpor sua lógica na leitura de mundo, das coisas e dos seres. Ainda mais por atribuir um caráter universalista, que comumente as religiões apregoam, em relação aos seus princípios.

Ao analisar a história humana, é intrínseca a busca pelo rito, pelo divino, pela mágica. Ou seja, faz parte da nossa espécie o desejo pelo sagrado. É ontológico o desejo de buscar a assistência divina transcendental, desejo que ocupa centralidade do interesse das humanidades, em diferentes culturas. De acordo com Oliveira (2014, p. 45), “na história humana, a religião se revela intrinsecamente ligada ao homem e às múltiplas dimensões de sua trajetória.” Os nomos produzidos pelas religiões conferem proteção e plausibilidade para a vida em sociedade, entre outros recursos e veículos sociais.

Noutra direção, Sergio Miceli, apresenta algumas considerações em torno da teoria da religião, expostas por Weber, filósofo e sociólogo francês, do século XX, para quem as religiões apresentam funções e paradigmas que ultrapassam a busca pelo divino, sendo responsáveis por estratificar uma lógica social, de natureza política e econômica. Segundo Weber:

A religião como garantia e proteção, justificação e legitimação de interesses econômicos e sociais: proteção de bens materiais, proteção a propriedade, proteção das barreiras sociais etc. A religião serve interesses extra-religiosos na medida em que instaura um sistema de símbolos ordenados em torno de ética. Na verdade, não passa de um sistema de regras e normas, de um *habitus* que orienta as condutas e os pensamentos dos leigos, de acordo com uma doutrina que justifica a ordem social prevalecente numa determinada sociedade. *A eficiência desta doutrina acerca da ordem do mundo reside no fato de que retira do plano das relações sociais objetivas o arbítrio e o controle desta ordem, que passa a ser entendida como produto de uma vontade divina e inacessível.* (2005, p. 59, In Bourdieu, 2005). Grifo nosso.

Desse modo, na perspectiva weberiana, os aparatos religiosos além de conceberem uma realidade social, também “ordenam, classificam, sistematizam e representam o mundo natural e social em bases objetivas e

nem por isso menos arbitrária” (BOURDIEU, 2005, p. 60). Desse modo, se ergue em torno da religião um poder que destitui a liberdade e a autonomia das pessoas, para daí manter uma ordem social com a roupagem do divino.

Destacamos que em torno dos simbolismos religiosos que estabelecem sentidos e roteiros para a membresia, ainda podemos analisar o domínio das práticas e representações por meio do *habitus*, conceito descrito por Bourdieu (2005, p. 40), como “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. ”

Nessa perspectiva, “as práticas sociais resultam da relação dialética entre uma estrutura – por intermédio do *habitus* como *modus operandi*” (2005, p. 40, grifo do autor). Portanto, o *habitus* gera um sistema duradouro, atrelado às experiências passadas, que produzem um aparelhamento destinado a fornecer regularidades, percepções, ações, roteiros, uma praxe social, que restringe os improvisos, regula as classes e seus deslocamentos.

Nessa vertente, a religião seria, para Weber, um instrumento de poder que busca conservar e legitimar (consagrar) o poder dos dominantes. A religião estaria “em favor de um grupo ou de uma classe, diferenciam-se necessariamente de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa: a) na estrutura das relações de classe; b) na divisão do trabalho religioso”. (BOURDIEU, 2005, p. 50).

Desse modo, compreendemos a relevância e o alcance da religião na construção da sociedade e da cultura, na conservação do *habitus* de classe e grupos. Para além dessas conceituações, há outras óticas para analisar a religião, não podemos restringir algo tão complexo, que abriga elementos imponderáveis. Não queremos incorrer no erro de limitar as possibilidades e delicadezas humanas, de sentir e realizar o fenômeno religioso.

Outras apreciações são possíveis, aqui elegemos um recorte, uma direção. Examinamos esse fenômeno sobre uma ótica sociológica que evidencia os mecanismos da religião cristã, que impressiona e promove uma realidade, estabelece códigos morais e éticos para as várias facetas da vida em sociedade, para o trabalho, a produção, o consumo, o lazer. Como também, para a sexualidade na perspectiva do patriarcado, nesse sentido, aprofundaremos nos itens a seguir.

1.2 RELIGIÃO E SEXUALIDADE - VASTOS ACOPLAMENTOS NAS CURVAS DO TEMPO

Pelos registros históricos, identificamos a presença marcante da religião na seara da sexualidade, os recortes e testemunhos revelam vastos acoplamentos entre a religião e o sexo nas curvas do tempo. Neste contexto, o sexo é apresentado, quase sempre, como um problema a ser solucionado com preceitos regulatórios, atenuantes ou retificadores, com raras exceções.

Em todas as sociedades humanas a presença da religião e da sexualidade permeia, compartilhando sentidos e signos que produzem cosmovisões, representações polissêmicas e polimorfos de complexas apreensões. No Ocidente, identificamos nestes fenômenos inúmeros arrolamentos com outros marcadores sociais, em um jogo de controvérsias e incongruências, sendo o patriarcado, a misoginia e a heteronormatividade as principais regências.

Identificamos nas religiões uma constante elaboração de elementos normativos para o sexo, a alimentação, as vestimentas, o trabalho e para regular as relações entre os gêneros com marcas frequentemente desiguais e excludentes, principalmente, entre as religiões monoteístas.

Endjso (2014) assevera que a sociedade é, na sua aparência (e dinâmica), extremamente obcecada por sexo, e o sexo é apenas uma genuína camada da sexualidade. Correlata, quanto fenômeno social, a religião também é obcecada por sexo e sexualidade, produzindo, comumente, processos conflitivos, violentos, patológicos e discriminatórios.

A resistência ao sexo é marca do cristianismo, mesmo a cópula conjugal, única condição aceitável para o sexo, dentro do casamento heterossexual, com fins reprodutivos, como relata Endjso (2014) só passou a ser aceito como obrigação a partir do século XII, associada à união corpórea entre Cristo e a Igreja, mesmo assim essa simbologia foi rejeitada durante séculos por alguns teólogos. Havia críticos conhecidos como São Jerônimo, que condenavam o ardor excessivo entre cônjuges.

O melhor seria a abstenção, a suspensão do sexo e do prazer. O lugar que coube ao sexo dentro das escrituras e narrativas segue nessa direção, o

sexo não é algo confiável, confortável, recomendável, para aquelas que desejam a salvação, pela perspectiva cristã. Vale ressaltar, que como a religião, o sexo perpassa nossa historicidade, com presença marcante através da transgressão, sua resistência aos modelos restritivos resultado da perspectiva sexofóbica, androcêntrica, heteronormativas das religiões cristãs é tangível. Delineia-se, ao longo da história, um embate entre duas forças perturbadoras e transformadoras.

Revisitar a história é importante para compreender o percurso do sexo e da religião. Os relatos e registros, de forma genérica e efetiva, em torno da sexualidade, na Antropologia, na História e na Sociologia, por exemplo, permite perceber que em todas as épocas há notas sobre as expressões e identidades⁸ de gênero, orientação sexual e comportamentos sexuais, para além das normas, alguns desses recortes abordam o tema do sexo no perímetro da religião.

No evento da colonização na América Latina, identificamos muitos relatos sobre a sexualidade dos povos indígenas e dos grupos negros escravizados. Muitos desses relatos são demarcados por preconceitos, descrições moralistas e puritanas, que desvalorizam a cultura, os saberes e as experiências sexuais destes grupos (VAINFAS, 2014).

Sousa *apud* Simões (2009, p. 23), descreve práticas sexuais de indígenas dando ênfase às questões eróticas, com um alto teor de condenação:

São os tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam. [...] São muito afeiçoados ao pecado nefasto, entre os quais não se têm por afronta; e o que se serve de macho, se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem por mulheres públicas. ”

É notório o juízo de valor negativo e a descrição moralista por parte da comunidade portuguesa, diante das vivências sexuais dos povos indígenas, ao

⁸ Expressão de Gênero refere-se às diversas formas de expressar e demonstrar a feminidade e/ou a masculinidade, diz respeito ao comportamento, a maneira de agir que é muito marcado pela cultura. Identidade de Gênero refere-se à forma como a pessoa se reconhece, o gênero com que a pessoa se identifica, para além do sexo biológico, na ordem do simbólico, podendo ser binário (homem ou mulher) ou não-binário. De acordo com identidade de gênero, a pessoa se reconhece como cisgênero (quando há uma correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero) ou transgênero (quando não há a linearidade entre sexo e identidade). Porém, convem destacar que não há uma Cisgeneridade/transsexualidade universal, original (BENTO, 2006), mas sim uma diversidade e devir.

nomear de “bestialidade” as experiências homossexuais, destituem os/as praticantes de humanidade e constrói uma natureza animal e inferior (BENTO, 2006). Nomear de desumano as práticas sexuais é uma eficaz forma de produzir sentido negativo e controle da sexualidade. Ainda, segundo Gandavo *apud* Simões (2009, p. 23) ocorre a seguinte descrição sobre as mulheres indígenas, sugerindo a ocorrência de diversa expressão de gênero ou da transexualidade⁹:

Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade de, e assim não se casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem consentirão, ainda que por isso as matem. Estas deixam todo exercício de mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e flechas e à caça: enfim que andam sempre na companhia dos homens. E cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casados.

Esse registro demonstra a rejeição à diversidade de expressão e à identidade de gênero, em busca do cumprimento das regras de gênero e da definição heteronormativa. Essa crítica declara a negação da autonomia, da subjetividade, da cultura, pois, não há condição biológica, que defina os papéis sociais e sexuais humanos. De acordo com Stearns (2010, p.119):

os europeus rapidamente censuraram também o costume indígena comum de identificar certos grupos de pessoas que assumiam as características de gênero atribuídas ao sexo oposto, às vezes praticando atividades homossexuais ou, o que era mais frequente, bissexuais.

Desse modo, entendemos que as marcações de gênero não eram rígidas entre certos grupos indígenas, as possíveis condenações e cerceamentos foram sendo apreendidos no processo de exploração. Sem, no

⁹ Transexualidade, na lógica da patologização, está enquadrada no Código Internacional de Doenças - CID 10, capítulo V- Transtornos mentais e comportamentais, no grupo: Transtorno da personalidade e do comportamento adulto. Código 64- Transtornos da Identidade Sexual. Nos seguintes termos: Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência ao seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimpo.aspx?area=ES/VerClassificacoes&idZClassificacoes=366>>. Há um potente movimento que reivindica a exclusão da transexualidade do CID em discussão no meio médico e acadêmico, em decorrência dos estudos em gênero. Berenice Bento (2006) relata que há uma construção universalista e genérica da transexualidade. Que sedimenta uma verdade do gênero, sem ambiguidades, restrito ao binarismo heteronormativo. No entanto, a autora defende que há uma pluralidade na transexualidade, assim como há uma diversidade de mulheres e homens, de feminilidades e masculinidades. Limitar, pode também ser outra forma de afirmar as normas de gênero e a heteronormatividade.

entanto, fazer generalizações, pois havia, no Brasil, muitos grupos indígenas, não há especificação a qual grupo se refere esses relatos.

Mott registra casos julgados pela Inquisição, no Brasil, no século XVI:

“Somitigos, tibirá e jimbanda”. Esses são os termos encontrados nos processos da Inquisição para se referir aos “sodomitas” brancos, índios e negros, respectivamente, quando os visitadores do Santo Ofício instalaram seus tribunais na Bahia e em Pernambuco entre os anos de 1591 e 1620. De um total de 283 culpas confessadas nestes tribunais, englobando blasfêmias, superstições, judaísmo, luteranismo, bigamia, feitiçaria etc. – há 44 casos de sodomia¹⁰, sendo depois das blasfêmias o pecado mortal mais frequentemente praticado. (In. Simões 2009, p.55).

Constituem-se factuais a extensão, a permanência e o alcance do discurso religioso que averbava, fiscalizava, punia, definia a sorte e o destino das pessoas no campo da sexualidade, ideológico e religioso (ENDJSO, 2014). A Inquisição promoveu os meios eficazes para isso, com a estrutura jurídica e religiosa, a serviço do martírio e da morte.

Outros registros pontuam as relações homossexuais entre inter-raciais sendo criticada no Brasil colônia. As questões da sexualidade, também estavam marcadas pelas divisões de casta, classes sociais, apontando que falar de sexualidade, não é apenas falar de sexo, vejamos como expõe Gandavo:

Os colonos brancos [eram] os maiores alvos da Inquisição. Observou-se que os brancos mantem relações preferencialmente com mestiços. [...] Nestas ligações homoeróticas heterocromáticas nem sempre a iniciativa da relação parte do branco dominador. [...] Nas relações sodomíticas inter-raciais encontramos todo um continuum de interações, ora os brancos exercendo seu poder e prepotência de casta superior, ora os ‘de cor’ encontrando mil artifícios para serem eles os donos do poder, ao menos neste microuniverso diádico ditado pelo homoerotismo. (In Simões, 2009, p. 55).

Diante do exposto, refletimos que a sexualidade não é assunto privado, mas imersos em questões políticas, econômicas, assim, a orientação sexual, a identidade de gênero e os comportamentos sexuais são assuntos para serem discutidos nas instâncias públicas, sem o véu das puídas censuras, hipocrisias

¹⁰ Sodomia - Segundo Stearns (2010), o termo refere-se a toda relação com coito anal, mas, no contexto cristão, o alvo era basicamente a homossexualidade masculina. O termo faz referência a Sodoma, cidade da Palestina onde, segundo relatos bíblicos, a sexualidade apresentava diversas práticas consideradas desregradadas.

e inocências. Há muitas questões em jogo na vigilância dos gozos carnavais. O debate público tem o propósito de preservar os direitos humanos, entre eles, os direitos sexuais, como prerrogativas inalienáveis.

Esse debate pode contribuir para evitar que fatos como a inquisição e o holocausto, em que foram executadas centenas de pessoas (adultas e crianças), entre elas, homossexuais, sejam repetidos na história da humanidade, em função das definições arbitrárias em torno do sexo, da raça, da cultura, da religião. Além de incitar avanços naquelas sociedades ainda extremistas e ultraconservadoras que vitimam pessoas em função da sexualidade. Romper o silêncio oportuniza o repensar das práticas, atreladas aos fundamentos do patriarcado, da misoginia e da heteronormatividade, questões que abordaremos a seguir.

1.3 PATRIARCADO, MISOGINIA E HETERONORMATIVIDADE: CONTROLE E PODER PELA FÉ

A cultura patriarcal é androcêntrica, seus princípios basilares são: a superioridade masculina e a subjugação do feminino. Desse modo, o poder emana do homem, representado pela ideia de um Deus, um senhor todo-poderoso, nesse sistema opressor deve a mulher, inquestionável, submissão ao padre, ao pastor, ao marido, ao universo masculino. O patriarcado possui códigos pedagógicos, que são reproduzidos e sustentados através do roteiro “político-religioso adotado pelos poderes ocidentais” (VINFAS, 2014, p. 154). Isso vem reiterado e registrado no discurso de preservação da família, das principais doutrinas cristãs, como assevera Vainfas:

Em países católicos ou protestantes, a defesa do casamento e da vida familiar esteve associada, desde o século XVI, à apologia do patriarcalismo e da sociabilidade conjugal. [...] Tratava-se, com efeito, do “modelo monárquico de família”, propagandeado pelos religiosos modernos e, ainda, pelos poderes reais, ambos empenhados em purificar a massa de fiéis, subordinando-a ao Estado e aos poderes eclesiásticos nos mínimos detalhes do cotidiano. (VAINFAS, 2014, p. 153).

Desse formato se impõe uma regra, uma norma básica para o exercício da sexualidade, entre tantas outras possibilidades, é dentro da família heteronormativa que reina a permissão do sexo. Em História da Sexualidade I,

Foucault (1999), descreve como no período vitoriano, a família confiscou a sexualidade, constituindo “o casal, legítimo e procriador” que “dita às leis” (p. 9). Nesta configuração, as relações estabelecidas na família se configuram pela desigualdade; o poder, a ordem, pertence ao homem, sendo a mulher, nessa relação, o objeto que se deve educar, controlar e vigiar. Ela não pertence a si mesma, mas ao pai, ao irmão, ao pastor, ao tutor.

Ainda de acordo com Vainfas:

Patriarcalismo e família conjugal jamais se excluíram, portanto, na estratégia veiculada pelas Reformas e pelos Estados europeus. E longe de ser novo, o modelo familiar monárquico deixava raízes nas antigas tradições e no direito romano – profundamente valorizados pelos modernos juristas e humanistas da época –, bem como nas concepções judaico-cristãs da família (2014, p. 154).

Justamente, em função desse modelo, vemos a insistente defesa da família heterossexual e a rejeição a todas as diferentes configurações familiares. A luta não envereda pela defesa do afeto, das relações em suas infinitas expressões, mas, para preservar o status patriarcal e conjugal (marital).

Buendía (2015, p. 117) aponta para o caráter androcêntrico e patriarcal do catolicismo, destacando que a imperiosa preocupação da religião com a sexualidade revela que os aspectos sexuais, especificamente do gênero, ocupam um território importante da vida humana, este domínio tece grandes repercussões na história de vida, principalmente das mulheres, quanto ao seu posicionamento social e político. Assim, a preocupação da religião com a sexualidade feminina não é despida de intencionalidade:

Em geral, as religiões, entre elas o catolicismo, se articulam em torno de princípios e pressupostos de caráter androcêntrico e patriarcal; quer dizer, desenvolvem princípios e valores que têm como referência o modelo e as experiências masculinas. O androcentrismo reduz a humanidade ao masculino, e a vida das mulheres é considerada um apêndice, algo secundário e periférico. O masculino é a norma e o feminino o desvio. (BUENDÍA, 2015, p. 117).

Neste fragmento, fica explícita a coisificação do feminino, a negação da humanidade e do protagonismo na/pela mulher. Resguarda a cidadania e o valor ao varão. Pelo caráter androcêntrico, misógino e patriarcal da religião cristã, a trajetória feminina foi condenada à submissão. Essa é a forma mais antiga e mais abrangente de sujeição, ressaltada pela fé, pelo véu do divino.

Ainda sobre a visão negativa da mulher na hoste do cristianismo, relata Vainfas:

Era sempre a mulher, por sua perfídia natural, o grande perigo que rondava os homens antes de se casarem, e, sobretudo depois, a menos que pudessem subjugar. [...] E Vieira, por sua vez, diria que o mal feminino começava pela inclinação das mulheres a sair de casa: “por sair e andar deixou Eva o esposo, e por sair e andar deixou a Deus”, perdendo-se a si, seu marido, e seus filhos, “e a todo o mundo” (2014, p. 156).

Sermões como esse, impregnaram de condenação à figura da mulher, consolidou sentimentos de hostilidade e animosidade entre os gêneros, sedimentando a violência contra o feminino, efeito ainda presente nos tempos atuais. As raízes da violência contra a mulher têm seu princípio na misoginia, que encontrou seus ecos no pensamento religioso cristão, com raras exceções. Podemos constatar essa ginofobia no relato apresentado por Vainfas:

Visava-se à mulher como ser diabólico, “beata fingida”, ruína de todos os homens que por ela se perdessem. Ao infeliz marido de uma tal mulher só restava meter-lhe muita pancada, “parti-la de meio a meio”, “quebrar-lhe um braço”, “acabar-lhe a vida num momento”. No folheto *Malícia das mulheres*, reeditado dez vezes entre os séculos XVI e XIX, as pérfidas fêmeas eram comparadas à sorradeira raposa, à gata que arranha, à víbora que “morde, envenena e mata”, à cruel aranha “que arma fios [...] onde os incautos apanha”. Baltazar Dias, seu autor, justificava com isso a opção que fizera pelo celibato: “quem se confia em mulheres/Tem o engano na mão/Quando o Tejo não tiver/Água toda se seca/Nem no mar peixes houver/ Então faltará à mulher/Malícia para enganar. (VAINFAS, 2014, p. 164).

Pelos relatos acima, podemos imaginar a extensão da relação conflituosa das religiões cristãs com o feminino, com a genitália feminina, além de um terror perante o sexo/prazer, que serve de lastro para as violências cometidas contra as mulheres, principalmente contra as mulheres negras, transexuais, lésbicas, iletradas, pobres. Ressaltamos as ponderações defendidas pela teóloga Lilian Lira:

Se a religião foi e é capaz de contribuir para a promoção dessa cultura de violência, igualmente pode promover sua desconstrução. Urge, portanto, apresentar e buscar alternativas de enfrentamento e superação da violência de gênero contra as mulheres a partir de espaços religiosos (2014, p. 155).

Com a ampliação do debate em torno das questões de gênero, em função das lutas feministas, em parte, originaram o interesse de pesquisa nas ciências sociais, tem ocupado as redes sociais e o espaço político, temos

presenciado a aproximação do tema na seara da religião. As colocações da autora devem ser refletidas nos espaços religiosos, para desconstruir o discurso, historicamente, negativo sobre as mulheres.

Embora, o cristianismo tenha sido um terreno fértil à misoginia e ao patriarcado, devemos ressaltar que a visão limitada em torno da mulher surgiu antes do cristianismo, aliada em grande parte à ignorância, ao desconhecimento sobre o universo feminino, como revela a ideia formulada na antiguidade greco-romana, que homens e mulheres teriam os mesmos órgãos sexuais; a mulher seria a versão imperfeita do homem, pois seus órgãos sexuais seriam internos e invertidos, atrofiados.

Identificamos, no século XVIII, a desconstrução da ideia de que o órgão sexual feminino seria um pênis atrofiado e o útero passou a ser valorizado como matriz da vida, ainda que a sexualidade feminina tenha ficado condicionada e restrita à maternidade, sem relação ou direito ao prazer sexual.

Foi no seio das igrejas cristãs que houve a total adesão à resistência e ao embate contra a mulher. As colocações de Stenzel (*In* VERONESE; GUARESCHI, 2007) sobre a excessiva referência ao corpo, no cotidiano, trazem evidências significativas em torno do feminino, como algo desprovido de valor:

A idéia do feminino ligada à falta de rigidez física e moral é bastante antiga. Platão e Aristóteles já se referiam ao conceito de suavidade, ou moleza [malakia] como sinônimo de fracasso, físico e moral. Aristóteles ainda vai mais além, quando associa conceitos como excesso de peso, feminilidade, moleza e auto-indulgência numa cadeia única de significados. No livro 7 (capítulo 7) de *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma que “a efeminação [thypeh] é uma espécie de moleza [malakia]”, e moleza é o contrário da fortaleza [karteria]. O que vemos aqui é uma das mais antigas concepções para se pensar a mulher como representante da fragilidade física e moral. O homem efeminado é um homem do qual se deva duvidar de sua masculinidade e conseqüentemente de sua força física e moral, que devem ser próprias do masculino (p. 97. Grifo do autor).

Tal registro revela como foi simbolizado o feminino, sua desvalorização e associação livre com a fragilidade de controle, em todas as esferas da vida; isso deixa manifesto que a norma valorizada é a do masculino que se revela como sinônimo de força e determinação, enquanto o feminino representava o pecado, a perdição, essa ancoragem produz roteiros sociais. Ao corpo/sexo masculino cabe o poder, sobre o corpo/sexo feminino cabe à opressão, sobre este foi mais acirrado o controle que sobre aquele.

Nas marcações de gênero, fica evidente a não prescrição da feminilidade na sociedade, que explica a acentuada rejeição e humilhação direcionada aos homossexuais efeminados. Segundo Stenzel (2007, p. 97): “Falava-se na necessidade de conter a efeminação da sociedade”. Efeminação é sinônimo de enfraquecimento. “Tornar-se fraco como uma mulher” ainda é uma das definições dos dicionários para o termo efeminação.

Essa desvalorização do feminino tem respaldo na heteronormatividade, pois o desejo homossexual, em destaque o masculino, é ainda mais reprovado, pois torna explícita a renúncia do lugar de status social de macho, superior e heterossexual. A condenação é ainda maior, se o sujeito for efeminado, negro, pobre e iletrado.

A lógica heteronormativa que, segundo Butler (2000) se define pela linearidade do sexo-gênero-orientação, defende que a genitália fixaria o destino/gênero/objeto sexual, conseqüentemente, determinaria o desejo sexual pelo sexo oposto. É a convicção de que o genótipo define o desejo pelo sexo oposto e a partir disso ocorre a imposição da supremacia do biológico sobre o cultural e o psíquico. Uma dialética tão bem reiterada que consegue camuflar que os corpos também são constituídos pelo discurso, pela repetição da ordem heteronormativa e patriarcal.

Nessa lógica, se esgota a subjetividade, não haveria possibilidade de outras construções subjetivas da sexualidade. Na heteronormatividade, todas as formas de viver a sexualidade fora do modelo heterossexual, monogâmico, devem ser aniquiladas, negadas, extintas, abolidas.

Aqui encontramos, de acordo com Caetano (2011, p. 64), outro desdobramento da heteronormatividade:

A heteronormatividade se conecta diretamente com o androcentrismo e a misoginia; primeiro, porque sustenta a idéia do governo homem/masculino sobre o mulher/feminino, inclusive sobre o que é produzido pelo e com o corpo da mulher; segundo porque ao exigir a tarefa de governo do homem e de governada da mulher, lhes obrigam a relações intrínsecas e reprodutivas do sistema em uma lógica binária.

Entendemos desse modo, a intrínseca relação entre patriarcado e a heteronormatividade, as duas leis de sustentação de uma sociedade misógina e excludente, as mais importantes formas de poder, que precisamos desconstruir.

A esse respeito expõe Lira:

Esse modelo de poder masculino, denominado patriarcado, que tem no machismo sua maior expressão, tem ignorado as variadas masculinidades e feminilidades, sendo necessária a retomada do princípio da igualdade, primeira bandeira do feminismo histórico, atualizando-o com a perspectiva do respeito às diferenças, que se corporifica no que entendemos como equidade (2014, p. 76).

Desconstruir o discurso e a ordem patriarcal significa abrir espaços para contestar a supremacia do masculino; partimos do pressuposto que nenhuma forma de poder é definitiva. Que nós, mulheres, temos direito à equidade, à vida e às oportunidades de ocupar todos os espaços sociais. Bem como, temos a prerrogativa do devir do gênero, por isso, o feminismo se ergue na atualidade em multifacetadas roupagens, buscando outra realidade social.

Butler reforça, que a heteronormatividade não precede aos discursos, mas, é por eles construída, compartilhada:

A heteronormatividade é uma construção discursiva com viés político, capaz de produzir modos de subjetivação, que visa [sic] a estigmatização e marginalização dos que com ela não se identificam. Ela é constituída por regras, produzidas nas sociedades, que controlam o desejo e a projeção dos gêneros e que, para isso, precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para dar o efeito de substância, de natural. Esse efeito é performativo, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera as normas de gênero (In Caetano, 2011, p. 69).

A heteronormatividade é sem dúvida um fenômeno repetido e reiterado pelos discursos pedagógicos e religioso cristão, impregnado de restrições para com a sexualidade, reduzindo-a, apenas, à reprodução da espécie, risco de perdição e meio de salvação pela negação do prazer.

Portanto, para obter a salvação e ser agradável a Deus é necessário, de todas as formas, negar a possibilidade das outras maneiras de se viver a sexualidade que não seja a heterossexualidade, dentro dos moldes matrimoniais (ENDSJO, 2014). A necessidade da assistência divina se sobrepõe à necessidade de prazer. Assim, não pode haver questionamento para não se colocar em risco a conexão com o sagrado.

Paoliello (2013) apresenta uma linha do tempo, que revela o longo processo pelo qual passam as expressões sexuais divergentes da heterossexualidade, expondo desde a demonização (Idade Média),

criminalização, patologização (séc. XIX), até chegar à despatologização de algumas sexualidades (final do XX aos tempos atuais).

Na história do Brasil, no período da colonização, a homossexualidade recebeu, inicialmente, sua inscrição de pecado, com a chegada da comitiva de Portugal, muitos pertencentes à religião cristã, que segundo Simões (2009) denominaram os povos indígenas de bugres, hereges e sodomitas.

Sobre isso, Paoliello (2013) explana que, em 1553, com base nas Ordenações Afonsinas¹¹ e no Direito Canônico, a sodomia era pecado torpe, sujo perante Deus, devendo o infrator ser queimado nas fogueiras da Inquisição, em Portugal e nas colônias portuguesas. Na Inglaterra, ainda em 1553, o rei Henrique VIII declarou crime as relações homossexuais e demais práticas sexuais sem finalidade reprodutiva (sexo oral, anal, entre outras). Já em 1791, na tônica da Revolução Francesa, a França foi o primeiro país a descriminalizar a pederastia. O Brasil foi, em seguida, o segundo país a descriminalizar a sodomia.

O imperioso da condenação da homossexualidade está centrado no que Simões (2013) identifica como força nutriente que alimenta a ideia de que a identidade de gênero e o desejo devem estar “adequados à genitália”, onde a única combinação possível para o coito é vagina/pênis com fins reprodutivos. Em decorrência do sexo, deve existir um inescapável roteiro atrelado à conexão corpo, à identidade de gênero e à orientação do desejo destinado radicalmente para o sexo oposto, com finalidade restrita à reprodução.

Os cerceamentos sempre imperaram nos perímetros da religião, a regular e vigiar práticas e orifícios que, sem a crença e a submissão das pessoas, jamais seriam vivências públicas, mas do âmbito privado. As

¹¹ Código de leis, compilado com base nas leis gerais portuguesas, promulgadas desde o rei Afonso III (1248-1279); tem essa denominação em função do nome do Rei Afonso. Segundo Bidone (2006, p. 16), “no entendimento de Raymundo Faoro (1998), as Ordenações Afonsinas tinham como preocupação fundamental as atribuições dos 17 cargos públicos, incluindo dos cargos militares e municipais, assim como os bens e privilégios da Igreja, os direitos do rei e da administração fiscal. Quanto à sua estrutura, as Ordenações Afonsinas, que vigoraram cerca de 75 anos, constavam de cinco livros, cada qual dividido em *Títulos*, distintos por epígrafes detalhadas, subdivididas em *números* ou parágrafos, cuja importância efetiva gera controvérsias entre os autores que se ocuparam do tema” (grifo do autor). Com relação à sexualidade registra Bidone (2006, p. 18) que, “segundo Walter Vieira do Nascimento (1988), o Direito Romano, a partir das Ordenações Afonsinas, transformou-se em lei subsidiária, passando a ser aplicado apenas nos casos omissos da legislação nacional, bem como, pode-se dizer, que concorria em igualdade de condições com o Direito Canônico, o qual só era invocado onde fosse revelado o pecado, como por exemplo, nos casos de crimes sexuais e de heresia”.

punições sempre ocorreram; entretanto, na Inquisição, período da história humana marcado pela insanidade, o terror foi ainda maior, como podemos ver no registro de Vainfas:

Misto de pavor e sentimento de culpa foram as confissões de Ana Seixas e seu marido, Manoel Franco, “trabalhador de enxada e foice” na capitania de Itamaracá. Ana deve ter chegado trêmula à presença de Heitor Furtado para confessar, desconcertada, que durante os 14 anos de casamento sempre mantivera “cópulas naturais” com o marido, das quais resultaram inclusive três filhos. Os únicos deslizes, admitiu a pobre moça, teriam ocorrido no tempo em que eram recém-casados, quando Manoel por duas vezes a penetrara em lugar proibido, no que consentira Ana “para fazer a vontade de seu marido”. Contudo – fez questão de frisar –, Manoel jamais derramara sêmen em seu “vaso posterior”, “cumprindo sempre no seu vaso natural” – afastando, hábil ou sinceramente, qualquer hipótese de sodomia consumada (2014, p. 294).

As confissões registradas no Santo Ofício denunciam o pavor com as que as pessoas vivenciavam a sexualidade, a vigilância as práticas sexuais, as restrições ao prazer e o controle imposto pelo cristianismo, por mecanismos considerados sagrados, dentre eles as confissões e a tortura.

As confissões, competente instrumento de dominação e vigilância (VAGGIONNE, 2015; FOUCAULT, 2007), eram uma prática mais que comum engendrada pelo desejo de promover sofrimento e dominar. Inúmeras pessoas alucinadas pela culpa e pelo medo procuravam os inquisidores para confessar seus crimes da carne. Paralelo, a isso, como forma de escapar de punições maiores, também em busca de aplacar suas culpas, essas pessoas denunciavam ou acusavam outras pessoas de crimes de sodomia, fornicação, luxúria e bruxaria. Neste momento, a questão muito perseguida, reprovada e punida era a sodomia, a prática sexual anal, mesmo entre os heterossexuais, mas, principalmente, entre as pessoas do mesmo sexo.

As penas mais frequentes impostas aos homossexuais eram “a castração, mutilação de outros membros, e no caso de terceiro lapso, a morte na fogueira”. Havia também a “morte por “sepultamento vivo” para todos os que mantivessem relações sexuais com judeus, animais ou pessoas do mesmo sexo” (VAINFAS, 2014, p. 203).

Nos textos expostos em Trópicos dos Pecados (VAINFAS, 2014), confrontamos recortes importantes da história da sexualidade demarcados por interpretações agrestes de textos, culturas, frutos de mentes atormentadas pelas cristalizações das ideias religiosas em torno do prazer. Esses relatos

reafirmam a grande preocupação cristã em abafar a sexualidade e o quanto esse discurso veio para encobrir inúmeras atrocidades nesse campo.

O terror em torno da sexualidade, presente, com muita fertilidade, no discurso, nos *ethos* e princípios religiosos, influenciaram poderosamente a medicina e a pedagogia, como afirma Foucault (1984) em História da Sexualidade I, pela construção da associação entre a “atividade sexual e o mal”.

Foucault (1984) explicita alguns dos longos relatos da literatura médica do século XVII e XVIII, com a condenação da atividade sexual pelo prazer, atribuindo à prática da masturbação um risco à saúde e à sociedade, com a seguinte descrição dos danos: “aquele onde não existe fecundidade nem parceiro; o esgotamento progressivo do organismo, a morte do indivíduo, a destruição de sua raça e, finalmente, o dano causado a toda a humanidade” (p.18), com uma evidente defesa e recomendação à abstinência.

No século XIX, a preocupação com a sexualidade infantil e na adolescência permaneceu na religião, na medicina, na pedagogia, além da família. As propostas educacionais eram permeadas de concepções rígidas em relação à sexualidade, as práticas pedagógicas eram marcadas por conselhos e punições. Exercendo inúmeras interdições como o combate sistemático ao “onamismo das crianças como uma epidemia a ser extinta” (FOUCAULT, 1984, p. 42), com tal finalidade foram produzidos meios para vigilância, utilizando-se, principalmente, das confissões espontâneas e involuntárias. Também se firmou a ideia de que toda criança era culpada, cabendo aos pais e mães vigiá-las e puni-las.

No caso da sexualidade infantil e na adolescência, Foucault (1984) analisa como as estruturas das instituições educacionais, desde o século XVIII, estavam aparelhadas para o regulamento, vigilância e punição das manifestações e práticas sexuais dos/das discentes, o que vem reafirmar e comprovar a existência da sexualidade das crianças.

Essa intencional opressão e camuflagem do desejo dizem muito mais da intenção em utilizar esses fios para o controle político, psicológico, econômico e espiritual por parte das instituições de tradição cristã, “que colocavam o prazer no campo da morte e do mal” (FOUCAULT, 1984, p. 18).

Diante desses fatos, consideramos que o carácter dessas atitudes que se confundem com elementos inerentes à experiência religiosa é, na essência, a permanente luta pelo controle social, emocional e espiritual, pelo poder e pelo comando das sexualidades como instrumento de domínio social e político, para o império do patriarcado e da heteronormatividade.

Foucault (2007) destaca a produção do discurso em torno do sexo, no século XVIII, como mecanismo de controle que estabelecem os discursos “lícitos e ilícitos”; a partir daí, houve uma explosão no falar do/em sexo, porém o que se deve dizer? Quem são os “locutores”? E onde se pode dizer? Não representou a livre expressão da diversidade sexual, mas, sim, fundamentou os campos de exercício do poder que determinariam a normatividade, sendo eles:

os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2007, p. 39).

Com isso, podemos deduzir a serviço de quem estava a censura, a regulamentação e a vigilância corporificadas no Concílio de Trento, a partir dos “manuais de confissões” e das “regras meticulosas de exame de si mesmo” (FOUCAULT, 2007, p. 23). Esses fenômenos provocavam efeitos sobre os desejos de cristãos e de cristãs, um acentuado desinteresse, um desprezo às tentações da carne, provocando, assim, uma maior busca a Deus, um “deslocamento” do desejo (p. 26), exatamente o que buscava a pastoral cristã.

Destacamos a potencialidade da confissão no controle do sexo, dos corpos e dos desejos, em diversas instâncias, como expõe Foucault:

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes, confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. [...] a tortura a acompanha como sombra e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros.” (2007, p. 59).

Desse modo, Foucault (2007) relata o caráter perverso das práticas discursivas confessionais, imposta e extorquida pelas instituições religiosas e

sociais que produziram, e ainda produzem sentidos nefastos sobre o sexo e o desejo, em uma constante relação de poder.

No Ocidente, a veia religiosa adotou uma postura crítica e negativa a todas as demandas da carnalidade, instituiu como meio de salvação a confissão, que anularia o pecado, destacou que apenas os elementos da alma são os que aproximam de Deus (FOUCAULT, 2007). Sendo eleito, como preceito para salvação e bênção, o silenciar das necessidades da “carne”, privilegiando tudo que é relacionado ao espírito. Assim, o desejo, principalmente, o desejo sexual, foi rebaixado, demonizado, assumindo o lugar de menor valor nas narrativas e pregações religiosas. Quanto a isso ressalta Endjso:

A maioria, talvez todas, as religiões se valem do sexo com propósitos religiosos simplesmente aplicando regras sexuais. Cada proibição ou obrigação sexual implica muito claramente o uso do sexo para propósitos religiosos. Ao regulá-lo, as religiões obtêm respeito, desprezo ou aniquilação nesta vida, e salvação ou perdição no além. (ENDJSO, 2014, p. 301).

Pelos plurais e controversas regras e preceitos sexuais religiosos avaliamos que entre o sagrado e o erótico abrigam subjetivos jogos de poder. O controle se dar por meio de limites e premiações que podem parecer inocentes, mas está correlacionada a violência psicológica e ao controle que se deseja implantar. Porém, de alguma forma as expressões da sexualidade se exteriorizam, infelizmente, as vias de vazão tem assumido os contornos de fobias, medos, patologias, e frequentemente expressões de violência física.

Segundo Endjso (2014), o fenômeno religioso, em suas diversas cosmovisões, tem profundo enraizamento na regulação da sexualidade humana. A religião estabeleceu, na gramática da sexualidade, a repercussão entre os comportamentos sexuais, principalmente da orientação sexual e o destino das pessoas, selando a sorte na vida e após a morte.

Endsjo (2014) manifesta que “no cerne de todas as visões religiosas de mundo subsiste o mesmo credo fundamental de que sexo pode ser muito mais que prazer, procriação e doenças contagiosas”. (ENDJSO, 2014, p. 301). Da mesma forma, falar sobre religião e sexo é examinar uma trama de fios que estão interligados com política, identidade, linguagem e economia.

Endsjo (2014) faz uma afirmação relevante, que nenhum dos modelos sexuais indicados pelas religiões apresenta limitações naturais ao sexo, mas são profundamente culturais, contextuais e temporais, embora de modo geral as religiões busquem implantar uma ideia de verdades naturais aos seus princípios.

Desse modo, identificamos a regulação da sexualidade, pelas religiões, na perspectiva da heteronormatividade, da misoginia e do patriarcado, que produzem dor e sofrimento, reduzem a cidadania ou conduzem a uma “liberdade negativa” (SIMÕES, 2009), gerando comportamentos sexuais conflituosos, baixa autoestima, estigmatização e muita violência.

Outro caminho em torno da religião/sexualidade diz respeito aos próprios contestadores do prazer que assumem, na clandestinidade, outras condutas perante o sexo [comportamentos criminosos e violadores da integridade humana], cometem atos de violência, assédio moral, estupro e pedofilia, protegidos pelos discursos religiosos¹². Enquanto, outros vivenciam a repressão e impotência diante do desejo sexual. Esses são alguns dos vastos efeitos violentos de uma religiosidade conflituosa, relacionada à sexualidade.

Com as revoluções e quebras de paradigmas no final do século XVIII, o mundo passou por significativas mudanças em torno do pensamento social e político, no qual o saber científico adquiriu maior importância e repercussão. A partir daí, a religião passou a ser alvo de muitos questionamentos, pois a sociedade moderna busca privilegiar a razão, a luz do pensamento crítico e racional, substituindo as regras religiosas que organizavam a vida em sociedade.

No século XIX, se afirmava que a religião era um fenômeno ultrapassado na modernidade, que ficara restrito à esfera do privado,

¹² Destacamos alguns casos divulgados na imprensa, tais como: “Inferno na “casinha de Deus”: dois padres estupravam crianças surdas ajudados por uma freira. Durante anos muitos menores foram abusados em um centro da Igreja Católica, na Argentina. Ninguém quis ouvir as denúncias das vítimas ou seus familiares”; “CORRADI: 50 ANOS DE ABUSOS. A IGREJA SÓ O MOVIA DE CENTRO”; “O caso do padre pedófilo que desafia o Papa. Julio Grassi foi o sacerdote mais midiático da Argentina. Está condenado a 15 anos de prisão”; “Enquanto confessávamos os pecados em seu ouvido ele nos tocava”

Escândalos de pedofilia disparam na Argentina, na terra do Papa Francisco”; “Pastor justifica abuso contra a própria filha: “era só para saber que era virgem” Líder religioso abusava sexualmente da própria filha quase que diariamente desde que ela tinha 14 anos. O pastor, que é dono de duas igrejas, alega que agia em nome de Deus e mantinha tais atos para comprovar a virgindade da adolescente. Às vezes, diante do choro da filha, ele parava e pedia perdão”. Os links de acesso às reportagens constam nas referências.

doméstico, pessoal, em posição desvinculada e até mesmo em oposição às da política e da ciência. No entanto, o sexo não escapou, como destaca Foucault (2007), pois em oposição aos interditos religiosos em torno da sexualidade, foi inaugurada a incitação para falar sobre sexualidade e o espaço científico assumiu o papel de nomear o que é normal, natural em matéria de sexo. Se a construção da modernidade proscovia a importância do evento religioso, que caracterizava o pensamento tradicional, o conhecimento médico empregava um discurso higienista e essencialista para o sexo.

O pensamento moderno não encontrava sentido nas questões da religião, tampouco em discutir as questões sociais sob a ótica do pensamento religioso. Colocava-se total crédito nas perspectivas positivista e iluminista que afirmavam ser a secularização o definhamento da religião enquanto poder institucional e, assim, acreditavam na exclusão definitiva da religião do debate político, na separação entre o religioso e as hostes do poder e em uma crescente descrença em seus dogmas e preceitos. Com relação a isso, afirma Vaggionne (2015, p. 71): “assim, tudo o que fosse religioso era associado com o irracional, o dogmático, o pré-moderno”.

Na ótica de Pondé, a secularização representou o princípio da articialização associada ao hedonismo, a crença na plena autonomia moral e a busca por respostas tecnocientíficas para as necessidades humanas. A secularização, também abrigou essa perspectiva, e como resultado emergiu a crença do império da descrença no invisível, no imponderável, no transcendente. Mas noutra direção, a humanidade se aproxima gradativamente ao desencanto com a objetividade, a racionalidade, o consumismo e o materialismo que não suprem nossas necessidades subjetivas.

Podemos constatar que houve avanços com a secularização, tanto no meio social, político, científico, como para as religiões. O equívoco foi considerar que o pensamento religioso tivesse sido sepultado, mas no campo das ideias, infelizmente, é assim, se instituem túmulos para enterrar concepções para que outras formas nasçam.

Complementando o sentido e o efeito da secularização, avançamos com Pondé, que assim a descreve:

Secularização é antes de tudo a criação das condições de possibilidade da descrença no transcendente e sua necessidade para

o convívio moral, político e social. [...] Numa linguagem de senso comum, isto significa que as pessoas, mesmo que permaneçam crentes. No lugar do sacerdote, o médico e o cientista. No plano da justiça, buscarão advogados, juízes e policiais. A ciência é mais eficaz do que a magia ou a promessa feita aos santos. (2013, p. 169).

De fato, a secularização possibilitou o encontro com a ciência moderna e a construção dos princípios do Estado moderno de direito. Com ele surgiram os primeiros contornos da laicidade. Outro equívoco foi acreditar plenamente que a laicidade solucionaria todos os conflitos provocados pela religião no espaço público. Porém, a laicidade é resultado histórico, e não um dado concretizado pela construção do conceito de democracia liberal e Estado laico, como assevera Pondé (2013). O mesmo autor acrescenta:

Outra face essencial da secularização é a política e jurídica, campos recortados por dramas morais intensos. [...] As tensões entre moral e religião aqui, como em tudo, são múltiplas e diversas na proporção direta em que essas instituições modernas se realizam “mais ou menos” no cotidiano moral e institucional (2013, p. 169).

A pós-modernidade confirma que a aposta na separação da religião na organização da sociedade, na prática, perdurou por pouco tempo. Acordamos no século XXI com o crescente e acirrado processo da política do religioso (VAGGIONNE, 2015), novas questões da intolerância religiosa, novos embates entre religião e sexualidade.

Aragão (2012, p. 281) descreve bem esse processo, que prometia libertar as consciências do chamado “obscurantismo religioso” da seguinte forma: “Até bem pouco tempo atrás, a religião era tratada por muitos pesquisadores apenas como um traço cultural sobrevivente das sociedades pré-modernas, como mero anacronismo que não tardaria a findar”.

No entanto, essa expectativa não se confirmou, vivenciamos em larga escala o “revigoramento do fenômeno religioso”, fato social que tem exigido um amplo debate do meio acadêmico/científico na Europa, nas Américas e mais, especificamente, nos países do MERCOSUL, segundo Aragão (2012, p. 281).

Desse retorno, surgem segundo Natividade (2014), as novas guerras religiosas, cuja violência está presente e tem sua principal expressão na exclusão, como afirma Rossi (2014):

O caminho da desumanização não nos é estranho. Vivemos uma relação quase emblemática com a violência assim como com a temática do mais forte. Sucumbimos à afirmação de que a sociedade é construída pelos fortes e, portanto, vitoriosos, em cima do tecido

social dos mais vulneráveis. Nesse imaginário que rege nosso comportamento até mesmo Deus se apresenta como aquele que detém o imperium da vitória e a distribui àqueles que são destinados a ser vitoriosos (p.185).

Encontramos nessa afirmação, a estreita relação da violência com a religião extremista, que por sinal, vem ganhando força na política religiosa no Brasil, que caminha em cotejo com o patriarcado, a misoginia, a homofobia e o fundamentalismo.

Nessa expressão religiosa, presenciamos a aprovação, a legitimação da exclusão, pois não são de Deus. Constituem-se tempos difíceis, em que a humanidade se depara com os “ismos” e seus mísseis de intolerância, discriminação, violência, movida pela crença na superioridade de grupos que desconhecem o valor da vida, do diálogo, do intercâmbio, das relações e negociações humanas, que visam apenas à evidência midiática, ao mercado, ao lucro pela exploração e pela corrupção, além da imposição de suas verdades.

Compõe esse grupo, a bancada evangélica que nutre a ideia: “Deus se encontra ao lado daqueles que são vitoriosos em meio a uma multidão de derrotados” (ROSSI, 2014, p. 186), segundo tal bancada, evangélicos/as são de Deus e os derrotados/as são milhões de pessoas que elegem tais representantes, que desvalorizam sua cor de pele, etnia, religiosidade, gênero e orientação sexual. Sobre os contornos dessa política religiosa, no Brasil, discutiremos adiante.

1.4 A POLITICA RELIGIOSA NO BRASIL NOS PARÂMETROS DA HOMOFOBIA

No cenário brasileiro atual, a política religiosa se expressa pelo debate/embate contra os direitos humanos, pela imposição de seus preceitos moral-religiosos como política de estado. Nesse roteiro e projeto político-religioso, as mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e os gays são sujeitos sociais sem direito, ou merecedores de menos direitos.

A essa população divergente, é exigido o ajustamento de conduta, devendo seguir a regra religiosa e social considerada correta, hegemônica e oficial, ou seja: mulheres submissas ao machismo, como orientação sexual

saudável e honrosa, o reconhecimento apenas da heterossexualidade e aceitação da fé ‘verdadeira’, a cristã; de acordo com esse projeto de reavivamento cristão, ignoram-se as pautas das lutas libertárias, revolucionárias e de igualdade.

Gouveia (2016) relata como têm sido as atuações políticas, que se utilizam dos espaços políticos para proferir discursos homofóbicos, misóginos e racistas:

Historicamente, a atuação desses/as representantes religiosos/as, na política, vem sendo [...] “majoritariamente, marcada pelos discursos de ódio, intolerância, exclusão, preconceitos” (p. 06). Não é apenas liberdade de expressão, são narrativas propositivas que impedem avanços, bloqueiam aprovações de leis importantes, aguerriam a violência contra LGBTI, geram dores profundas nas relações familiares, ou seja, fomentam os recorrentes conflitos entre as vias religiosas e a sociedade. É a expressão da homofobia, que não aceita interrogação, questionamentos (p. 09).

Como assevera Gouveia, a homofobia é um fenômeno presente na política religiosa, representada bancada cristã, fecunda em discurso de ódio, intolerância e preconceito. São mandatos que afirmam sua identidade pela defesa da misoginia, racismo, homofobia e xenofobia, têm como missão perseguir e barrar as pautas inclusivas e humanitárias. Encontramos figuras políticas em destaque, com amplo discurso religioso, no embate contra a política pública voltada à população sem-terra, LGBT, negra, mulher, pessoas em situação de rua e afetadas pela drogadição.

Cresce, no Brasil, em oposição às ações e políticas afirmativas – que ratificam a diversidade sexual como direito à diferença – uma homofobia apregoada por agentes religiosos de denominações cristãs, de forma mais explícita e escancarada por pentecostais e neopentecostais, que incitam participantes de suas instituições a vigiarem, discriminarem, excluírem e punirem os comportamentos sociais e sexuais não heteronormativos, para manter a hierarquia maior da heterossexualidade e, em posição inferior, as homossexualidades.

Segundo Nunes e Busin (2009), “infelizmente, a face mais visível das religiões no Brasil nos últimos quinze anos tem sido a dos conservadores ou, ainda pior dos fundamentalistas.” O aditivo disso resulta na resistência desses fundamentalistas aos avanços dos direitos humanos, das mulheres, da população negra, LGBT. O discurso religioso fundamentalista tem agravado a

violência contra a mulher, à população negra e o acirramento da homofobia contra LGBT.

Ainda de acordo com Hunt (2009, p. 07):

É um fenômeno relativamente novo na história das ideias combinar religião e violência na mesma frase e sugerir que podem ter uma relação negativa. A violência sancionada pela religião tem sido a norma, quer nas Cruzadas da Idade Média, que resultaram nas mortes de muitos muçulmanos sob a bandeira de Cristo, quer no jihad, que remete para as várias maneiras de proteger os muçulmanos de quem usurpasse os direitos. Essas são maneiras pelas quais pessoas religiosas demonstraram a profundidade de sua fé – estavam dispostas a morrer e/ou matar por ela. Hoje, ambas são consideradas duvidosas.

Como afirma Hunt, na história das religiões as ações bélicas estiveram e ainda estão presentes, para impor sua fé e normas, mesmo quando o bom senso sugere refletir sobre a impossibilidade das verdades únicas, ou, ao menos, reler os sentidos sugeridos pelo conceito de religião, rever princípios que foram elaborados em certos contextos históricos, muitas vezes em meio a ambiguidades, metáforas e contradições, na busca das relatividades que podem agregar entendimento entre os seres humanos.

Chegamos a um momento no qual, em decorrência dos conhecimentos já obtidos, nenhuma violência devia ser acatada em nome da fé, mas temos registros históricos do terror e do horror que, em nome da fé, foram perpetrados, e ainda são, principalmente, quando a religião se volta para as questões da sexualidade ou para o capital.

Ao registrarmos as inúmeras e cotidianas cenas de violência psicológica e moral, as recorrentes mortes de homossexuais, os espancamentos, a negação dos direitos humanos relatados por lésbicas, gays, transexuais e travestis, cometidas nas diversas instituições, principalmente na família e na escola, resultantes destes discursos de ódio, gerado pelo múltiplo fenômeno da homofobia, concluímos que o desafio é extenso, bem como, a negação de direitos é espaçosa e perversa.

Desse modo, torna-se imprescindível dar visibilidade a essas identidades no currículo escolar, nas instâncias públicas, a fim que a população LGBT tenha a garantia de existir, reconhecendo-se nas vivências pedagógicas, nas políticas sociais, em enunciados, na eclosão dos discursos, no direito à voz e à vida.

Como exprimem Natividade e Oliveira (2013), há respostas plurais entre as religiões cristãs e, mesmo em uma única denominação, podemos encontrar discursos distintos. “Ainda assim, é possível ponderar que, historicamente, as relações entre diversidade sexual e cristianismo têm sido tensas” (2013, p. 80). Os autores afirmam que, mesmo sendo o universo religioso (cristão) plural, existe “a formação de consensos relativos em torno dos significados da homossexualidade” (2013, p. 87), embora haja uma concordata, na atualidade, ao se afirmar que apenas entre pentecostais e neopentecostais existe preconceito contra a homossexualidade.

Com relação aos discursos religiosos homofóbicos recorrentes, ressaltam Natividade e Oliveira (2013): “os sujeitos que sustentam tais discursos constroem sua relativa legitimidade representando-se como porta-vozes de valores universais, bastiões da moralidade, conjugando percepções negativas da diversidade sexual” (p. 81).

Convém fazermos uma contextualização sobre a construção do termo homofobia, para, então, refletirmos sobre suas ações e efeitos. Em “Homophobia: a history”, Bryne Fone (2000, p¹³. 149), defende que o termo pode ter surgido na década de 60, tendo sido usado por K. T. Smith no artigo “homofobia: um perfil de personalidade provisória”, no ano de 1971. A homofobia é uma categoria na qual estão presentes representações e simbolismos múltiplos e complexos de dimensões tanto psicológicas do agressor quanto as desferidas contra homossexuais, segundo Machado (2010).

Para Machado (2010), o termo “homofobia” foi popularizado pelo psicólogo norte-americano George Weinberg’s que revela, segundo seus estudos, seria a homofobia o “temor de ficar num lugar fechado com homossexuais” (p. 116), ou seja, o fenômeno expressava “o medo irracional que os heterossexuais apresentam quando estão próximos a algum homossexual” e, para Mark Freedman, a “extrema raiva e medo das reações homossexuais”. Essas reações e sentimentos são explicados por considerar que a homossexualidade perturba a ordem de gênero e a sexualidade considerada normal (MACHADO, 2010).

Jorge (2013) descreve esse fenômeno psicossocial:

¹³ Texto extraído de e-book, cujo formato apresenta a posição em substituição à página. Assim, o (p. 149) corresponde à posição 149, e não à página 149.

Homofobia expressa muito mais uma dimensão de passividade, com medo e retraimento, do que de atividade agressiva ou persecutória em relação aos homossexuais. Nesse sentido, Quinet cunhou o termo 'homoterrorismo', que se adequa aos casos francamente violentos e covardes, como foi o ocorrido na parada *gay* de São Paulo de 2009. Talvez fosse possível falar também de 'homo-horror', 'homossegregação', 'homódio' e 'homodesprezo'. Com efeito, o termo 'homofobia' recobre, de fato, muito mais o campo semântico do repúdio à própria homossexualidade, pelo repúdio projetivo da homossexualidade do outro: repudia-se, no outro, aquilo que incomoda em nós mesmos (p. 16).

A homossexualidade perturba a lógica heteronormativa que se sustenta pela imposição do binarismo de gênero/corpo (feminino/vagina e masculino/pênis), como condição fixa, pré-moldada, de invariável expressão, aderente ao sexo, ou seja, a genitália, culminando apenas na heterossexualidade. Esse roteiro automático, que enquadra os seres humanos – a heterossexualidade – é um produto social contestado pela pluralidade humana, em todas as épocas, etnias e culturas.

Exatamente por causa da plausibilidade da diversidade sexual, a heteronormatividade precisa garantir a sustentação dos estereótipos de masculino e feminino, de atração unicamente pelo sexo oposto, como algo automático, compulsório e inquestionável, mantendo o status para hierarquizar a humanidade, estigmatizando e desvalorizando as orientações sexuais existentes nas homossexualidades.

O combustível da homofobia vem da heteronormatividade que, historicamente, privilegia os heterossexuais e desvaloriza culturalmente a homossexualidade. Esse discurso heterossexista, falocentrista é uma regra referendada no campo religioso cristão que produz uma heterossexualidade compulsória, implanta o binarismo de gênero (macho ou fêmea), influenciando o discurso científico higienista, que classificou as expressões da sexualidade pautando-as na ideia de naturalidade, normalidade no campo da medicina.

Para garantir a ordem "natural" estabelecida através da heteronormatividade, a homofobia surge como mecanismo de controle para manter a ordem excludente; desse modo, as pessoas LGBT precisam ser negativadas e condenadas, sobre elas recai o estigma da rejeição.

Natividade e Oliveira (2013) asseveram:

Compreendemos a homofobia religiosa como um conjunto muito heterogêneo de práticas e discursos baseados em valores religiosos

que opera [sic] por meio de táticas plurais e polimorfos de desqualificação e controle da diversidade sexual (p. 81).

Como advoga Natividade e Oliveira, o fenômeno da homofobia é plural, assume o enquadro e as marcas dos grupos sociais em que se exprime, apresenta “as especificidades da homofobia que se expressa em discursos religiosos ou na conduta e nos atos de fala de indivíduos que aderem a tais perspectivas (2013, p. 81)”.

Porém, como ressalta Jorge (*In* GUINET, 2013), não se trata apenas de reações do campo psicológico na passividade, pois vai além de emoções como rejeição, medo, desconforto e raiva. A homofobia gera muito mais que sentimentos, ou melhor, dos sentimentos e das emoções que despertam, eclode uma intensa agressividade, explicita nos crimes contra as pessoas LGBT. As ações e reações violentas contra os homossexuais sempre existiram. Muitos homossexuais e transexuais perderam a vida e, muitas outras vítimas ainda existirão. A violência homofóbica nega aos LGBT a dignidade, os direitos civis e sexuais, e, sobretudo, tem negado o direito à vida.

Isso porque, no topo da pirâmide, encontramos o padrão heterossexual valorizado, pois não são todas as heterossexualidades que possuem status, há um perfil que está acima de todos os demais, e podemos descrevê-lo como o do homem, branco, heterossexual, com acesso à instrução e aos bens de consumo, cristão. Em uma linha vertical, surgem todas as outras expressões humanas, na base da pirâmide estão os/as divergentes, de quem são usurpados todos os direitos. Constituem-se no âmago dessa divergência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, a essas pessoas são negadas o direito de existir; existir em plena cidadania. Para essa população expressar a identidade de gênero/sexual e de orientação é um direito contestado e isso significa uma morte simbólica.

A pessoa homossexual é tolerada, suportada na sociedade, tendo que atender a todos os deveres civis; porém, não é detentora de todos os direitos com equidade, pois, muitas vezes, para ter certo deslocamento e trânsito social, deve manter-se trancada dentro do “armário”; além disso, associado ao racismo, dentro do sistema da democracia racial e seu colorismo, quanto mais claro for o tom da pele, quanto mais discreta for à pessoa LGBT maior será a possibilidade de alcançar determinados espaços.

Às pessoas heterossexuais pertence o espaço público, a mídia, o direito ao estado civil, a família, os espaços religiosos, a escola, a praça, os afetos e a liberdade. Neste momento, em que muitos direitos foram conquistados pelas pessoas LGBT, vivemos a crescente reação de segmentos, majoritariamente, religiosos, que buscam implantar o retrocesso, por meio do silenciamento, na educação, das questões relacionadas às diversidades de gêneros e sexuais.

Como expõe Borrillo (2014), a homofobia se justifica pela necessidade de impor o lugar de silêncio às homossexualidades e perpetrar a desvalorização e/ou aniquilamento da população LGBT. Para isso ser efetivado, a via eficaz é a violência, violência institucional, simbólica, psicológica e física.

Outro aspecto da violência é expresso pelas reações viscerais tão comuns diante do afeto homossexual, que são expressões da resistência e da oposição política e religiosa, como expõem Natividade e Oliveira (2009):

O “nojo”, por outro lado, é referido como uma reação “racional”, ao invés de uma “fobia” – sugerido, portanto, uma concepção da razão como “natural” e “universal”, ocultando os julgamentos morais e a lógica cultural particular que levam à percepção de certos atos como intrinsecamente “sujos”. [...] A naturalização das reações de “nojo” encobre seu carácter enquanto operação cultural que demarca domínio do puro e do impuro tentando assegurar a integridade de um sistema simbólico (Douglas, 1976), dissimulando os efeitos políticos desta resposta apreendida (p.145).

O preconceito impregna a cultura de reações hostis diante da sociedade LGBT que, pelo fato de existir, ter afetos e expressar sentimentos, produz reações corporais naturalizadas (nojo), como se LGBT fossem criaturas não humanas, não dignas, impuras. Desse modo, o “nojo” é produzido em função das reações originárias pela internalização da cultura homofóbica. Dizer que uma prática sexual é desumana é um mecanismo antigo. Em resposta a essa construção são comuns às gratuitas agressões contra gay, lésbicas, travestis e transexuais, chegando ao homicídio como busca de silenciar, apagar e negar a existência de algo que ocasiona repugnância.

Em uma breve construção da linha do tempo podemos acompanhar a descrição dos diagnósticos/termos que patologizaram a homossexualidade, legitimando a homofobia, por meio da ciência médica. Segundo Paoliello (2013) e Fracchini (2009), no ano de 1832, o inglês Alexander Morrison, em *Physionomy of mental disease* cunhou o termo ‘erotomania’ e Clérambault,

descreveu o “delírio de insanidade amorosa”. Entre 1864 e 1868, Ulrich, relevante advogado alemão que, após declarar a sua homossexualidade foi demitido de importante cargo público, assumiu, a partir disso, o ativismo gay, e criou o termo ‘uranismo’, afirmando ser a homossexualidade normal, pois, em sua concepção, a homossexualidade seria explicada na ideia de que haveria “a alma de mulher vivendo aprisionada no corpo de homem” e vice-versa.

Na mesma ideia de Ulrich, Westphal, psiquiatra alemão, criou outro termo para diagnosticar a homossexualidade, o “*conträre sexuellempfindung*” (sentimento sexual contrário), baseado na ideia de inversão sexual; na mesma linha seguiram Richard Freiherr von Krafft-Ebing (1840-1902) e José Ricardo Pires de Almeida (1843-1931). Em 1883, o psiquiatra alemão E. Kraepelin, escreveu, no Tratado de Psiquiatria, o termo “*conträre sexuellempfindung*” na lista dos “estados de fraqueza psicológica”. Na segunda edição, em 1887, apareceu à expressão “desenvolvimento sexual anormal”, e, em sua quinta edição, em 1896, surgiu o termo “insanidade degenerativa” e, quando nas sétima e oitava edições (1909/1915), foi descrita como “condição mental de constituição original”. Nos Estados Unidos, em 1886, foi fundada a *Association of Medical Superintendence of American Institution for the Insane*, em 1892, a *American Medic-Psychological Association*, em 1921, a *America Psychiatric-Psychologia Association* (APA), e todas incluíram a homossexualidade como doença sexual.

Em meados de 1892, Richard Von Krafft-Ebing, na Sociedade de Neurologia e Psiquiatria, de Viena, na obra *Psychopathia Sexualis*, descreveu a “sujeição sexual”, em cujo diagnóstico estavam incluídos diversos comportamentos sexuais tidos como anomalias do instinto de reprodução, fruto de uma visão darwinista sobre a reprodução e a preservação da espécie. Paoliello (2013, p. 38) registra que, em 1952, a APA manteve a classificação de desvio sexual à homossexualidade, “na categoria de Perturbações Sociopáticas de Personalidade”, o que foi repetido em suas seis edições posteriores. Já a OMS desde a inclusão da homossexualidade no catálogo de doenças, na sua sexta revisão, em 1948, a manteve até a nona revisão, efetuada em 1973.

A mesma autora apresenta os processos que resultaram na despatologização da homossexualidade, revelando que, após o evento de

Stonewall, um levante foi organizado por ativistas gays que, em 1970, em congresso da APA, responsabilizava os médicos dos estigmas infligidos à população homossexual. Por dois anos consecutivos, nos congressos da APA houve painéis contendo dados sobre os efeitos nefastos da categorização diagnóstica da homossexualidade sobre os homossexuais. Em 1972, Robert Stoller e Spitzer, psiquiatras americanos que dirigiam o Comitê de Nomenclatura da APA, defenderam a criação de um comitê para estudar a permanência da homossexualidade na lista de doenças.

Esse comitê decidiu, após um ano de estudos, ser favorável à retirada do diagnóstico da homossexualidade do DSM (o que ocorreu em 15 de dezembro de 1973), No Brasil, o mesmo se deu em 1985. Já a OMS, apenas em 17 de março de 1990, durante Assembleia Mundial de Saúde decidiu retirá-la da lista internacional de doenças mentais.

A Associação Americana de Psicologia, em 1975, excluiu a homossexualidade da lista de transtorno mental. Já o Conselho Federal de Psicologia normatizou, em 1999, uma normativa cujo conteúdo diz que nenhum psicólogo/a pode colaborar com o tratamento ou cura da homossexualidade, pois entendem que a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade não podem ser consideradas doenças.

Mesmo perante tal avanço, ainda vivenciamos a condenação das homossexualidades por meio da homofobia presente no espaço social, político, religioso e educacional. O meio de combater esse preconceito seria pela aprovação do Projeto de Lei-122/2006 em tramitação no Senado que pretende criminalizar a homofobia; a aprovação dessa lei significaria um grande avanço no combate à violência contra a pessoa LGBT, a exemplo da criminalização do racismo. Porém, como expõem Natividade e Oliveira (2013, p. 86), existe um “terror difuso da aprovação de leis LGBT” entre as pessoas de religião cristã, regressistas. Para tais representantes conservadores, a aprovação da lei que pune a homofobia, segundo Natividade e Oliveira (2013):

promoveria a crescente aceitação da diversidade sexual, conduzindo ao “exterminio do heterossexual”, à “destruição da família brasileira”, a atitudes heterofóbicas, ao crescimento da pedofilia no país, ao aumento da difusão da epidemia de HIV/Aids. (p. 89).

Esses argumentos para barrar a aprovação da lei, presentes nas campanhas produzidas pelas igrejas cristãs, giram em torno da associação da

homossexualidade à nocividade, à pedofilia, a atentados à vida e à família, à promiscuidade (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013), e muitos líderes religiosos (homens e mulheres) afirmam que a lei ocasionaria, principalmente, a obstrução das atividades pastorais, como a regeneração de gays, lésbicas e travestis, pelo aconselhamento pastoral, não poderiam mais se pregar contra o “homossexualismo”. Outra alegação bastante forte contra o Projeto de Lei 122/2006 é que determinaria a “mordaza gay”, implementando a “ditadura gay” e a heterofobia.

A ideia da heterofobia configura um grande sofisma, pois, do ponto de vista da estrutura social vigente, o que está posto como naturalidade, pureza, desejabilidade e bênção, e é imposto com status social elevado, é a heteronormatividade. No âmbito da lógica social, a discriminação e a estigmatização são vias fundamentadas na inferioridade. Onde se calcaria a inferioridade da heterossexualidade? Observemos as colocações de Natividade e Oliveira nesse tocante:

A categoria heterofobia começou a ser invocada no interior de discursos conservadores, especialmente em debates sobre suposta consequência da aprovação da PL 122 sobre igrejas cristãs. A noção de “heterofobia” representa uma figura de linguagem que tenta inverter e subverter argumentos empregados por militantes LGBT na denúncia de práticas e discursos que desqualificam a diversidade: retrata o protesto de sujeitos em situação de subalternidade como uma forma paradoxal de “discriminação”, supostamente exercida pelos dominados contra os dominantes. É desnecessário frisar que, de uma perspectiva sociológica, a noção de heterofobia seria desprovida de sentido na medida em que as práticas assinaladas como “heterofóbicas” não obstruem direitos, estigmatizam ou produzem efeitos de inferiorização moral a terceiros, mas expressam reivindicações por equidade de uma minoria em posição objetiva e subjetiva de inferioridade. O poder de discriminar não é distribuído igualmente pela sociedade: o sujeito do ato discriminatório está alinhado a coletividades com maior grau de estruturação e prestígio (2013, p. 92).

A vivência heterossexual, exposta acima assegura que a mesma é merecedora de prêmio, até mesmo no pós - vida. Pelos discursos religiosos, a vivência da homossexualidade repercutiria de forma negativa principalmente após a morte, uma vez que com a passagem da vida física, a alma encontraria a condenação pela desobediência aos preceitos e normas para o sexo, seria a alma LGBT, destinada ao inferno, ao mal, ao sofrimento.

Pela ausência de argumentos que sustentem a discriminação e o rebaixamento da homossexualidade surgem elaboradas formas de rejeição e

ataque as orientações não-heteronormativas do desejo. Em outro contexto, ressurgem atitudes revestidas de preconceitos disfarçados, como afirmar o orgulho heterossexual. Não é ordinário, heterossexuais declararem sua orientação sexual, como assevera Simões (2009), pois, essa é a orientação sexual socialmente aceita, esperada, impelida, doutrinada pela sociedade e pelas religiões cristãs, judaicas e islâmicas. Quando ocorre esse tipo de afirmação, ela surge como forma de contraposição à homossexualidade, sendo instituídas, aí, as bases modernas da estrutura patriarcal de poder, segundo Eve Sedgwick *apud* Simões (2009).

Configura-se, então, que uma nova forma de se contrapor à homossexualidade como expressão do preconceito na pós-modernidade é afirmar a heterossexualidade. Ao fazê-lo revela-se o destaque à orientação sexual, como assevera Simões (2009), aceita, validada, requisitada e doutrinada pelas instituições, principalmente as cristãs, o que revela a presunção heterossexual, naturalizada em todos os contextos sociais, como alerta Bourdieu *apud* Borrillo (2014).

Essa prática se assemelha aos discursos religiosos que tentam impor a ideia de heterofobia por parte da sociedade LGBT; porém, nada sustenta, na prática, a rejeição à heterossexualidade ou a necessidade da sua afirmação. É uma norma já posta. O que tem sido abalada são as bases do status heterossexual, como única expressão sadia da sexualidade.

O processo de formatação heterocêntrica antecede o nascimento, pois a única orientação sexual esperada para a criança, fixada pelos roteiros criados, e impressa, como carimbo, ao nascer, é a heterossexualidade. O lugar que cada sexo (registro biológico-anatômico) deve ocupar na sociedade, bem como as construções identitárias aceitas são determinadas antes mesmo do nascimento; assim, toda a trajetória deve conduzir a pessoa a trilhar o plano heteronormativo. Desse modo, não há inferiorização na condição heterossexual para aceitarmos a ideia de heterofobia.

No geral, identificamos a presença da homofobia, afetando e normatizando todo o percurso humano, do pré-berço ao pós-túmulo. Mesmo antes de nascer já recebemos roteiros fixos de acordo com a genitália-destino, na perspectiva essencialista, funcionalista e biologista abraçada pelas religiões cristãs.

Assim, pelo temor ao que aconteceriam após a morte, seguidoras e seguidores desses discursos (princípios e preceitos) se conservam longe tanto do desejo homossexual, quanto da pessoa homossexual. Fazendo verdadeiro terrorismo em busca de convencer seculares a transformar seu desejo para obter a “salvação”, defendendo que é preciso evitar, curar, exorcizar as homossexualidades, se desejarem as bênçãos celestiais na vida terrena e espiritual.

Por último, ressaltamos que a nosso ver o empenho da bancada evangélica, atuante em todo país, não é movida por princípios puramente religiosos, são tramas que se tecem ao longo da história, veiculados aos elementos aqui apresentados, os princípios do patriarcado, da misoginia, do racismo, da heteronormatividade. Todos esses princípios, aqui, no Brasil, são potencializados pela corrupção sistêmica e orgânica, tendo por lastro o voto de cabresto.

A saída para esse círculo vicioso e retrogrado, faz-se necessária pela educação para liberdade e humanidade, como também, pela promoção de debates, construções e mediações na tônica dos Direitos Humanos, sobre tais caminhos, refletiremos a seguir.

1.5. EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS DOS DIREITOS HUMANOS

Como vimos, a política religiosa fundamentalista é caracterizada pela irreduzível defesa da negação de direitos das pessoas LGBT, em função das crenças em sistemas excludentes e hegemônicos. Seu projeto de governo se expande em diversos setores da sociedade. A interferência em vários setores da sociedade pauta-se na estratégica ocupação dos espaços de formação e deliberação, ao poder de financiamento que a via religiosa evangélica e carismática possui, favorecido diante de uma população afeiçoada ao cabresto.

Esse projeto assinalado pela diferença, que levanta a bandeira da indiferença frente às diversidades, alcança gradativamente as instâncias normativas e deliberativas no sistema nacional de educação, a exemplo da reforma no ensino médio, que promove um distanciamento das ciências humanas e uma ênfase no tecnocentrismo. Adotar essa perspectiva

educacional suspende o exercício crítico, reflexivo e dialógico na construção do pensamento/conhecimento em torno da complexa e pujante experiência humana.

Diante de todo esse processo, retrogrado de grande ameaça à democracia no Brasil, presenciamos o crescimento do ódio, da discriminação, da negação de direitos e da oposição religiosa de grupos conservadores perante os estudos de gênero, da sexualidade e da diversidade sexual dentro das instituições educacionais. Trata-se de uma política que promove o sucateamento em todos os sentidos. A aprovação da PEC 241/16 é um exemplo da direção que toma o governo no país, as perspectivas são de esfacelamento da educação, da saúde, da assistência social, para maior controle e manipulação das instituições, da econômica, dos grupos, dos corpos e das sexualidades.

Houve o ensaio de perspectivas e práticas educacionais que buscam a construção de uma formação humana não racista, não sexista, não LGBTFÓBICA, por meio das ideias educacionais progressistas e republicanas; porém, neste momento, a política pública orquestrada no país direciona-se em oposição a tais discussões, a exemplo da reforma do Ensino Médio, aprovada em 07/02/2017 (GELEDES, 2017), no Senado, por 43 votos a 13, cujo currículo as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia tornar-se-á não obrigatório.

A crítica a esse fato, deve-se em relação a essas disciplinas oportunizarem o questionamento das construções sociais e humanas, pois elas proporcionam o acesso a diferentes pensamentos e conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da nossa historicidade, abrindo espaço para o exercício de um pensamento crítico diante de sistemas discriminadores e excludentes.

A necessidade de tais disciplinas no currículo se impõe, inclusive, pela evidente dificuldade do exercício interdisciplinar, ainda existente na prática docente. É notório que a Sociologia perpassa a disciplina de Língua Portuguesa, pois os discursos e enunciados, bem como a própria linguagem são políticas. Todavia, convém questionar se estariam educadoras e educadores dessas disciplinas preparados para tal práxis? Ainda vivenciamos uma educação conteudista e positivista, que pouco consegue expandir o saber-

fazer pedagógico em direção a um amplo debate das implicações e rebatimentos das questões sociais e políticas em nossa vida social.

Destacamos outro fato, que exemplifica o retrocesso alinhavado pelo governo vigente, na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017): houve a exclusão dos termos “orientação sexual” e “gênero” na versão final, alegando que a intenção é apenas a de evitar repetições no texto, afirmando a presença do compromisso em combater todo tipo de violência. No entanto, a presença, de forma genérica, do combate a qualquer tipo de violência, bem como o transformar todo tipo de violência em *bullying* serve, simplesmente, para encobrir os elementos que fundamentam o preconceito e as discriminações.

Sendo assim, falamos de violência de modo generalista, sem refletir os mecanismos que provocam as violações humanas. Sem refletirmos sobre o racismo, o sexismo, a misoginia e a homofobia, dificilmente iremos desconstruir as bases que sustentam seus efeitos na sociedade.

São tempos tumultuados, marcados pelo embate entre forças ultraconservadoras, excludentes, corruptas e forças revolucionárias que colocam a educação em sexualidade, os estudos de gênero, a questão racial, além dos direitos civis, trabalhistas e humanos na pauta do dia.

As teorias pós-críticas (SILVA, 1999) assinalam que estamos diante de uma educação e de uma organização curricular e pedagógica que conduzem à exclusão das diversas crenças religiosas, do pluralismo cultural e étnico, das identidades e sexualidades no conteúdo, no método e na forma. Esses estudos apontam a escola como um aparelho formativo pautado na concepção ideológica e política patriarcal, racista e heteronormativa que ainda mantém intersecção com outras formas de exclusão.

Na escola, a homofobia é expressa por um currículo racista, sexista e heteronormativo. Os livros não apresentam a diversidade humana, a pluralidade inquestionável da família, nem as pessoas negras em posição de protagonismo. Do mesmo modo, as mulheres aparecem em sub-representação. Temos, na essência, um currículo excludente.

Ao admitir ofensas e discriminações, ao silenciar diante do preconceito e da existência de pessoas LGBT nos seus espaços, a escola assume o lado da heteronormatividade, assim como assume uma postura que sustenta o racismo, o sexismo, a misoginia e a intolerância religiosa.

Não obstante, a legislação educacional brasileira – com destaque para os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1998) – recomende a educação sexual e o combate à violência por orientação sexual e gênero, algumas pesquisas, em especial as de Abramovay et al. (2004), Lionço (2009), Novena (2010), Machado e Piccollo (2010), ABGLT (2016), revelam a existência de preconceito, discriminação e violência nos espaços educacionais contra a população LGBT.

O avanço nos debates e a pressão dos movimentos sociais LGBT e de negros/as mobilizou a criação de políticas públicas envolvendo diferentes segmentos governamentais, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia (2004, p. 11):

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas em [sic] efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

Neste sentido, no Brasil sem Homofobia estavam programadas ações que buscavam promover equidade para a população LGBT; por exemplo, encontramos, no Programa, a seguinte ação: “V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual” (2004, p. 22), atrelada à esfera educacional. Esse Programa foi um marco importante por envolver diversos ministérios e secretarias. No tocante a isso, ressaltam Machado e Piccollo (2010):

Na condição de tema transversal das políticas sociais públicas, a categoria “diversidade sexual” e seus correlatos estão presentes em vários documentos nacionais, como: Parâmetros curriculares nacionais – temas transversais, Programa Brasil sem Homofobia, Dossiê saúde das mulheres lésbicas e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Segundo tais documentos, a inserção da discussão sobre diversidade sexual, juntamente com o tema mais amplo da sexualidade, principalmente, nas políticas de saúde e de educação, têm como objetivos dar visibilidade a tais questões, além de promover a equiparação dos direitos sociais e a superação da violência e da discriminação em função da identidade e da orientação sexuais (p. 211).

Como exposto, a presença da categoria formativa e política da diversidade sexual, nos documentos nacionais de educação, apontam para a preocupação com a justiça social da população LGBT, é o reconhecimento do direito de aprendizagens em torno de uma dimensão humana estruturante e socializante. É a busca da superação da violência fundamentada na ignorância pela via educacional. O espaço educacional precisa assumir o compromisso da inclusão e com a cidadania.

Mesmo diante do referencial das políticas educacionais, as pesquisas revelam contornos da homofobia nos perímetros da escola. A pesquisa da FIPE¹⁴ (2009) relata que 93,5% das pessoas presentes no ambiente escolar admitiram ter preconceito de gênero e 87,3% de orientação sexual. Já a pesquisa da ABGLT (2016, p. 19) relata que:

60% se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual. 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero. [...] 48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares. 55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans. [...] 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual. 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. 36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões. 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência.

Esses dados evidenciam uma cruel realidade: para permanecer dentro da escola, a pessoa LGBT precisa desenvolver uma presença-resistência, consiste em suportar o sofrimento provocado pela condenação e estigma em função das agressões de que são alvos. Outra forma de contribuir para esse sofrimento e para uma negativa percepção de si mesmo, é a invisibilidade do desejo homossexual e/ou das expressões de gênero divergentes. A evasão escolar por estudantes lésbicas, transexuais, gays e bissexuais é um dos dados que aparece nas pesquisas.

¹⁴ Fundação Instituto de Pesquisa Econômica.

Os resultados dessas pesquisas denotam a necessidade de denúncias acerca da violação dos direitos humanos dirigida à pessoa LGBT. Os dados alertam para a necessidade de romper com o lugar do silêncio, sinaliza para a urgência de se fomentar o debate em torno das questões inerentes à sexualidade humana dentro das escolas e universidades. Postura similar deve ser assumida quanto às questões de raça, das pessoas com deficiências e das classes sociais desassistidas, pois esses marcadores têm repercussão na continuidade ou evasão registrada no sistema educacional, bem como, na desigualdade escolar, ocupacional e social desses discentes em função dos sistemas discriminatórios e excludentes que vigoram na sociedade (COUTINHO, 2015).

Mesmo diante de uma realidade tão hostil para o grupo LGBT, eclodem campanhas fundamentalistas e homofóbicas que usam do aparato político para cercear as políticas públicas educacionais, disseminando a ideologia do silêncio e do terror sobre os estudos de gênero e sexualidade. Porém, esse silêncio não é desprovido de propósito, pois, segundo Lionço (2009, p. 122):

esse silêncio não é um vazio, mas funda um campo de significação heteronormativo que naturaliza o binarismo de gênero sexista e heterossexista, por meio do apagamento de outras formas de expressar o gênero e viver a sexualidade. Essa é uma dimensão produtiva do silêncio, de uma política na qual não falar de diversidade sexual impregna os sujeitos de uma gama de sentidos heteronormativos sobre as possibilidades (legítimas e ilegítimas) de sexualidade e de afeto.

O apagamento da Diversidade Sexual ocorre de modo amplo e orgânico, pois a heterossexualidade abriga os rótulos de naturalidade e normalidade, tanto nos espaços familiares e religiosos, quanto nos espaços de formação educacional. A base de sustentação dessa normatividade é, em decorrência dos processos de silenciamentos, produzida pelos insultos, piadas, chamadas, ajustes de condutas, socialização e valorização dos estereótipos. Não falar sobre gênero e sobre o desejo homossexual confirma a preservação do binarismo de gênero e o status da heterossexualidade compulsória (RICH, 1990), fazendo sobressaltar que apenas na homossexualidade há impossibilidades, incongruências e paradoxos.

Além de deixar como registro a dolorosa experiência da solidão, do abandono e da rejeição, como afirma Lionço (2009, p. 57), “a homofobia impõe

uma experiência de solidão ao sujeito vítima da opressão, pois alguns dos mais importantes espaços de cuidado são também os de maior manifestação das injúrias homofóbicas”. E isso reverbera com grande incidência em suicídio, entre as pessoas LGBTs (jovens e adultos), bem como, no uso abusivo de drogas.

Educadoras e educadores, demais pessoas presentes na escola compartilham práticas e ações que orientam para a homofobia, segundo Louro (2011), por meio do desprezo, das piadas que ridiculariza a pessoa LGBT, pelo isolamento e afastamento, “como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais (p.70)”, para não levantar a suspeita de ser homossexual. Desse modo, se ergue uma segregação segmentada na invisibilidade da identidade LGBT.

Louro (2014) ressalta a necessidade de refletir sobre certos comportamentos ao abordar a sexualidade, pois, “se a norma tem como referência a heterossexualidade e coloca a homossexualidade e o sujeito homossexual como desviantes, precisamos nos perguntar de que modo isso se ‘faz’ nas escolas” (LOURO, 2014, p. 141). A autora ainda destaca a observação de Deborah Britzman com relação ao silêncio em torno da sexualidade:

Segundo ela, muitas pessoas têm o medo de que a “mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas”. Instala-se, assim, a preocupação de que ocorra um “recrutamento de jovens inocentes”. De algum modo, não se saber sobre essas comunidades parece que funciona como uma espécie de garantia de que o/a estudante irá preferir ser heterossexual. Acrescenta-se a esse quadro a ideia de que se uma pessoa fala, de modo simpático, sobre gays e lésbicas, ela se torna suspeita de ser homossexual (In LOURO, 2014, p. 142).

Desse modo, assegurar o desconhecimento protegeria crianças e jovens do desvio da homossexualidade. Esse argumento é tão falho, pois boa parte de lésbicas, gays e bissexuais não conviveram com homossexuais declarados/as e sim com heterossexuais ostensivos/as e aparentes. Aqui consideramos válido pontuar as considerações de Louro (2014, p. 143): “no entanto, a ignorância sobre a homossexualidade é, seguramente, uma ignorância sobre a sexualidade e, portanto, é também uma ignorância sobre a heterossexualidade”. Precisamos perceber que a postura profissional esperada

da educação em sexualidade é a de contribuir para “erradicar” o preconceito e a discriminação, provendo o conhecimento e o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e a diversidade.

Uma das principais barreiras para promover uma educação não sexista, e não homofóbica, de acordo com Louro (2014), é a do discurso religioso, que desconsidera ser missão da escola informar sobre a sexualidade humana, pois isso acarretaria em escolhas ‘morais e religiosas’ “que cabem primordialmente às famílias” (p. 135); porém, a direção assumida diante desse discurso é a do silenciamento, acreditando que, com isso, as questões sobre a sexualidade ficariam fora da vida das crianças e jovens. Louro (2014), argumenta da seguinte forma:

Uma suposição que se revela impossível. As questões referentes à sexualidade *estão*, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula – assumidamente ou não, nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (p. 142).

Assim, outra forma de lidar com essas questões é possível, pela busca do conhecimento em torno dos mitos e tabus, do conhecimento que pode promover aceitação das diferenças, sentimentos e expressões de afeto. Repensar as concepções a respeito da nossa sexualidade e prevenir que as questões do corpo, do desejo e do prazer sejam vivenciadas em conflitos ou vulnerabilidades, com negatização das diferenças. O espaço escolar visto por Junqueira (2011) como lugar de naturalização pode promover novas elaborações, outros modos de ver, ser e ancorar os fatos, coisas e sentimentos, na direção de formas mais criativas de existir no mundo, para além da reprodução do preconceito e da opressão.

Uma meio viável na luta pela conquista de direitos e cidadania para a população LGBT é romper com os sigilos e não-ditos – tão presentes na escola – através da reorganização do currículo, da formação continuada para docentes, do debate envolvendo todos os segmentos do espaço escolar, da promoção da visibilidade de todos os grupos. No aspecto da visibilidade, Marques (2009, p. 66) ressalta que:

o reconhecimento é um conceito que integra a alteridade, permitindo uma dialética do eu e do outro, implicando, portanto, em reciprocidade, defendendo o respeito à identidade individual e às

formas de ação, práticas e visões de mundo dos grupos desprivilegiados.

É nesta direção que o Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade – GTES – vinculado à Secretaria Municipal de Educação, do Recife, assume, desde 1996, ano em que o grupo foi criado, o desafio de desenvolver uma educação em sexualidade que promova práticas pedagógicas que integrem a alteridade e possibilite o acesso ao conhecimento em torno da sexualidade humana, buscando fazer a suspensão de interditos, silenciamentos e omissões diante de uma questão pertencente ao currículo como a diversidade sexual.

Os debates educacionais, na década de 1980, deram os primeiros passos para superar os silenciamentos em torno da sexualidade na esfera educacional, e inspiraram à criação do GTES, a LDBEN (BRASIL, 1996), os PCNs (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1997) são os primeiros documentos legais que abordam essa questão e embasaram sua estruturação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) passaram a incluir a sexualidade na organização do currículo, estabelecendo a orientação sexual como tema a ser abordado, pela transversalidade, na base curricular. Esse passo foi importante para estreitar a sexualidade como categoria formativa, intrínseca à esfera educacional. A perspectiva da orientação sexual dos PCNs simbolizava os primeiros ensaios para ultrapassar a perspectiva biologizante e higienista, herança da visão médica e religiosa sobre a sexualidade do início do século XIX (FOUCAULT, 2007).

A orientação sexual também estava atrelada à Portaria Interministerial nº 796, de 1992 (Ministério da Saúde e Ministério da Educação), que ressaltou o trabalho educativo de prevenção a ser desempenhado, embora o foco principal tivesse sido a prevenção de doenças (HIV) e da gravidez na adolescência, o que indica a prevalência de uma concepção ainda restritiva, que atrelava o sexo à doença e à reprodução, a qual também oportunizou mais debates nas hostes das políticas públicas educacionais para com as temáticas ligadas ao corpo, ao sexo, aos preconceitos e à necessidade de esses temas serem tratados na escola.

Para atender as demandas educacionais de âmbito federal, a Secretaria de Educação do Recife criou, em 1996, o Grupo de Trabalho em Orientação

Sexual – GTOS – com o objetivo de realizar, na Rede Municipal, o ensino da Educação Sexual. Parcerias foram realizadas e estudos foram implementados, e, desde então, o grupo tem atuado na produção de materiais pedagógicos que servem de subsídio para abordar o trabalho com a sexualidade na RMER, além de ministrar oficinas, palestras e promover atividades de formação nas Unidades Educacionais, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, com estudantes, docentes e demais pessoas envolvidas na escola.

Em meados de 2012, a Secretaria de Educação do Recife fomentou um debate para revisitar conceitos e princípios que balizavam a Educação Municipal até aquele momento, com o propósito de construir uma Política de Ensino Municipal, para o Recife, tendo por base a historicidade da educação em nosso município, inclusive enquanto fruto de lutas e reivindicações do povo e dos movimentos populares e de cultura. Em uma ação republicana e democrática vários segmentos da educação pública municipal se reuniram para tecer os princípios que orientariam a Política de Ensino Municipal do Recife. A orientação sexual esteve presente nessa construção como parte dos conteúdos que iriam compor o currículo; assim, o grupo GTOS participou da elaboração desse histórico documento.

Arroyo (2013, p. 09) declara que “em cada tempo nossas lutas se deslocam para novas ou velhas fronteiras e territórios”, mais além, o autor destaca que “o campo do conhecimento sempre foi tenso, dinâmico, aberto à dúvida, à revisão e superação de concepções e teorias contestadas por novos conhecimentos” (p. 37). Motivada por esse espírito reformulador, a Secretaria de Educação do Recife empreendeu, em 2014, a revisão da sua Política de Ensino. Mais uma vez, vários segmentos foram convidados para compor o árduo processo de revisão e reescrita deste documento que buscou, outra vez, abrir espaço para novos conhecimentos, para processos pedagógicos plurais e, principalmente, para a diversidade na construção das identidades e culturas no espaço educacional da cidade do Recife.

Este processo foi concluído em 2015 e sua composição deu-se em seis volumes: Fundamentos Teórico-Metodológicos; Educação Infantil; Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano; Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Educação Inclusiva: múltiplos olhares e Tecnologias na Educação. Neles encontramos três eixos: a Escola Democrática, a Diversidade, o Meio Ambiente

e as Tecnologias, que abrigam princípios políticos como solidariedade, liberdade, participação e justiça social. Neste documento, o GTOS está incluído no eixo Diversidade, ao lado das relações étnicas raciais e educação especial.

Em função das novas leituras e debates para a elaboração dos textos do GTOS, para a Política de Ensino, o grupo passou a questionar e refletir sobre a adequação do termo “Orientação Sexual”, chegando à conclusão de que o termo orientação sexual reporta-se, mais precisamente, à direção/orientação do desejo sexual, pertinente à escolha do objeto sexual (culminando na heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade). O termo não expõe a amplitude dos elementos psíquicos, sociais, históricos e culturais, tampouco abrande os elementos políticos e pedagógicos que constituem a sexualidade humana. A partir daí, o grupo optou por adotar uma nova nomenclatura: Grupo de Trabalho de “Educação em Sexualidade” – GTES. O termo Educação em Sexualidade é utilizado pela UNESCO, que assim o descreve:

A educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (2014, p. 11).

Esse documento corroborou para estruturar a Política de Ensino do Recife, na perspectiva de uma educação que apresenta a sexualidade como uma dimensão humana formativa que promove a socialização e a saúde integrativa. Nos livros da Política de Ensino, da RMER, a Educação em Sexualidade está organizada e sistematizada em três eixos, a saber:

a) corpo: concebido como um todo integrado que inclui a dimensão biológica com seus sistemas interligados; – a dimensão psicológica – com os sentimentos e sensações de prazer e desprazer; – e, a dimensão social – com a participação dos elementos culturais e históricos na construção de sua percepção; b) relações e justiça de gênero: refere-se ao respeito às diferenças em relação aos atributos, papéis e vivências que expressam o que significa ser homem e mulher na vida social; e c) diversidade sexual: refere-se às diversas possibilidades de existir na sexualidade, considerando as identidades sexuais e de gênero (POLÍTICA DE ENSINO, 2015, p. 47).

O compromisso pautado pela Política de Ensino para Educação em Sexualidade é o de promover encontros e diálogos com a sexualidade, em processos educativos que respeitem a diversidade humana, contribuam para a formação de seres humanos responsáveis pelo bem-estar mútuo, cooperativas para/na construção de uma sociedade não sexista, não racista, não LGBTFÓBICA e que respeitem as subjetividade e singularidades humanas.

Em 2016 houve a distribuição dos livros da Política de Ensino para docentes de todas as modalidades de ensino e para as Unidades Educacionais, desse modo, foi implantada a Política de Formação da Rede Municipal de Ensino do Recife. Neste momento, o GTES passou a fazer parte da Gerência de Política e Formação Pedagógica, estando presente em momentos de formação continuada com a temática da sexualidade para docentes por tempo determinado – contratadas temporariamente – além da gestão das unidades educacionais, coordenação pedagógica, auxiliares do desenvolvimento infantil, estagiárias e estagiários, equipe técnica-pedagógica e demais pessoas da comunidade escolar.

No entanto, a Educação em Sexualidade na Rede Municipal de Ensino do Recife enfrenta as barreiras impostas pela bancada religiosa da Câmara Municipal do Recife, devido a alguns parlamentares consideram que o espaço escolar não se constitui uma “instância de produção discursiva” acerca da sexualidade. Essas políticas religiosas tentam, segundo Foucault (1984), “organizar silêncios” e “interditos” e, com suas atuações político-religiosas fazem “circular erros ou desconhecimentos sistemáticos” em torno da sexualidade no campo educacional (p. 17).

O que entra em jogo nessa disputa em torno do currículo é o direito a repensar as normatizações e entendê-las, isso de acordo com Silva (2013), para quem “normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação às outras identidades, às quais são avaliadas e hierarquizadas” (p. 83), e, mais ainda:

O currículo deveria ser capaz de oferecer oportunidades para que crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidade de crítica e questionamentos dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (SILVA, 2013, p. 92).

O currículo é espaço de resistência, ação, mediação. Em seus fundamentos estão presentes a diversidade humana, o fomento ao pensamento crítico diante dos totalitarismos, a possibilidade do encontro com a realidade ponderável e imponderável, ele é instrumento para denunciar as formas de poder, sinalizar para os mecanismos que ensaiam o jogo democrático, na defesa das nossas identidades e direitos.

No tocante aos mecanismos sociais para a democracia e para a alteridade, é possível que eles também venham pela via política religiosa, mediante uma fé agregadora. Embora, as “junções entre religião e sexualidade” na atualidade sejam palcos de muitas guerras (NATIVIDADE; MARCELO, 2013), há respostas atuais na tônica da amorosidade. Conhecer essas respostas, segundo Natividade e Marcelo, poderá contribuir para que, no futuro, outras formulações respeitem a diversidade humana. Apresentamos alguns relatos nesse sentido, no tópico seguinte.

1.6 RESPOSTAS DA VIA POLÍTICA-RELIGIOSA: ALTERIDADE NA FÉ

Atualmente, inúmeros projetos, leis, decretos e políticas públicas direcionadas a LGBT têm ganhado mais investimentos e olhares para superar a discriminação, a violência e a exclusão que sofrem as vítimas da homofobia. Esses investimentos encontram barreiras em função de muitos representantes religiosos que defendem a negação de direitos e de cidadania à população LGBT, impondo a heteronormatividade, pelas narrativas biblistas. Por outro lado, respostas da via política-religiosa, pautada na fé com/pela alteridade tem revelado sua face iluminada no envolvimento com a diversidade sexual/humana.

Ao aquiescer que religião e sexualidade são processos polimorfos e polissêmicos, que envolvem diferentes sentidos, em um jogo entre crenças e descréditos, linguagens e imaginários, emoções e reações divisadas entre prazer, desprazer, culpas, gozos, dores e consolos, somos acometidos do desejo de examinar seus sentidos e construções ontológicas, até chegarmos ao fenômeno da intolerância religiosa e em sua relação com a homofobia, na tentativa de superá-lo. Esse exercício é de suma importância, de acordo com

Machado (2010), para enfrentar um cenário de crescentes movimentos religiosos fundamentalistas.

Para abordar a interface representativa entre religião e sexualidade, é primordial falarmos sobre fatores que constituem a sexualidade, os fenômenos identitários, clausulares e legitimadores como as homossexualidades e heteronormatividades, os gêneros, os direitos humanos e as identificações religiosas revisitando o percurso da religião diante desses elementos.

Neste trabalho, seguimos a vertente que interpreta essas gramáticas [religião e sexualidade] como produtos da atividade humana que se constitui não automática, nem procedente, restritamente, do campo biológico, como dado, *a priori*, muito menos construído em um processo linear, homogêneo, rematado ou de caráter imutavelmente heteronormativo. Convém evidenciar que as crenças religiosas são agentes de respostas múltiplas, pois:

O fenômeno religioso que promove o referencial do sagrado, que ultrapassa o humano, pode ocasionar o que Berger afirma ser o risco da alienação. Pois oculta ao homem que os cosmos são construções humanas. Porém, ele também assegura que a religião tanto pode ser um viés para alienação como pode ser um aporte para desalienação humana. Esse é o grande desafio do campus religioso (GOUVEIA, 2016, p. 4)

Perante tal especificidade, capaz de mediar tanto à alienação, quanto a desalienação, que organiza, produz sentidos e cosmos humanos, requer amplo estudo, investigação e atenção. Destacamos, no âmbito acadêmico, o campo epistemológico das Ciências da Religião, que surgiu para atender a demanda das pesquisas acerca do fenômeno religioso, ancorado em estratégias investigativas aderentes à especificidade do objeto de estudo: a religião. Este campo de pesquisa requer e abriga a possibilidade de diferentes olhares, tanto pertencentes ao espaço religioso, quanto aos estudos da sexualidade e dos estudos feministas, como ressalta Leonardi:

A desconstrução das barreiras dos estudos de gêneros e religião deveria se dar em dois sentidos: entre aqueles/as que pesquisam religião e aqueles/as que pesquisam gênero, mas também entre aqueles/as que olham de dentro e aqueles/as que olham de fora. Se, de fato, desejamos pensar “gênero, religião e feminismo” de forma integrada e relacional, praticantes, militantes e pesquisadoras/es precisam criar um trânsito e um diálogo entre si (*In* ROSADO, 2015, p. 285).

Concordamos com a afirmação de Leonardi, que muitos conhecimentos têm sido produzidos no Brasil, em toda a América Latina e no âmbito internacional, em busca de discursos que revisem as fronteiras conflituosas entre religião, sexualidade e diferenças, a exemplo da teologia feminista. Nesse ínterim, muitos elementos se misturam. Para além dos conflitos, também surgem novas formas de pensar o religioso, outras relações com o sagrado, delineando uma trajetória mais independente e individual.

Vislumbramos outros movimentos e experiências religiosas surgindo, nos quais a relação com aquilo que é estranho e diverso tem seguido as vias da alteridade, o que pressupõe o desapego de certezas e visões restritas. Isso representa a expressão da alteridade na fé. Esses movimentos tornam possíveis os encontros com as diversas cosmovisões em torno da vida – que não pode se reduzir ao pensamento religioso cristão, patriarcal e eurocêntrico – mas consideram os saberes das ciências humanas e sociais, que agregam os estudos feministas, do ativismo LGBT e negro, em prol dos direitos humanos.

O surgimento das igrejas inclusivas (SOUZA, 2011) é um exemplo de reações transgressoras no âmbito religioso. Ao reconhecer a sexualidade em sua pluralidade e fluidez, elas legitimam o desejo e as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, que passam a serem vistas como expressões humanas plausíveis.

No tocante às igrejas inclusivas, assevera Natividade (2009), que tal postura vem corrigir a inclusão perversa que ocorre nas demais igrejas cristãs, que acolhem com a proposta e prescrição da mudança da orientação sexual, com o objetivo de terapeutizar o desejo homossexual. Nesse formato, podemos falar que há uma incompleta inclusão, e sobre isso questionamos: há meia aceitação, meia salvação, meio consolo, meio amor? O que de fato caracteriza a inclusão de LGBTs dentro das instituições religiosas? Encontra uma cabível resposta em Natividade:

o que define uma postura de “inclusão” é a suspensão do interdito que marca o exercício da homossexualidade como pecado, e o que caracteriza uma igreja como “inclusiva” é permitir abertamente o exercício de cargos, atividades de liderança espiritual e cuidado pastoral por pessoas LGBT (2014, p. 57).

A atitude de incluir, subjacente ao desejo de corrigir a orientação sexual homossexual, corresponde a incluir para excluir e, nessa postura, permanece a hierarquização das sexualidades, a concepção de uma boa e uma má sexualidade que vigora desde os primórdios do cristianismo, tendo como base um completo desconhecimento (ignorância) da construção da sexualidade humana.

Na pós-modernidade, o desejo da diferença (NATIVIDADE, 2014) e a permanente necessidade da afirmação da identidade religiosa (TEIXEIRA, 2017) se confrontam com a afirmativa da diferença de muitas outras identidades igualmente legítimas.

Vale ressaltar que a titularidade da diferença é compartilhada com todas as pessoas. Essa questão passa a ser urgente tanto nos ativismos, quanto nos espaços da religião, da política e da ciência. Assim, a pós-secularização vem revelando o (re)locamento religioso frente ao seu entrelaçar-se com a política e com a ciência, requerendo difíceis soluções para as graves questões que se produzem nessa relação mítica, científica e política.

Importantes representatividades surgem nos movimentos ligados à religião, como nos grupos das teólogas feministas (BUENDÍA, 2015), que atuam de forma resistente alinhando sexualidade, gênero e outra teologia, que buscam refletir e atuar desconstruindo a misoginia, o sexismo, a demonização da diversidade sexual, pelo direito de decidir das mulheres sobre seus corpos, lutando pelos direitos humanos, com base na Constituição Federal de 1988.

Lilian Lira apresenta como líderes religiosas foram desafiadas a darem respostas para as opressões e violência contra as mulheres:

A partir da década de 1970, pastoras protestantes foram confrontadas com o relato de mulheres em situação de violência, iniciando esforços para lidar pastoralmente com tais casos concretos, uma vez que elas se sentiram subjetivamente desafiadas a dar uma resposta convincente redundando na produção de importantes obras teológicas feministas sobre o tema (2004, p. 124).

Assim, as narrativas e ativismos religiosos podem ser espaço de mudança e transformação, presentes em conjunturas que seriam impensadas

antes da secularização. Recorremos às palavras de Aragão (2013¹⁵), para refletirmos sobre a religião como construto humano, que promove sociabilização e cria uma rede de relações que precisa ser ressignificada, como podemos constatar:

Porém, nas entrelinhas dos textos sagrados, e para além deles, em sua encarnação prática, litúrgica e doutrinal, a maioria das religiões não tem sido capaz de compreender - e inspirar coordenadas de valores, junto com proteção social para - as alteridades sexuais e afetivas que se afirmam. Com a nossa "libertação da natureza" (e relativização da agricultura) pela indústria moderna (já estamos na quarta revolução industrial, a biotecnológica), pelo menos os grupos mais beneficiados pela cultura da diversão (na "aldeia global" desse "admirável mundo novo" em que há coca-cola e internet para quase todo mundo) sentem-se livres para expressar outras condições sexuais, para compartilhar novas cartografias de desejo e de família. E o conceito cultural-religioso de "lei natural" (versão racionalizada daqueles mitos axiais agrícolas e que embasavam tradicionalmente a moralidade da "posição do missionário" - única considerada virtuosa, porque vinculada à obrigação de procriar) não se sustenta mais diante das descobertas pluralistas e evolutivas da antropologia, acerca de alternativas ético-míticas - também no campo de gêneros sexuais.

Aragão assinala que na sociedade pós-moderna, inúmeros adventos marcaram as cartografias humanas e as expressões da sexualidade, ampliaram o acesso à informação e as alternativas ético-míticas, requisitando alinhamento entre o ministrar valores religiosos e o compromisso social de preservação da diversidade humana/sexual. Ainda defende Aragão:

Hoje, para além da redução binária da matemática, com as novas descobertas da física, a ciência desvela uma lógica da complexidade que envolve o Universo em diversos níveis e o abre para o mistério da realidade e da sua polissêmica compreensão. A religiosidade está voltando a ser buscada e respeitada, seu simbolismo tem uma verdade a comunicar sobre o sentido de todas as coisas, desde o começo. Mas a experiência religiosa tem algo a aprender com a relatividade da nova ciência, no que respeita à consideração de outras camadas de vivência, de outras possibilidades de acesso à transcendência. "Deus é a harmonia dos contrários", dizia Nicolau de Cusa. As ciências da religião como uma sinfonia capaz de harmonizar o que se manifesta e se esconde entre e para além das contradições (2012, p. 293):

Essa disponibilidade para repensar os parâmetros da religião a partir do diálogo comunicativo entre os saberes produzidos em outras áreas humanas, da reinterpretação criativa das narrativas religiosas e da aproximação entre as ciências, em busca do entendimento para a humanização e para a afirmação

¹⁵ Blog Estudos de Religião - DIREITOS (E DEVERES) DAS OUTRAS SEXUALIDADES. Não consta página.

da vida, permite a aposta em outras construções, em mudanças possíveis no universo religioso e das pessoas sem religião.

Um caminho profícuo é a transdisciplinaridade presente nas Ciências da Religião que instaura a possibilidade de refletir sobre as questões que envolvem a religião e a sociedade a partir da fenomenologia, sociologia, psicologia, antropologia e história da religião, entre outras áreas, além de agenciar atualizações do conceito de ciência e religião em um mundo demarcado pela pós-secularização, no qual emergem outras perspectivas do ser humano e da sua relação com o religioso, com o sagrado, com a sexualidade.

Consideramos que as conexões entre religião e sexualidade se retratam com enquadramentos desagradáveis e com feições hostis em função da vertente religiosa fixar seus preceitos morais e religiosos em proibições e repressões que acarretam a exclusão do diferente, fazendo alusão ao conceito de identidade e diferença de Silva (2009).

Essa exclusão ocorre não apenas no/do cenário religioso, a grande questão é que o rebatimento do discurso religioso contribui para redução da cidadania com a negativa das identidades sexuais e dos direitos humanos. A negativa da heterogeneidade, a tentativa para abolir ou extinguir a diversidade implica violar e violentar a condição humana.

As infinitas limitações e normatizações que, intrinsecamente, propõem benção, proteção e salvação, principalmente através de interditos sexuais apregoados em decorrência de um tradicional apego à letra e a interpretações descontextualizadas das escrituras na atualidade, desembocam em dor e violência. Impor, indiscriminadamente, a obediência à crença é próprio do fundamentalismo, questão que será, posteriormente, abordada neste trabalho.

Mesmo diante da crescente onda reacionária ancorada nos projetos político-religiosos, encontramos excelentes arguições, no campo das Ciências da Religião que ressaltam o reconhecimento dos direitos (e deveres) das outras sexualidades de acordo com Aragão (2013¹⁶):

¹⁶ Blog Estudos de Religião - DIREITOS (E DEVERES) DAS OUTRAS SEXUALIDADES. Não consta página.

Em vista disso precisamos pactuar, então, um axioma de conhecimento para além da lógica clássica - identidade, não-contradição e terceiro excluído -, onde uma verdade não seja adversária da outra e a síntese não nasça do túmulo do que se exclui. Para além dessa maneira de pensar, que é a da "maioria moral", precisamos aprender a lidar com a contradição aparente da pluralidade de absolutos, considerando a complexidade da realidade e da verdade (no espectro entre homo e hetero, por exemplo, encontram-se várias gradações na vida de cada pessoa), exorcizando o princípio soberano da identidade vitoriosa sobre toda diferença (a sexualidade biológica, macho e fêmea, não é o único componente para se construir a identidade psico-social de gênero, feminino e masculino e outras, entre e além), acolhendo a controvérsia, a relação e o paradoxo para além do princípio de não-contradição e, sobretudo, servindo à causa do "outro", atendendo ao revelador grito dos desempoderados (dos "terceiros" gêneros), que devem nos inspirar criatividade amorosa. Esse cuidado pode dar a justa medida da vinculação entre direitos e deveres, pode ser o princípio originante da razão - e da fé - que humanizam.

A partir dessa perspectiva de vanguarda, podemos dialogar com a diversidade sexual intrínseca ao gênero humano, sem posicionar aquelas não heteronormativas como pessoas demonizadas, em pecado ou em desajuste, mas como cidadãos e cidadãs do mundo, com direito à vida, ao prazer, a constituir família e ao pertencimento religioso, se assim desejarem.

O ponto de vista acima, defendido pelo professor do programa de Ciências da Religião – UNICAP – Gilbraz Aragão, representa pressupostos para uma religiosidade e ciência que tenham como ética e valores centrais a humanização, a criatividade e o amor à vida plural. Nessa perspectiva, tivemos a oportunidade de reunir alguns registros de experiências religiosas positivas, dentre elas, destacamos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil - IEAB.

Soares e Bassotto apresentam na publicação *Gênero, Sexualidade, Diversos da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil* (2016, p. 7) que a IEAB:

Nos últimos 20 anos, tem estabelecido diálogos entre lideranças clericais e leigas sobre a temática das sexualidades tendo sido inclusive lançado para toda a Igreja, através da Câmara dos Bispos, 2 cartas pastorais (I Carta – 1997 e II carta -2007). Foi expresso ainda nas conclusões da I e II Consulta sobre Sexualidade Humana (2001/2004) que “persiste entre nosso povo muitas dúvidas sobre sexualidade”.

Essa ação representa um entendimento amplo da importância da sexualidade no exercício da fé e da responsabilidade que o ativismo religioso tem na elucidação das questões humanas para além das descontextualizadas interpretações dos textos bíblicos. Para destacar a proposta inclusiva, lançamos um recorte da Declaração da II Consulta (citada acima):

Em nome de Cristo libertador de todos nós, pessoas pobres e ricas, clérigas e leigas, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, assinamos essa carta na esperança de que essa simbolize novos horizontes para nossa Igreja, para que ela seja mais humana, mais solidária, mais inclusiva e amorosa. (2016, p. 80).

Essas construções narrativas religiosas evidenciam que outra religiosidade é possível. São expressões religiosas que não se abalam no diálogo com a diversidade humana, com o acesso ao conhecimento. São crenças que não se fragilizam diante do desejo e do prazer. Na seara da fé, a alteridade tem reconstruído princípios religiosos para ampliar a inclusão. Identificamos que existem muitos desafios, mas nessa seara há ministérios atuantes para promoção da paz.

Esses exemplos são as novas respostas que estão surgindo nas instâncias da religião, como florescem nas Ciências humanas, nas Artes, no meio do povo. No tocante ao poder do povo sinalizamos para uma possível saída do jugo da política hegemônica e excludente, será pela ocupação dos sítios deliberativos das políticas públicas para a garantia dos direitos, assim reafirmamos a necessidade da representatividade LGBT nestes espaços, conforme declaração de Citeli:

Por esse motivo, a abertura de políticas favoráveis à liberdade e à diversidade continua dependendo da capacidade política dos grupos ativistas para desmontar a construção religiosa e naturalista que trata o patriarcalismo e a heteronormatividade como únicas opções aceitáveis para base familiar (In ROSADO, 2015, p. 248).

É explícita a desigualdade que ainda prevalece nos espaços políticos deliberativos, entre representantes LGBT e representantes da religião cristã fundamentalista. A escola tem parte nesta excludente realidade, por ter mantido distante dos espaços de formação acadêmica as pessoas vistas como desviantes das normas, sendo recorrente atribuir à evasão escolar e/ou os baixos rendimentos destas às questões externas à escola, relativas à estrutura econômica e familiar. Mudar essa realidade é uma demanda urgente.

Contrários a essa postura, o amplo e plural movimento feminista, como o negro, teólogo e lésbico, bissexual e transexual questionam e contestam a atuação/imposição de líderes da religião cristã na política, pois, em seus discursos reinam a oposição aos avanços das políticas públicas no campo da sexualidade humana e dos direitos das mulheres, como assevera Vaggionne:

Para os movimentos feministas e pela diversidade sexual, a influência do aspecto religioso é um dos principais pilares culturais e políticos que sustentam o patriarcado e a heteronormatividade como sistema de poder. Por isso, não é de surpreender a existência de certa compatibilidade ideológica entre a agenda desses movimentos e uma teoria da secularização que prega e propõe a constante retirada das religiões da esfera política (2015, p. 73).

É preciso repensar os limites da religião, impostos por religiões que tendem a permanecer presentes nas diversas áreas humanas. A questão transita, principalmente, pela garantia de direitos e pelo respeito à constituição e aos direitos humanos, que pelo aniquilamento do discurso religioso que, aliás, faz parte da essência humana.

Refletir sobre a total exclusão da religião na política equivale a desejar o impossível, pois a religião e, sobretudo, a religião cristã católica vem desde a colonização impondo uma lógica cristã na política, na cultura, na contagem do tempo, nas festividades, de difícil anulação, contudo, esse processo pode ser amenizado pela defesa e efetivação da laicidade, bem como, pelo avanço no debate em torno do campo religioso e de sua presença na sociedade e na política.

Abordaremos, no capítulo a seguir, as bases do fundamentalismo, sua contribuição pedagógica na manutenção da monocultura, na exclusão, que provoca muitos martírios na vida das pessoas LGBT. Também iremos refletir e analisar o papel que o desejo (entendido como forças tangenciais em direção ao prazer) opera a serviço da transgressão das normas hegemônicas.

2. O MARTÍRIO DA VIDA PELO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO, A SALVAÇÃO PELAS TRANSGRESSÕES DO DESEJO

*É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une.
É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo, no sentido originário do termo complexus: o que é tecido.*

Edgar Morin

No presente capítulo, abordamos as bases do fundamentalismo, sua expressão no religioso e o martírio que acarreta na vida das pessoas, em função da sexualidade. Em contrapartida, registramos algumas respostas do desejo e suas transgressões, pontuamos a hermenêutica da sexualidade, a partir da Diversidade Sexual e seus elementos constitutivos, também revisitamos os documentos educacionais que regulam a educação em sexualidade, via constitucional para desconstruir os desserviços em torno da Diversidade Sexual.

2.1 FUNDAMENTALISMO A SERVIÇO DO MARTÍRIO DA VIDA

Embora o termo fundamentalismo tenha surgido para nomear um específico de protestantes, nos Estados Unidos, no século XX, o vocábulo também é atribuído a outros grupos religiosos. De acordo com Pondé (2014), a palavra se popularizou nos meios midiáticos e literários com muitas controvérsias e incongruências, podendo ser utilizada para definir a postura de rejeição à “modernização secular”, que se caracteriza pela:

Recusa, portanto, da cosmovisão científica, da crítica histórica dos livros sagrados, da emancipação feminina, enfim, da secularização enquanto tal, mais especificamente no âmbito da moral e política, e não necessariamente no uso dos ganhos tecnológicos. Estes fundamentalismos podem ter maior ou menor impacto geopolítico (o islâmico e o judaico são conhecidos por terem forte apelo geopolítico) ou se ater à vida “interna” de uma sociedade específica, como o Protestantismo Americano ou o Pentecostalismo Brasileiro. Os fundamentalistas tendem à heteronomia e à recusa do hedonismo individualista do desejo, típico das sociedades liberais ocidentais (p. 171).

Nessa definição, ressalta-se a dificuldade de fundamentalistas dialogarem com o espírito do tempo, o multiculturalismo e a diversidade, estando exilados/as no império do controle e da dominação. Pereira (2013)

destaca como o termo *fundamento* é social, cotidiano, assumindo carácter de legitimidade/poder para coagir:

Os fundamentos de uma vida cristã. Os fundamentos da ética. O fundamental da moda. Os fundamentos da cozinha italiana. Os fundamentos filosóficos da física. Fundamental é mesmo o amor. Beleza é fundamental... O discurso dos fundamentos está na linguagem corriqueira como expressão de força e pretensão de verdade. [...] Este fundamentalista e biblicista é só uma versão mais próxima de construções de poder e pensamento que marcam *fundamentalmente* a cultura ocidental cristã (PEREIRA, 2003, p. 23)
Grifo do autor.

Vale salientar, como destacou Pereira o fundamentalismo, é uma visão que faz parte de diferentes esferas da produção humana. Assume a posse exclusiva da verdade. Impõe suas crenças como naturais e inquestionáveis. Em seus conceitos o natural é reduzido como algo imutável, sobre o qual não pode haver influência. Os fundamentos religiosos cristãos são apenas um recorte da trama de subjugação que está na base do projeto ocidental de civilização e colonização, pelas vias do controle do sexo, foco predileto das religiões (ENDJSO, 2014).

O cristianismo pretendido como religião universal é fundamentalista. Impõe a si mesmo e nas outras religiões a pretensão do Um e do Primeiro. Há o desejo mimético do divino mais que os outros. Fundamentalista é o cristianismo entendido como resposta unívoca na história. Fundamentalistas são as reações e as resistências. Vitorioso, o modelo ocidental-cristão injeta doses cavalares de intolerância e violência há tanto tempo e de modo tão eficiente que já não se [sic] deixa ver seus fundamentos. Fundamentalista é o nicho do pensamento ocidental. Fundamentalista é a ciência refém do capital e seus instrumentos de saber (PEREIRA, 2003, p. 24-25).

Quando um fato e/ou um discurso assume o carácter de realidade, como descreve Larrosa (2013), torna-se intocável, território de legitimidade, inabalável, constitui-se de/com poder. Por este viés, o fundamento cristão assume o carácter de realidade em nossa sociedade.

O fundamentalismo se reconstrói, assume novos formatos, os seus feitos e estratégias adotam outras linhas de opressão e se irradiam na direção da promoção da violência contra quem se encontra fora daquilo que considera “verdade”, tentando consolidar a anulação e o aniquilamento da diversidade humana. Os princípios fundamentalistas passam a imperar como lei-estado, impondo conduta, roteiro e normas legalistas/reais para a sociedade, como advoga Pereira:

Fundamentalista como a política e a economia imperial só sabem ser. Fundamentalista como a exclusividade do gênero masculino nos poderes. Fundamentalista com o racismo persistente insiste em ser. Fundamentalista como a heterossexualidade afirma ser. Fundamentalista como a tecnologia dobra o ambiente e seus seres. Fundamentalista como o capital se afirma sobre o trabalho. Fundamentalista (PEREIRA, 2003, p. 24-25).

Deriva dessa concepção centralizadora, a razão do império dos discursos naturalistas, fundamentais para a ordem da família, da tradição e da propriedade. Fundamentos do lugar da mulher, das normas do gênero, da orientação sexual normal, dos direitos da elite, do Deus único, dos poderes masculinos, entre outros constructos sociais, são reconhecidos como a realidade intocável, fundamental.

Essas normatizações convertidas em realidade (LARROSA, 2013) passam a ser indiscutíveis, sem solução, ou seja, a realidade “resolve a questão”, “quando é a realidade que fala nós devemos calar” (p. 160). O fundamentalismo é a realidade inquestionável, prepotente, única.

Desconstruir o fundamentalismo é desconstruir a hegemonia dos sistemas opressores da sociedade, para além das fronteiras da religião. Os discursos hegemônicos encontram sustentação no fundamentalismo. Com a participação ativa do fundamentalismo religioso, a humanidade experimenta, historicamente, os efeitos devastadores de complexos e entrelaçados sistemas opressores como o patriarcado, a colonização, a globalização, excludente em tantos fatores, a heteronormatividade, a misoginia, o etnocentrismo e o racismo. Seus ditames reforçam e sustentam o *status quo* da opressão.

As expressões dos grupos conservadores fundamentalistas têm assumido diferentes percursos, porém, com o objetivo fixo de perseguir e controlar a mulher, o corpo e o sexo. O principal embate do dogmatismo religiosos no cenário político mundial – extremamente atuante no Brasil – é contra as políticas públicas voltadas para as esferas da sexualidade, entendendo-se aqui, políticas voltadas para as mulheres, para transexuais, para a população LGBT, no enfrentamento aos sexismo, racismo, misoginia e à LGBTFOBIA. Neste aspecto, afirma Jurkewicz:

Como sabemos, impacto negativo do dogmatismo religiosos sobre leis e políticas no campo da sexualidade desperta fortes demandas para restaurar os princípios da secularidade e da laicidade. Contudo, é preciso perguntar se a simples restauração da secularidade e da

laicidade resolveria automaticamente as tensões resultantes do “triste retorno dos religiosos” (2011, p. 41).

Ao que parece não é tão simples a solução, pois estamos lidando com um projeto milenar de total autoridade, que envolve outros sistemas autoritários, excludentes. Nele, a secularização surge como veículo de poder e dominação que, para manter seus mecanismos de controle (FOUCAULT, 1984), precisa encontrar outras vias, outras direções.

Tais representantes religiosos/as, apropriados de um discurso com as características supramencionadas, incitam a exclusão e a fixação das diferenças como desigualdades, marginalidades, ofensas ou como ameaçadoras da ordem, naturalizando as divisões sexuais de trabalho, raça e gênero. Esses discursos, envolvidos por uma aura de religiosidade e divindade, acirram a exclusão, a opressão e o ódio ao diferente que representa, segundo Souza (2011), “a desumanização do ser humano considerado diferente”. E essa ideologia vem reverberando, na sociedade, há longo tempo, alcançando, neste momento, índices alarmantes.

O discurso fundamentalista cristão tem como foco, na atualidade, segundo Mujica (2011, p. 87), a preservação da tradição e a defesa da vida, no cotidiano. Dentro da tradição, são apagadas as idiosincrasias e as singularidades. A referência é ao sexo heterossexual, monogâmico, e o espaço ‘natural’ do feminino é o lar. Essas possibilidades são intituladas de naturais, daí toda educação, familiar e escolar, deve produzir, em série, pessoas com estes comportamentos e padrões. A cada dia o discurso religioso invade os espaços de formação, como escolas, universidades e ambientes de formação docente.

A atuação de pessoas religiosas fixadas em um ultraconservadorismo é marcada pela luta para sustentar a submissão feminina e a exclusão da diversidade sexual, promovendo sistemático ataque aos direitos sexuais. Esse posicionamento cresce, de forma influente, em todo o país, através das manifestações do fundamentalismo religioso e de sua presença em espaços políticos, alcançando âmbitos estratégicos de poder e decisão política, como é o caso do Legislativo. Esse projeto alcançou o espaço político.

Para garantir seus códigos morais, busca legislar para a tradição e produzir leis que assegurem o bom sexo. Ao mesmo tempo, tentam barrar leis

que afirmem os direitos da diversidade humana. Esses movimentos estratégicos revelam uma transformação secular no discurso, não se restringindo apenas às narrativas bíblicas, porém, mantêm o mesmo propósito, como podemos ver em Mujica (*In* JURKEWICZ):

O ativismo conservador que defende as tradições ultrapassou o religioso-secular como dicotomia e penetrou estrategicamente no secular. Isso obriga a pensá-los de maneira diferente a repensar a figura do fundamentalismo religioso. É preciso considerar que o olhar que se teve sobre o fundamentalismo criou imagens essenciais desses grupos e evitou o registro de suas práticas e estratégias, gerando estereótipos (2011, p. 94).

Esses movimentos estratégicos revelam que não são grupos herméticos como os seculares. Mostram uma dinâmica de adaptação aos novos processos formativos e sociais. Ocuparam a política partidária e as ONGs, criaram grupos profissionais e científicos, estão presentes nos meios virtuais e na internet; tais fenômenos são reações, segundo Mujica (2011), à crise dos discursos tradicionais. Mais ainda: eles representam a força resistente às mudanças e transformações. Mais que isso, representa uma postura que resulta em sofrimento, pois como explanam Guimarães e Júnior (2015, p. 85):

“Quem se sente portador de uma verdade absoluta, como os inseridos em movimentos fundamentalistas, não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a intolerância, que gera o desprezo do outro, e o desprezo, a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado. Irrompem conflitos ideológicos com incontáveis vítimas.”

Representam, na sociedade, a intolerância ao corpo (principalmente o feminino), ao prazer, à pluralidade. A verdade absoluta fecha todas as possibilidades e portas, anula o valor do pensamento, da liberdade e principalmente, anula o valor da vida. O exemplo disso são os atentados disseminados pela ideologia fundamentalista no mundo inteiro. Pereira descreve o que significa o fundamentalismo, da seguinte forma:

Os fundamentalismos são palavras contra corpos, palavras sem os corpos, palavras apesar dos corpos. Palavras que se solidificam em políticas, palavras que silenciam palavras outras. A luta contra os fundamentalismos se dá na afirmação do corpo em suas relações como lugar de produção de conhecimento, de produção e reprodução da vida material, produção e fruição de prazer e beleza (2003, p. 33).

O fundamento, apesar dos corpos, destitui a vida dos corpos, nega e anula o fluxo da vida, dos desejos e feitos efetivados pelos corpos. Por perceber a incapacidade de interromper e destruir os desejos humanos, o combustível de todas as idealizações, mediações e sentimentos humanos, os fundamentos destroem os corpos. Apesar da expressão do martírio simbólico e real contra muitas vidas, outros corpos se erguem proclamando que a esperança da humanidade não sucumbe aos fundamentalistas. São corpos políticos. Veremos no próximo tópico que a esperança se renova nas hermenêuticas da sexualidade.

2.2 A HERMENÊUTICA DA SEXUALIDADE NOS CORPOS

A concepção em que ancoramos nesta pesquisa concebe a sexualidade como um fenômeno movido e concretizado pelo desejo que engendra todas as pulsões humanas. A sexualidade corresponde às instâncias do prazer na carnalidade, do prazer discursivo, simbólico e cultural que permeia todos os seres humanos, do nascimento até a finitude, com direções e realizações não lineares, conforme expõe por Kaplan *apud* Paoliello (2013):

A sexualidade depende de quatro fatores psicosssexuais inter-relacionados: identidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual e comportamento sexual. Estes fatores afetam o crescimento e o funcionamento da personalidade. A sexualidade é algo maior do que o sexo físico, com ou sem coito, e menor do que todos os componentes direcionados à obtenção do prazer (p. 44).

A partir desse enfoque, consideramos pertinente compartilhar o modo que percebemos esses múltiplos fatores que incorporam a sexualidade humana e geram uma força tangencial ao prazer (QUINET, 2013), mesmo quando este é contestado.

Desse modo, corpo, gênero, orientação sexual, práticas e comportamentos sexuais respondem a motivações que não são determinadas pelos orifícios e genitálias, estas podem ser vias para expressar sensações, apresentar defeitos, ser refeitos, bem como, paralisar diante das ordens externas ou inconscientes. Assim, os formatos pelos quais as pessoas se expressam em busca do prazer, nas relações sexuais, estão para além da genitalização (ARAÚJO, 2010).

Nesta concepção, o sexo biológico não fixa nem determina os aspectos intersubjetivos da sexualidade (LOURO, 2014). O sexo biológico é conceituado, na concepção de Jesus (2008), pelos componentes fenótipos (órgãos genitais e órgãos reprodutores), fisiológicos (distribuição diferencial dos hormônios sexuais) e genótipos (genes masculinos e genes femininos). Cabe refletir sobre as perspectivas essencialistas e naturalistas, pois faz sentido órgãos e genes responderem pelos nossos sentimentos e emoções. Podemos afirmar que a química é produtora, sitiadora dos nossos afetos e desejos. Freud (1933), afirma que a anatomia é importante, porém, não soluciona a questão do gênero e nem delibera a escolha do objeto, a sexualidade escada ao biológico: “aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia.” (p.76)

Consideramos bastante apropriada a descrição de Paoliello, relativa à sexualidade e seus caracteres subjetivos, cambiantes, psíquicos, imbricados no processo que provoca a perda da “bula biológica”, nos seguintes termos:

A sexualidade humana se desenvolve pelas mesmas identificações que estruturam o psiquismo. Aquilo que nos torna humanos, desejantes, a troca do instinto pela pulsão, provoca a perda de uma bula biológica, deixando-nos à deriva. Dessa forma, a sexualidade humana é um caos meio ermo e ficamos sem um lugar certo para ancorar o desejo, nossa agonia e êxtase. Cada um constrói seu porto como pode (2013, p. 46).

Portanto, para além dos fatores da biocorporeidade, somos sujeitos do desejo, e as estruturas que constituem a nossa gramática sexual são reflexo de elos profundamente entrelaçados com as exigências pulsionais e sociais, emersas nas teias semânticas da cultura, da política, da religião, da economia e da etnia, entre outros indicadores sociais. Processo psíquico que exige solução e equalização subjetiva.

Para as teorias pós-estruturalistas, compartilhadas pelos estudos feministas e LGBT o corpo é entendido como um organismo que não precede as narrativas (PEREIRA, 2003). O corpo, inúmeras vezes afetado, abriga a base das hierarquizações, posições sociais, culturais e políticas produzidas pelas “categorias cognitivas”; conceitos discriminatórios e excludentes, elaborados, reproduzidos e mantidos pela repetição dos discursos, pelas tecnologias, portanto, o corpo é território plausível de transformação, governança e catarses.

Uma leitura hermenêutica do corpo revela-o como engenho que arquiteta as expressões da vida com todas as suas potencialidades, ou seja: “Conhecer/ fazer/ gozar são as motivações de uma hermenêutica do corpo que criam o espaço para a interpretação, a decisão e o exercício do amor, da transformação. Não são corpos metafísicos: corpos de corpos em relação” (PEREIRA, 2003, p. 33). Por serem relacionais, narrativos, performáticos, gozosos, políticos, os corpos, não se conformar com as imposições normatizantes (BUTLER, 2000), o corpo é território do biopoder.

Goellner (2011, p. 15) descreve que:

o corpo não é tão somente a sua conformação biológica mas, ainda, seus gestos, suas expressões, aquilo que veste e que o adorna, os medicamentos que consome, as doenças que apresenta, os prazeres que vivencia, enfim, não há como falar de corpo sem falar de nossa subjetividade, daquilo que somos ou que gostaríamos de ser. Quando dizemos corpo, estamos nos referindo a nós mesmos. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem.

Reconhecemos que são factuais a materialidade corpórea, a estrutura física e as funções fisiológicas do corpo, porém, como a colocação de Goellner, sua composição é também impregnada de simbólico, pois o corpo é topológico e relacional, e não são produções dessa fisiologia as questões sociais e políticas que condenam certos corpos (GOELLNER, 2005; PEREIRA, 2003). O pressuposto de natural e universal é questionado por Goellner (2011), por entender que vivemos um “intrínseco inter-relacionamento entre *natureza e cultura*” (p. 15). Grifo do autor.

É falho e/ou mal-intencionado defender, a partir das diferenças biológicas e físicas, as diferenças sociais, as exclusões que atingem certos corpos. A divisão social, excludente, perversa e classificatória gerada nos corpos femininos, negros, LGBT, imigrantes, com deficiências e tantas outras categorias geopolíticas são resultados da construção humana.

Nessa perspectiva, “os corpos de corpos em relação” (PEREIRA, 2003) se deparam com as redes semânticas das correlações, com a diversidade humana como elemento incontornável, sem fronteiras, pois a vida e o marulhar dos desejos são plurais. Diante do exposto, compreendemos os fundamentalismos e seus discursos que condenam corpos como destrutivos, e

como a expressão da distorção da vida, aquilo que enseja a amortização de corpos, da diversidade, do pluralismo e das humanidades.

Portanto, vale ressaltar que as fundamentações baseadas apenas nas distinções biológicas – desconsiderando o contexto social, a etnia, o religioso, o econômico, a subjetividade que, por sua vez, interfere no delinear da corporeidade – não são justificativas para validar a sedimentação de roteiros sexuais, desigualdades e posicionamentos sociais desiguais para homens e mulheres, mesmo antes da concepção e até a morte, segundo Meyer (2012). Não há uma negativa da materialidade do corpo, mas a sugestão de percebê-lo, como descreve Gouveia:

A corporeidade mais ou menos fixada no genótipo é afetada e alterada pela avançada ciência genética, penduleia e transmuta no fenótipo, revelando saliências de elementos genuinamente exteriores, geográficos, sociais e econômicos, delineando a diversidade humana, no império das singularidades (2016, p. 8).

Pois, a diversidade sexual se exterioriza também na corporeidade, entre os corpos, cujas distinções biológicas também são identitárias e mutáveis. Inúmeras frentes têm enfrentado o desafio de subverter a normatização dos corpos em tudo que é despótico, e a vida espontaneamente tem exercido sua mais efetiva expressão na transgressão, engendrando texturas, sentidos e signos, de contestação da padronização do ser. Aquilo que nos move, impulsiona e retroalimenta corresponde ao desejo, que se traduz/exprime em infinitas ânsias-transgressões que prescindem as opressões.

Essa luta no campo da sexualidade tem sido permanente para muitos grupos. Isso porque há fundamentos que definem a sexualidade considerada correta, a partir da qual todas as outras são vistas como contravenções, e desobediências, passíveis de punição e correção. Faremos, a seguir, breves pontuações sobre um elemento da diversidade sexual: o gênero, seu fecundo medrar em fluídas expressões, alvos de vigilância e correção, como apresentaremos.

2.3 NO CAMPO DO GÊNERO: FLOREIAM EXPRESSÕES E IDENTIDADES

Há teorias que concebem a identidade é algo fixo, permanente, enquanto para outras, ela é maleável e mutável (SILVA, 1999). A visão que defendemos

da identidade de gênero, é a descrita por Strey (2002), resultado de simbólicos de caráter psíquico, social e histórico detentor de originalidades, um campo aberto pelos processos de subjetivação.

Com a ajuda dos estudos nos campos da História, da Antropologia, da Sociologia, da Psicanálise e da Psicologia foi possível transparecer que as construções assimétricas do gênero são de caráter social, cultural e político, com interferência sistemática das religiões e da economia, produzindo desigualdades. Como advoga Strey (2002), os contornos rígidos de gênero estão com as “fronteiras borradas”, são distinções normativas e impostas, não naturais, que impregnaram “simbolismos negativos, preconceitos estigmatizantes, espécie de censura cultural” (p. 22).

As resistências e expressões homofóbicas em torno do gênero vêm de uma construção antiga na história da humanidade que, segundo Foucault (1984), sempre condenou os chamados *efeminados*, construção que é resultante de “uma viva repugnância a respeito de tudo o que pudesse marcar uma renúncia voluntária aos prestígios e às marcas do papel viril” (p. 22).

Longe de serem categorias neutras, o gênero e o sexo [corpo], são profundamente aderentes a signos, atribuições, demandas, cobranças, hierarquizações e (des)valorizações. Para Scott *apud* Osterne (2007), o gênero é a primeira forma de conferir significado e poder. As representações sociais acerca do que é ser mulher e ser homem em nossa sociedade, respondem pela distribuição de poder em diferentes culturas.

Desse modo, gênero/sexo/cor podem correspondem à distribuição e ao acesso a bens materiais, simbólicos e imateriais na sociedade. Masculino e feminino são concebidos como adesivos assimétricos hierarquizantes e estamental das relações humanas, com o respaldo da maioria das religiões, e pelo patriarcado, que determina o destaque dado homem nos jogos de poder, e reduz os espaços e direitos das mulheres, com ênfase para as mulheres negras e pobres. Para Osterne (2007, p. 239):

É na luta contra sua histórica opressão que as mulheres aprendem a melhor caminhar no interior das ambiguidades, a trilhar contradições e a exercer sua resistência num jogo em que, a maioria das vezes, não foram elas, de fato, que deram as cartas.

A desigualdade e a opressão, atreladas às relações de gênero, são sólidas, mas a subversão é autêntica, licenciada na luta política de mulheres,

negras, feministas, lésbicas e transexuais, entre tantas outras militâncias e movimentos de mulheres. O acesso às ciências, como a Sociologia, a Psicologia e ao Direito, estão provocando deslocamentos e desconstruções de normas injustas, os papéis e as funções tradicionais nas relações entre mulheres e homens são, a cada momento, alteradas em diversas instâncias. As “fronteiras são borradas” quando são infringidas às normativas, em prol da construção de uma sociedade mais equânime e justa.

Os discursos e narrativas fundamentalistas religiosos sobre a sexualidade e as questões de gênero são definidos segundo preceitos pautados no patriarcalismo, na heteronormatividade. A visão cristã, biblista e mimética prevalece e, a partir dela, são disseminadas interpretações muitas vezes vazias e cruas, completamente descontextualizadas e alheias aos avanços estabelecidos nos campos das ciências humanas e sociais.

O respeito à diferença e às identidades sexuais passa pela via da transgressão a (pré) conceitos sobre a sexualidade. Reconhecemos que as tramas da sexualidade estão entrelaçadas aos perímetros da religião, mas a titularidade sobre este ponto não pode ser apenas do pensamento religioso, uma vez que, como parte da gramática humana, a sexualidade atravessa (não apenas pré-conceitos), mas, sobretudo, pós-conceitos de variados circuitos sociais, fazendo fronteira com questões de áreas como a Antropologia, o Direito, a Psicanálise, a Pedagogia e das Representações Sociais, entre outras, que ascendem do senso comum.

Os fundamentos cristãos sedimentaram os roteiros sexuais, os posicionamentos sociais para homens e mulheres, com trajetórias bem definidas, desde antes do nascimento e até a morte, baseados apenas nas distinções biológicas – considerando que as características genéticas, fenotípicas, ou seja, fisiológicas produzem e determinam nossos desejos, pulsões, prazeres e (in) satisfações. Cabe a prescrição de perceber o biológico como parte do processo, não sendo sua função restrita a realização de todo o nosso campo sexual.

Pelo discurso religioso e, principalmente, pelo status de natural que lhes é conferido, as questões de gênero se transformaram em constructo natural, inalterável e inquestionável. Assim, elas são consideradas fatos de uma realidade que apenas se aceita (LARROSA, 2013). Tanto através dos estudos

nas áreas sociais, humanas e da saúde, quanto via movimentos feministas, das pessoas negras e LGBT, ampliaram-se os conceitos e passamos a percebê-las como construções injustas e excludentes, que necessitam serem refletidas, desconstruídas e reconstruídas ao longo da historicidade humana. Como expõe Bento:

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que certos tipos de expressões relacionadas com o gênero são falsos ou carentes de originalidade, enquanto outros são verdadeiros e originais, condenando a uma morte em vida, exalando em si mesmo os sujeitos que não se ajustam às idealizações.

Toda sociedade sofre a pressão pelas idealizações no campo do gênero. No entanto, há pessoas que passam por uma exclusão e sofrimento maior, a morte (simbólica, social e real) é cotidiana e perversa na vida da população transexual e das travestis. Mesmo com a subnotificação, o Brasil lidera ranking em assassinato de transexuais e travestis. Perante essa realidade, a sociedade precisa questionar estereótipos, preconceitos que incitam a violência baseado nas normas de gênero.

Com muita luta e resistência, a população transexual e as travestis conquistaram atenção à causa, para seus direitos, isso tem resultado em debates na sociedade, que por promover reflexões em várias instâncias, produzem outras RS que questionam os preconceitos em torno da sua sexualidade/vida.

Estamos longe de alcançar uma relação simétrica e justa nas relações de gênero; porém, passos são dados em prol de iguais direitos e condições de vida para as todas as pessoas. Com o intuito de contribuir com a transformação dessa realidade, a Política de Ensino da RMER, apresenta princípios inspiradores para refletir sobre a assimetria de gênero na sociedade e, conseqüentemente, a partir da escola. A atuação do GTES na Política de Formação Continuada busca promover a formação de cidadãs e cidadãos que convivam em sociedade se respeitando mutuamente, com oportunidades equânimes.

Essa realidade só pode ser construída a partir do acesso ao conhecimento, pelo debate em torno da sexualidade, pela compreensão dos mecanismos que envolvem a diversidade sexual. Bem como, refletir sobre as

relações entre a cultura e o inconsciente, as normas e a subjetividade, o coletivo e o particular que constituem nossa cartografia sexual, quais elementos envolvem a orientação sexual? Vamos pensar a respeito no subcapítulo abaixo.

2.4 ORIENTAÇÃO SEXUAL – O DESEJO É O PARADIGMA

No tocante à orientação sexual, Ferreira assinala que o desejo é o destino, e isso significa que a escolha do objeto sexual não corresponde a uma construção pré-determinada, heteronormativa, que alinha sexo, gênero, orientação e prática sexual. As construções subjetivas em torno do eu, do desejo e da escolha do objeto, são resoluções individuais, particulares. Não há uma fórmula exata, que funciona para todas as pessoas, mas um devir, cujo paradigma que elabora todas as identidades é o desejo.

Historicamente, a tentativa das instituições hegemônicas foi contornar, evitar, controlar e negar o desejo divergente que foge à heteronormatividade, pela adoção da violência e do extermínio das pessoas que cedem e/ou correspondem às pulsões. Assim sintetiza Ferreira:

Os seres falantes, que se desviaram da norma estabelecida pelo código social, em relação ao objeto causa do desejo e ao amor, foram chamados, pelo Santo Ofício da Inquisição, de *monstrum horrendum*. A partir daí, classificados como desviantes e estigmatizados como homossexuais, foram perseguidos por movimentos religiosos (Inquisição, Reforma, Contrarreforma e Fundamentalismo Islâmico), políticos (revoluções marxistas na Rússia, China e Cuba), e de pureza étnica (Nazismo e Fascismo). Contra eles, sempre a intolerância, quer sob a forma radical do assassinato, quer sob a forma de prisão, tortura e castigo, como é o caso do 'estupro corretivo' das lésbicas na África do Sul (In GUINET, 2013, p. 191).

A trajetória das homossexualidades é a história da transgressão aos códigos sociais, e afirmação do desejo como afirmação da vida e de suas pulsões. A partir do advento da AIDS, o ativismo LGBT ganhou força em inúmeras esferas da sociedade, conquistou um sentido político e simbólico para a afirmação pública da homossexualidade. Essa postura militante, afirmativa da identidade, se contrapõe à medicalização, à criminalização e à demonização das homossexualidades. De acordo com Simões (2009), há uma razão plausível para a afirmação da orientação sexual:

A noção de orientação sexual acabou por consolidar um momento da discussão sobre direitos individuais, dentro do ativismo homossexual, e criou um lugar simbólico para a expressão pública da homossexualidade, contraposta à sua medicalização e criminalização (In SILVA, 2009, p. 28).

A orientação sexual que, por muito tempo, foi reduzida e aprisionada ao desejo pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade), sempre esteve ao lado – coexistindo – no anonimato, pela adoção do silêncio para com a atração pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), e por ambos os sexos/gêneros (bissexualidade), enquanto expressões ontológicas do desejo. Por total desconhecimento das estruturas que constituem nossa sexualidade, a homossexualidade foi alvo de perseguição, através de inúmeros tratamentos e punições que demandou o uso da força, da crueldade – religiosa, médica e jurídica – como a fogueira, a prisão, a hipnose, a castração (física e química), os choques, a aversão, a lobotomia e a exclusão familiar, religiosa e social.

Convém explicitar que concepções fundamentadas na ignorância e no silêncio possibilitaram a consolidação da visão de pecado, crime e patologia em torno das homossexualidades, de cuja estruturação excludente fazem parte os espaços formativos e as práticas pedagógicas (ARAÚJO, 2010; LIONÇO, 2009). Trilhar os caminhos divergentes da heteronormatividade, assumindo a orientação do desejo, é uma atitude cada vez mais comum em função dos avanços propiciados pelos debates travados na sociedade, na academia e, também, no campo religioso como defende (SOUZA, 2011), a exemplo das igrejas inclusivas.

É perceptível que na atualidade, o movimento LGBT tem lutado e conquistado espaços legítimos na sociedade; as identidades sexuais não heteronormativas estão assumindo um posicionamento subversivo às homossexualidades toleráveis, com as pessoas se colocando fora do armário, a custo de embates, ativismos e ações afirmativas das identidades sexuais e de gênero. Nesse sentido, advoga Souza (2011, p. 138):

Por isso, a urgência de reconhecimento das lutas dos movimentos sexuais da nossa sociedade para a criação de medidas de proteção jurídica contra essa forma de discriminação e em favor da implementação de políticas públicas de qualidade social, especialmente as de educação.

Neste movimento estão envolvidas muitas organizações sociais que vêm reverberando em políticas públicas e leis visando promover cidadania para a

população LGBT; com isso, tem-se ampliado a discussão dentro do ambiente escolar, em busca de uma aproximação do currículo, uma vez que o escolar é também um território de disputa e de poder, segundo Arroyo (2013) e Silva (1999). O caminho conquistado nas mídias televisivas, nas redes sociais e no Judiciário, entre outros espaços, reflete a rebeldia e a resistência às normas, aos modelos e aos roteiros heteronormativos hegemônicos.

Romper com o silêncio é imprescindível, uma vez que isso afirma a revisão das representações sociais presentes em diferentes setores da sociedade e fomenta o reconhecimento dos direitos da pessoa LGBT.

A partir das ações afirmativas e dos estudos em torno da temática da diversidade sexual houve a ampliação de políticas públicas para esse segmento, o que reflete uma conquista a partir da política de afirmação do pertencimento, rompendo com a norma hegemônica (LOURO, 2014).

Essa atitude política vem na contramão da ordem heterossexista (GUINET, 2013), que assegura a necessidade de conservar a homossexualidade na privacidade e na clandestinidade. Para a heteronormatividade é fundamental que as homossexualidades permaneçam desqualificadas como práticas pecaminosas, imoralidades e/ou doenças (SIMÕES, 2009).

Tal postura enfrenta a resistência e o embate dos grupos fundamentalistas religiosos, principalmente nos espaços políticos; entretanto, o movimento revolucionário das frentes LGBT tem legitimado as demandas e reivindicações em uma ordem mundial, apesar de acirradas perseguições em alguns países como na Rússia.

Convém discorrer um pouco sobre a construção do/a homossexual e sua complexa transformação em pecador/a, criminoso/a e patológico/a, ressaltando que laboraremos recortes acerca da construção histórica LGBT, que permanece sendo grafada, enquanto uma luta/experiência a cada dia mais legitimada pelas pessoas que trilham caminhos controversos aos da heteronormatividade.

A exaustão dos dados históricos sobre os LGBT não é o objetivo principal desta pesquisa; todavia, é conveniente que eles sejam investigados, para explicar como determinadas ideias se tornaram hegemônicas e provocaram posturas repressoras e violentas.

Em vários segmentos do conhecimento humano, buscam-se respostas para a causa da homossexualidade, tanto pelo viés das teorias biológicas e/ou psicológicas, quanto das sociais. Os dados produzidos pelas pesquisas que buscam respostas na biologia apresentam elementos controversos. Neste caso, a dúvida e as questões também valem para a heterossexualidade, uma vez que também podemos questionar o que a determina? Quais as causas? E quais os implicadores nesta construção?

A perspectiva que ganha cada vez mais ascensão é a que busca “assegurar o direito à diferença” (SIMÕES, 2009). Assim, afirmar politicamente uma orientação sexual dissidente da heterossexualidade configura-se uma afirmação de pertencimento, rompendo com a norma hegemônica (LOURO, 2014). Essa postura tem legitimado as questões LGBT em uma ordem mundial.

Segundo Guinet (2013), manter a homossexualidade na privacidade e na clandestinidade, sustenta a ordem heterossexista. Os discursos fundamentalistas precisam manter as homossexualidades como expressão de uma sexualidade desqualificada – envolvida por uma aura de pecado – imoralidade e/ou doença (SIMÕES, 2009), ainda que não seja mais considerada uma patologia.

No tocante ao comportamento sexual, podemos afirmar que se trata de um naipe da sexualidade, que diz respeito ao erotismo, ao gozo sexual, às relações afetivo-sexuais, à orientação do desejo, aos papéis sexuais. Segundo Stearns (2010), a expressão do comportamento sexual sofre interferência de múltiplos fatores: impulsos básicos, nutricionais (que interferem no tempo da puberdade), fatores socioeconômicos (consumismo, privacidade, número de filhos), preferenciais, culturais, religiosos e da saúde.

Assevera Simões, em relação ao comportamento sexual de uma pessoa (2009, p.32), que ele é, “em grande parte, fruto das convenções, contingenciais e constrangimentos sociais que a cercam em sua trajetória”. Para além da forte influencia cultural se misturam a isso as consequências de ordem subjetiva, peculiar dos seres humanos, do desejo. Desse espectro resultaram as diferenças que vão além das questões normativas, biológicas, geográficas e históricas, muito pela via da transgressão.

Superar e transgredir são verbos essenciais para romper com os equívocos de perspectivas ultrapassadas e compreender os enredos e

ideações em torno da sexualidade, descumprindo as normatizações hegemônicas, que têm provocado sofrimentos a uma parte da humanidade.

A transgressão é aprovada pelos movimentos de mulheres, em várias esferas. No campo religioso, as mulheres também subvertem as regras e dogmas opressores e reescrevem outra forma de viver e sentir a fé, a exemplo das Católicas Pelo Direito de Decidir, que lutam pelo reconhecimento do direito ao corpo e pelo direito a decidir em relação à reprodução.

Sem desejo-transgressão a vida é puro limo. O lodo impera onde não há movimento, mudança, trânsito. Toda expressão da vida oxigenada, múltipla, dialógica se exprime na subversão, cujo desejo humano é subjacente. As artes, as ciências, as culturas, as experiências da vida, os afetos são fomentados pelas transgressões daquelas que buscam algo, entre e além.

Buendía (2015) define transgressão como o ato de mudar de lugar, mover; quando relativo às leis e normas, assume o carácter de infração, contravenção, desobediência. O conceito se amplia ao demonstrar a relação dialética da transgressão, daquelas que transgridem versus a instituição, a lei ou aqueles que impõem as normas. Nesse caso, a transgressão assume um carácter moral, como imperativo ético, como prática da liberdade e da transformação social. Com relação à vida religiosa das mulheres, por exemplo, relata Buendía:

A transgressão das normas religiosas por parte das mulheres está alimentada e estimulada pelo desejo de liberdade, pela necessidade que existe nelas de deixarem de ser objeto e constituírem-se em sujeitos. Por meio da transgressão, o novo se constrói, a criatividade necessária para imaginar novas sociedades, novas relações, novas/os deusas/es surge e se desenvolve” (2015, p. 127).

Nesse sentido, a mesma autora assevera a dimensão política da transgressão, recordando que sem transgredir normas que limitam a cidadania não haveria progresso, principalmente na vida das mulheres. Ela ressalta a desobediência feminina às leis (estado) e aos mandatos religiosos, como “uma resposta consciente, por respeito a si mesma” (p. 125), e lembra que “outras mulheres transgridam pela necessidade da sobrevivência, porque cumprir a lei suporia a sua morte, real ou simbólica” (p. 125).

Do mesmo modo, as pessoas negras, imigrantes, a comunidade LGBT, necessitam transgredir. As leis, a visibilidade, os direitos, o direito à diferença,

o direito de existir e viver, para alguns grupos e para a pessoa LGBT é expressão da transgressão. Transgressão como sinônimo de luta, de justiça social, como exercício de ética e em defesa dos direitos humanos.

Lançamos aqui, para reflexão, as colocações de Buendía:

Podemos considerar moral a obediência de normas ou princípios que são incompatíveis com a dignidade de uma grande parte da humanidade? É justo obedecer a normas e preceitos fundados em pactos nos quais uma grande parte da humanidade não foi considerada sujeito? (2015, p. 125).

Assim, os passos subversivos e contestadores de grupos excluídos, perseguidos e oprimidos, ao longo da história da humanidade, são ações antagônicas à exploração, à amortização dos seres humanos, à crueldade daqueles que se realizam na crueza das normas hegemônicas e fundamentalistas.

Nas considerações de Paoliello (*In* GUINET, 2013, p. 45), “as instâncias normalizadoras, como justiça, religião e ciências tentaram, durante séculos, estabelecer padrões em relação à sexualidade humana que, entretanto, sempre escapou a toda e qualquer tentativa de normatização.”

As narrativas fundamentalistas não podem sepultar os desejos humanos, e que nossa constituição se expande pela diversidade, pelo direito à diferença, pelas novas diretrizes que buscam salvaguardar a humanidade. A vida encontra na condição humana – plural – formas de ser e sentir, pois, somos tecidos pelos fluxos dos desejos sem amarras, sem fôrmas e cada uma/um de nós experienciamos dor/prazer/amor/erotismo/afeto/intimidade com/nas relações, originando, assim, os acordes que vibram as sinfonias da nossa sexualidade-identidade plural.

No terceiro capítulo, faremos uma sucinta explanação em torno da Teoria das Representações Sociais - TRS, embasadas nos estudos de Sergi Moscovici, em Paris no século XX. Iremos delinear o percurso metodológico e realizar a análise dos dados coletados.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES, COM IDENTIDADES RELIGIOSAS, EM TORNO DA DIVERSIDADE SEXUAL COMO POLÍTICA DE ENSINO

*À tarde viajei nas artérias do tempo
E para não arder pensei palavras novas
E repeti meu verso mais ameno.
Foi tão longo o meu dia. Tão escura
A visão de mim mesma. Lê. Sereno.
[...] Tomo pra mim uma tarefa inteira:
A de guardar um tempo, o todo que recebe
E livrá-lo depois de um jugo permanente.
Outros te guardarão. Não eu que só pretendo
Libertar na alegria o coração e a mente.
Hilda Hilst¹⁷*

Neste capítulo, abordaremos a Teoria das Representações Sociais - TRS, iniciando com uma contextualização em que apresentaremos seus principais conceitos e, por fim, culminaremos com a exposição da TRS na perspectiva de Denise Jodelet (2001), pois esta foi nossa escolha para delinear a pesquisa. Destacaremos a relevância e relação intrínseca desta teoria com as questões relativas à sexualidade e religião. Não temos a pretensão de aprofundar a TRS, apresentaremos os conceitos principais, alertando a profundidade desta teoria na compreensão dos fenômenos sociais. Para dar suporte à metodologia aplicada, escolhemos esta teoria por acreditarmos que as relações sociais são resultado das interações produzidas pela linguagem /comunicação que constrói a realidade que nos envolve.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O surgimento das bases para a TRS, criada por Serge Moscovici, em 1961, com *La psychanalyse, son image et son publique*¹⁸, tem raízes nas ideias

¹⁷ Da poesia de Hilda Hilst (2017). Editora Companhia das Letras.

¹⁸ A tradução em português é “a psicanálise, sua imagem e seu público” (tradução da autora). Nesta pesquisa, Serge Moscovici, investiga as Representações Sociais dos franceses sobre a Psicanálise, na segunda metade do século XX, quando a Psicanálise passou a ser mais conhecida pela imprensa e por diversos segmentos sociais de Paris, a partir do pós-guerra, quando houve uma relevante difusão de seus conceitos.

de Emile Durkheim, sociólogo francês, no conceito de representação coletiva, apoiado em uma visão filosófica positivista da ciência.

Na perspectiva de Durkheim as categorias de pensamento, termo que se refere às Representações Sociais não são dadas *a priori*, nem universais na consciência, mas, são vinculadas aos fatos sociais que exercem, sobre as pessoas, uma coerção de natureza exterior, generalista e estática (MINAYO, 2007).

Segundo a autora, o individual e as interações não teriam implicações nos fatos sociais; é a sociedade que pensa, ou seja, as pessoas seriam impelidas a pensarem e viverem de acordo com as normas estabelecidas, atribuindo um caráter permanente e rígido às representações, como a “religião e a moral, assim como, as categorias de espaço, tempo e de personalidade consideradas por ele como representações sociais históricas (2007, p. 90) ”.

A teoria da representação coletiva surgiu da necessidade de interpretar e compreender a religião e os seus elementos míticos. Para Durkheim, o conhecimento humano era fragmentado, cabendo à Psicologia estudar os processos individuais da esfera psíquica e, à Sociologia, estudar os processos sociais.

As representações coletivas não são consideradas conscientes no indivíduo, são transferidas em forma de herança coletiva com a marca da realidade social. Diante desses elementos, o indivíduo era passivo e maquinal, apenas absorveria as ideias e sobre elas não interferia. Nesse sentido, as pessoas seriam apenas receptoras e não seres pensantes. O pensar e agir seriam desse modo, permeados de homogeneidade, e essa ideia constitui algo imponderável e implausível: uma sociedade estática.

Essa concepção é discutida, pois, mesmo as sociedades primitivas se misturam; ainda que em um tempo maior, elas influenciam outras representações (MINAYO, 2007). A lógica de representações como imutável, garantia de objetividade, não se sustenta na contemporaneidade, visto que as mudanças são mais velozes, extraordinárias e incomensuráveis, e o novo está sempre presente desafiando a sociedade.

Farr (1995) descreve que, nas sociedades modernas, há um pluralismo que garante poucas representações sociais coletivas, pois a rapidez das mudanças nas esferas econômicas, culturais e políticas produzem múltiplas

Representações Sociais para acompanhar as novas demandas que estão sempre surgindo, o que é ainda mais válido na pós-modernidade.

Minayo traz excelentes contribuições ao expor conceitos de autores clássicos que embasaram as Representações Coletivas, essencialmente no que se refere ao estatuto da palavra. Segundo a autora, no conceito de Marcel Mauss (*apud* MINAYO, 1995), a sociedade apresentava seus símbolos pelos costumes e, as instituições, por meio da linguagem, dos aparatos das ciências e das artes, da religião e seus mitos, isso nas diversas regras, entre elas as familiares, nas quais religião teria destaque. Em síntese, o fato e a coisa são objetos das ciências sociais.

Na perspectiva de Max Weber (*apud* MINAYO, 1995) a conduta dos indivíduos descreveria a vida social com sua significação cultural, sendo as ideias, os juízos de valor que estes teriam. Para ele, as representações tinham independência. Já para Marx, a consciência produziria ilusões, ideias e dogmas. Por outro lado, são decorrentes da superação das falsas representações.

Marx, de acordo com Minayo (1995), destaca que o intercâmbio material, com a linguagem, criaria as ideias e representações. Homens e mulheres produzem suas ideias e representações, o conteúdo da consciência. Para ele, haveria uma relação dialética que retrata a autonomia e a relação das ideias e da vida material. Assim, as circunstâncias fazem os indivíduos e vice-versa.

Inspirado em Marx, Gramsci defende, ainda de acordo com Minayo (2007), que o senso comum tem um valor potencial nas mudanças sociais, podendo servir de base para superar o conservadorismo, na ação contra hegemônica. Salieta, então, que cada grupo social tem seus próprios conformismos de época, destaque para o caráter incoerente e conservador que a religião assume e para as ideias de massa.

Em última análise, Minayo (2007) ressalta as contribuições de Bourdieu e Bakhtin para as bases das Representações Sociais pela exaltação da fala, da palavra, para expressão das estruturas, dos valores e da normatização dos grupos sociais. A fala representa o pensamento, as ideologias, a historicidade humana, as lutas, seus efeitos e a comunicação. Assim, na expressão de Bakhtin (MINAYO, 2007, p. 103), “*a palavra é a arena onde se confrontam os*

valores sociais contraditórios” (grifo nosso). Bourdieu (In. MINAYO, 2007) expõe o conceito de *habitus*:

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas e funciona a todo momento como matriz de preocupações, apreciações e ações. O “*habitus*” torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciais, graças às transferências analógicas de esquema que permitem resolver os problemas, da mesma forma, graças às correções incessantes dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por estes resultados (p.104).

Desse modo, o *habitus* é descrito pelo autor como uma lei inscrita em cada sujeito social atrelado a seu espaço/papel/lugar na estrutura social. Tido como registro da posição de classe que cada ser obedece, é absorvido da cultura, desde a infância.

Contestando a visão positivista de Durkheim e a Psicologia Social, que priorizava os processos psicológicos individuais, principalmente nos EUA, cuja visão epistemológica concebia o ser humano descontextualizado do social, Moscovici (2003) entende que a Psicologia Social não poderia negar o pluralismo de signos, pensamentos e ideologias, pois era preciso caminhar pelas vias que também reconhecem as lutas e os antagonismos presentes na modernidade e, mais ainda, agora na pós-modernidade (MINAYO, 1995).

Neste momento, consideramos pertinente fazer um recorte do percurso descrito por Guareschi (2007), sobre a Psicologia Social, visando a contextualizar o berço da Teoria das Representações Sociais:

A psicologia surge como uma ciência experimental, dentro dos pressupostos das Naturwissenschaften. O próprio Wundt, contudo, fundador dessa psicologia experimental, criou também uma psicologia dentro das Geisteswissenschaften, que ele chamou de Psicologia Social. Mas o problema de Wundt é que ele separou as duas. No espírito da época, nas pegadas de Descartes, a Psicologia Social que se estruturou, foi uma psicologia individualista, onde o social não passava de soma de individuais (p. 24).

O nascimento da Psicologia como ciência se deu num contexto positivista e experimental. Para garantir a validade da Psicologia enquanto ciência Wundt propõe o método da introspecção e estuda as sensações. Com o avanço das ciências o próprio Wundt percebe que a Psicologia pode caminhar no sentido da coletividade e daí propõe a sua *völkerpsychologie*, esta promove o avanço da psicologia numa perspectiva social, já que estuda os povos.

Ainda segundo Guareschi:

Tal investida sofreu, contudo, principalmente por parte de Moscovici (1972), na França, fortes reações. Ele começou a estranhar e a duvidar que sua tendência individualmente pudesse dar verdadeiramente conta do “social”. É nesse contexto que ele começa a pesquisar e a pensar numa nova teoria, no caso, das Representações Sociais, que procurasse superar dicotomias, como entre o individual e o social, o externo e o interno, o estruturante e o estruturado, o processo e a estruturação e, ao mesmo tempo, pudesse dar conta também de novos contextos sociais (p. 25).

Imbuído por esse desejo, ele iniciou suas pesquisas dando início à TRS, investigando quais as Representações Sociais da Psicanálise para os parisienses, na busca por compreender a relação entre indivíduo/sociedade, senso comum/ciência, em um mundo marcado pelo pluralismo cultural. Veremos, a seguir, mais informações a respeito desse início.

3.2 O QUE SÃO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E COMO SE ORIGINOU A TEORIA?

Moscovici (2003), a partir das ideias de Durkheim, amplia a teoria de representação coletiva do campo da Sociologia para o campo da Psicologia Social, com a visão de que o conhecimento, os signos, os sentidos são fruto das interações sociais com elementos psicológicos, mas também, sociológicos, portanto, de textura psicossocial.

Envolveu, em seu processo de construção da TRS, a relação entre social/individual, coletivo/privado, cujo processo dinâmico participa também elementos pertinentes aos grupos específicos (âmbito coletivo) e aos seus membros (indivíduo). Nasce a partir daí a TRS, no campo da Psicologia Social, com ampla aplicação em diversas áreas de produção acadêmica, como, Linguística, Antropologia, Educação, Ciências da religião, Saúde e outras.

Moscovici (2003) defende que as representações sociais eram construídas sobre um objeto pelos/entre os indivíduos; portanto, são de natureza polimorfa e polissêmica, modificáveis, dinâmicas, plurais e profundamente circulantes, ou seja, socialmente compartilhadas. Com as marcas da subjetividade humana.

Amazonas faz referência à subjetividade como algo que:

relaciona-se com o mundo social, crenças e valores que serão compartilhados e vão constituir a experiência histórica de todos que compõem a sociedade, e resulta em singularidades na formação do sujeito. Pela subjetividade há o auto-reconhecimento, construímos um espaço relacional com o outro, e com seus próprios pensamentos, emoções, peculiaridades, necessidades, desejos, sentimentos, angústias, temores, racionalidades e paixões (2010, p. 24).

Pela subjetividade, as Representações Sociais são produzidas e comunicadas, impregnadas das marcas do tempo/espaço, pela relação social dão formas as nossas experiências.

Aqui, convém ressaltar que não haveria Representações Sociais sem um objeto, elas são criadas para representar o objeto, atribuindo a ele uma face imagética ou figurativa, além da simbólica atribuída pelo sujeito. Ele defendeu que as sociedades modernas exigiam outra forma para analisar os acontecimentos sociais, investigando, principalmente, o que estava por trás das representações sociais.

Para Moscovici (2007), as representações sociais são, ao mesmo tempo, produzidas, processadas, reelaboradas, alteradas e/ou preservadas pelas relações humanas, corroborando para a atividade de apropriação e expressão da realidade, por meio das elaborações psicológicas, sociais e históricas. Em momento nenhum, ele defendeu uma visão acabada da sua teoria, mas buscou criar possibilidades para interpretar os fenômenos sociais, em sua natureza dinâmica. Nesse sentido, o autor explana que:

as representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São *aquelas sociedades presentes, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que os tornasse tradições imutáveis* (2007, p. 48). Grifo nosso.

Sua teoria aponta a importância do saber do cotidiano, discursivo, sendo este um conhecimento diferenciado do científico, o campo das ideias reificadas; trata-se, porém, de um elemento tão legítimo quanto o decorrente da investigação científica para explicar e compreender os seres humanos, devido a sua permanência, circulação e importância na vida e nas interações sociais, de caráter instável e cambiante, como ratifica Guareschi (1995, p. 123):

Ao trabalharmos com o senso comum não cabe catalogar os conteúdos em busca do estável e consensual porque eles são essencialmente heterogêneos. Não cabe, também, buscar as

estruturas lógicas subjacentes porque elas não existem. Ao aprofundar a análise do senso comum, deparamo-nos não apenas com a lógica e com a coerência, mas, também, com a contradição.

As colocações de Guareschi exemplificam os elementos que compõem os campos do conhecimento com a presença tanto da racionalidade individual, quanto da racionalidade dialógica:

A ciência procura pela verdade através do poder da *racionalidade individual*. As RS procuram pelas verdades através da confiança, do crédito baseado nas crenças, no conhecimento comum e através do poder da *racionalidade dialógica*. As RS não provêm de raciocínio, ou de processos de informação, mas estão baseadas no passado, na cultura, na tradição e na linguagem (2007, p. 25). Grifo original.

Dizendo de outro modo, Duveen (2003), exemplifica como por meio da comunicação as representações sociais se tornam senso comum, defendendo que, por meio do processo dialógico comunicativo, elas entram no “mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos (2003, p. 08) ”.

As representações sociais estão em toda parte, “*constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações*” (2003, p. 08. Grifo nosso), que alimentam a comunicação entre grupos e pessoas. Segundo Sá (1998) que as define:

Os fenômenos de representação social estão “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constantes movimentos e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Assim, esses fenômenos simplesmente não podem ser captados pela pesquisa científica de um modo direto e completo (p. 21).

O senso comum, como resultado da comunicação coletiva, de massa, possui uma plasticidade que lhe confere força material, solicita uma metodologia multifacetada. O próprio Moscovici faz um alerta sobre a comunicação e o senso comum, nos seguintes termos:

Outro ponto sobre o qual seria necessário insistir é que os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum (1995, p. 08).

O autor faz um alerta importante, que as Representações Sociais estão presentes em outras formas, não apenas nos saberes popular ou do senso comum, elas também estão presentes “nas ciências, nas religiões, nas

ideologias e em outras circunstâncias” (1995, p. 10). Moscovici faz a distinção entre os conhecimentos do senso comum e o científico: ao senso comum, ele atribui o universo de consensual (SÁ, 1998), responde pelas representações de determinada época, passa por uma constante recriação e, neste campo, todos podem falar.

O autor prossegue afirmando que o senso comum sofre influências do conhecimento científico e vice-versa. Desse modo, ambos constituem-se produtores de saberes elaborados. O autor nomeia o conhecimento científico como reificado, os agentes deste grupo detêm o direito do discurso, por apreenderem um conhecimento específico, mais estável, adquirido por meio de uma qualificação.

A representação é um sistema de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta suas condutas no meio social. O sujeito consegue, através das representações sociais, construir e se apropriar de objetos socializados, dá sentido aos objetos sociais.

O sistema de interpretação está enraizado nas formas de comunicação social, e isso permite ao sujeito interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta, também operando mudanças nesses, transformando seus contornos, até encontrar *seu lugar* no mundo, segundo Jovchelovitch (1995).

Na perspectiva de Minayo (2013), as Representações Sociais possibilitam olhar a realidade presente, ou de uma época, e atribuir sentidos, organizar os pensamentos, sentimentos e percepções, explicando-as, justificando-as e, principalmente, questionando-as. Minayo (2013) destaca como pressupostos para a pesquisa, a atitude de permanente busca pela descoberta, adotando como contraponto a compreensão de que nenhum conhecimento se produz concluído, hermeticamente, mas, ao contrário, sinaliza para possíveis aberturas – caminhos – uma vez que as representações sociais são dinâmicas e plurais.

Jovchelovitch (2007) assegura que a conexão entre as Representações Sociais e a vida cotidiana é a tônica conceitual de Moscovici e Denise Jodelet. Ambos percebem a vida cotidiana como questão central nas ciências sociais para compreender e transformar as Representações Sociais. São nas ações

informais, nas atividades ordinárias e não, eminentemente, nas extraordinárias que as pessoas constroem as narrativas históricas e os fatos sociais.

Precisamos estar atentas ao fato de que a TRS ocupa-se não apenas com a representação, mas, sobretudo com o processo que as constitui. Busca analisar como são elaboradas e quais são as suas estruturas, de que modo são estabelecidas e porque são transformadas e, o mais relevante, se preocupa em analisar a participação das pessoas neste processo de construção das próprias realidades (SÁ, 1998).

Sá (*apud* POSSAMAI; GUARESCHI, 2007, p. 231) explica os universos do pensamento na teoria das Representações Sociais:

Os universos consensuais produzem as Representações Sociais que são formadas pelas atividades intelectuais da interação social cotidiana. As teorias do senso comum são ali elaboradas. Nos universos reificados se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, sua teorização abstrata e sua estratificação (SÁ, 1993, p. 28).

A interação social é peça-chave nas Representações Sociais. Por meio do senso comum a comunicação é mais fluída, de maior circulação no universo consensual, a partir disso as Representações Sociais são produzidas, elas expressam, explicam, justificam ou questionam a realidade.

As representações tratam do universo consensual (SÁ, 1998). Sua finalidade é assegurar familiaridade. Ou seja, pelo consenso das representações que compartilhamos, nós nos sentimos em casa, salvos da instabilidade, das incertezas e dos conflitos. Tudo o que é dito em um determinado grupo, confirma as crenças e as interpretações adquiridas, garantindo a tradição.

Jovchelovitch descreve perfeitamente o processo de construção das Representações Sociais ao relatar que, pela mediação social, em sua natureza polifônica e polissêmica entre o mundo e a alteridade, a intersubjetividade humana e a procura de sentidos e significados geram pelo consensual as Representações Sociais que descrevem a existência humana. Esse acesso “é sempre mediado” (2007, p. 9), pois “não há saber que não seja construído socialmente, a partir das interações” (VERONESE; GUARESCHI, 2007, p. 9).

Dizendo de outro modo, podemos afirmar que a vida cotidiana é “*lugar privilegiado para a produção de saberes*” (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 07).

Grifo nosso). Com as Representações Sociais, temos as estratégias “para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (1995, p. 81).

Para Moscovici, a TRS toma como ponto de partida:

a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade (2003, p. 79).

Quanto a esse aspecto, Jovchelovitch (1995, p. 67) ainda defende que:

A condição *sine qua non* para a ação e o discurso é a pluralidade humana, “o fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o Mundo (1956, p. 7)”. Porque as pessoas são diferentes – e ao mesmo tempo as mesmas – a ação e o discurso tornam-se necessários: se nós fôssemos todos idênticos não haveria a necessidade de comunicação ou ação sobre o que nunca varia; se nós não tivéssemos nada em comum a fala perderia seu próprio fundamento e a ação não justificaria a si mesma. É na experiência da pluralidade e da diversidade entre perspectivas diferentes – que, porém, pode levar ao entendimento e ao consenso – que o significado primeiro da esfera pública pode ser encontrado.

A inquestionável diversidade humana e a permanente necessidade de encontrar entendimento, estabilidade, equilíbrio, coesão e coerência *do e no* mundo são alguns elementos patentes na sociedade humana. A TRS procura compreender como é solucionada essa equação, como organizamos, produzimos e estruturamos o conhecimento que nos ajuda a viver e interagir na sociedade tão diversa.

Para a construção desses saberes sociais (Representações Sociais) são envolvidas dimensões importantes, a saber, a dimensão cognitiva, afetiva e social (JODELET, 2003); (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995). Assim:

O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais se empenham em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimentos e com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas Representações Sociais encontram a sua base na realidade social (1995, p. 20).

Nesse sentido, um compromisso é válido firmar, ao investigar a realidade social: o questionamento radical das violências e de seus elementos resistentes, perpetuados por simbolismos que constroem nossa sociedade

gerando efeitos desastrosos nas vidas das pessoas. Isso porque não podemos sucumbir ao que Hannah Arendt denunciou como a banalização do mal.

De outro modo, Jovchelovitch (1995) faz a mesma pontuação, destacando a problemática das desigualdades sociais na América Latina, como violências concretas das relações sociais desiguais e sua relação com a força da palavra e que os símbolos que produzem essa desigualdade precisam ser colocados em pauta.

Para Minayo (1995), as Representações Sociais são manifestas pela palavra; privilegiadas na linguagem, possuem núcleos de transformação e resistência, expressam as contradições e conflitos, a visão de mundo de grupos diversos, são empíricas e observáveis, vêm impregnadas dos simbolismos de determinada época, comumente expõem conceitos de classes dominantes, podendo contribuir para reprodução, no futuro, dessas ideias. Por último:

por serem ao mesmo tempo ilusórias contraditórias e “verdadeiras”, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (1995, p. 110).

Nesse ínterim, as Representações Sociais revelam um arsenal e repertório de discurso muito particular de cada grupo, em determinada época. Tendo como referencial para compreender a realidade de determinado grupo, porém não para restringi-la, “porque as palavras não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam!” (1995, p. 110).

Ao compreendermos o sentido das palavras e seu poder de significação, de interação ou de representação, precisamos analisá-las, investigá-las para apreender o que elas revelam ou escondem; é necessário conhecê-las, olhá-las e atravessá-las em busca do sentido, saber como os grupos interagem, o que revelam ou omitem? Quais as crenças que embasam suas ideologias? Questionar pode ser um caminho para a produção de sentidos e do conhecimento humano, pois compreender e buscar respostas para os mitos e místicas são atividades eminentemente humanas.

Moscovici (1995) encontrou algumas respostas para essas questões, e destacou a importância da memória como ponte para compreensão, bem

como, para garantir que os sentidos e signos não estivessem sendo permanentemente modificados.

3.3. ANCORAGEM E A OBJETIVAÇÃO

As Representações Sociais têm como âncora a memória. No processo de ancoragem e objetivação estamos utilizando a memória como suporte para acessar nossos arquivos por meio do pensamento. São dois processos que têm por base as conclusões anteriores, arquivadas na memória.

São mecanismos acionados quando nos deparamos com algo estranho, novo, que provoca uma desestabilização diante de tal objeto. Rapidamente acessamos nossa memória em busca de sentido para aquela imagem, objeto, fato.

Tornar familiarizado o não familiarizado é a tarefa das Representações Sociais. Ou seja, as RS buscam estabelecer sentidos e equilíbrio, respondem à capacidade humana de definição para, a partir daí, agir e interagir, controlar e conduzir os acontecimentos. São sistemas, cosmovisões que ordenam a vida em sociedade e permitem interferir e “controlar” os processos sociais e o mundo, ajustando-o em categorias de pensamentos comuns, atribuindo um nome ao novo e incomum.

A ancoragem corrobora para nomear, hierarquizar, catalogar e classificar as coisas e as experiências, coletivas e individuais, por meio de significações preexistentes. Porém, convém lembrar que esse processo comunicativo pode ser alterado e que padrões podem mudar, em função da alteração de estruturas anteriores.

Sempre que analisamos um fato, um objeto, uma pessoa ou até mesmo um grupo, utilizamos como suporte o arsenal de convenções armazenadas em nossa mente, por meio da linguagem, da comunicação e da cultura. É pertinente pontuar que haverá sempre um valor simbólico nesse processo de ancoragem. Segundo Possamai e Guareschi (2007, p. 232):

O processo de ancoragem visa essencialmente classificar, dar nome às coisas. Neste sentido não há neutralidade, pois, cada objeto ou ser está associado a um valor positivo ou negativo e vinculado a um determinado lugar na escala hierárquica.

Essas convenções valorativas são arquivadas em nossa mente e são justamente elas, que formam nossas representações sociais: um acervo que nos auxilia a compreender o mundo, a relação sujeito/objeto/sociedade.

Jovchelovitch assevera pontos importantes para reconhecer a intencionalidade das Representações Sociais (2007, p. 8):

Toda Representação Social possui uma dimensão que dá concretude ao social, ao mesmo tempo em que institui a matriz social, cultural e histórica do sujeito psicológico. Isso significa reconhecer que as Representações Sociais não são inocentes; elas também atravessam espaços de poder que necessitam questionamento e ação social. Creio que uma das mais importantes contribuições da Psicologia Social das representações vinculadas ao cotidiano é, precisamente, o de ressaltar a necessidade da intervenção e da transformação, tanto do cotidiano como dos que o sustentam. Não se trata de idealizar os saberes do cotidiano, mas de entendê-los e, se necessário, de transformá-los.

Com as representações e convenções que apresentam valores tanto positivos, quanto negativos, realizamos uma tarefa exclusivamente humana: a de nomear, classificar e enquadrar. Desse modo, selecionamos o que vemos de acordo com sentidos e valores com os quais estamos familiarizados.

Essa é uma das funções das representações sociais: tornar familiar o não familiar. São as convenções que definem as fronteiras que ligam uma parte a um todo, os grupos sociais compartilham, alimentam e consolidam convenções linguísticas que, pela comunicação, constroem um universo consensual com regras do dito e não-dito, expressões próprias, concepções familiares que são, porém, legitimamente questionadas, principalmente quando provocam injustiças.

Se algo foge dos padrões que temos, rapidamente buscamos ajustá-lo ao já percebido e compreendido, ou não o validamos. A importância do sentido que as representações têm para reconhecimento do mundo é explícita: por meio delas decodificamos o mundo ao nosso redor. Como advoga Moscovici (2003, p. 35): “Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções”.

Na Teoria das Representações Sociais, a ação de ajustar algo novo à nossa compreensão, dentro de uma classificação já conhecida, familiar, é nomeada de ancoragem.

As representações são prescritivas, pois são impostas a nós por sucessivas gerações, *com força irresistível* (POSSAMAI; GUARESCHI, 2007,

p. 230. Grifo nosso). São imagens e elementos registrados em nossa memória, reproduzidos pela linguagem.

Os símbolos vivos, presentes na memória, influenciam o hoje, o presente, através da interferência e autoridade do ontem. Assim, as representações sociais guiam nosso presente pela continuidade dos padrões do passado, protótipos e arquétipos que já existiam, antes da nossa chegada, que tendem a se conservar, mas podem ser ressignificados e surgir com outra forma ou sentido. Segundo Moscovici (2003):

À luz da história e da antropologia, podemos afirmar que essas representações são entidades sociais, com vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências (p. 38).

As Representações Sociais são compostas por signos de convenções que, ao mesmo tempo, dão sentido à realidade em nossa volta, Como prescrições impostas pela tradição de estruturas imateriais, imemoriais, nos inspiram as ações, o modo de ver e imaginar a realidade.

Essas representações são produtos dos grupos sociais. Todas as informações que circulam socialmente, bem como, os sentidos que a elas atribuímos, são regidas pelas representações dos grupos sociais, para além delas não há sentidos.

As Representações Sociais podem provocar e fomentar as polêmicas, pois nelas também estão presentes os conflitos, atritos e litígios entre grupos sociais. Nem todo fenômeno é uma representação. A TRS estuda sobre aqueles fenômenos sociais que se tornaram, por uma razão ou outra, sujeitos de interesse público. *Esses fenômenos que são pensados e discutidos, esses fenômenos que causam tensão e provocam ações* (VERONESE; GUARESCHI 2007, p. 33). Grifo original.

Nesse sentido, o conhecimento reificado, das ciências, produzidos pelas recentes pesquisas e estudos de gênero e Diversidade Sexual, podem ser viés para o diálogo/solução dos conflitos em torno da sexualidade. O conhecimento do senso comum influencia os campos científicos e os saberes das ciências emergem e circulam no povo.

Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Como já afirmamos, pessoas e grupos criam representações no

transcurso da comunicação e da cooperação. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações são renovadas.

A mudança só passa a ser aceita pela força da repetição, do diálogo, da linguagem. Nesse sentido, convém destacar a afirmação de Farr (1995, p. 51), “o indivíduo tanto é um agente de mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade”, daí, pelas interações entre pessoas as mudanças são referendadas.

A objetivação é outro processo pelo qual passam as representações para se tornarem reais. Nesse processo, as ideias passam a significar algo objetivo, figurativo. É a capacidade de dar corpo, vida, materialidade a conceitos abstratos. É a capacidade iconográfica, na qual um conceito, uma representação, passa a existir concretamente. Para Moscovici:

o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte. Isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou dos costumes, embora ambos sejam provavelmente necessários. Essa domesticação é o resultado da objetivação, que é um processo muito mais atuante que a ancoragem (2003, p. 71).

A denominada domesticação pode ser entendida como a transformação de uma ideia abstrata, distante e sem forma, em algo figurativo, transformando um conceito em imagem, objetivando-a. Ela é transposta do campo simbólico para o campo material.

Uma consideração a ser ressaltada é que as Representações Sociais não são apenas cognitivas, mas, são, principalmente, valorativas e morais, elas também servem para avaliar o incomum, desviante, anormal, sendo necessário ficarmos atentos que esses conceitos podem variar de geração a geração.

Nesse ponto, podemos destacar que, de acordo com Moscovici, não há neutralidade e nem isenção, todas as coisas, fatos e pessoas são avaliadas, classificadas, aderentes a valores negativos ou positivos. Podemos estudar as representações sociais, refletir como elas são criadas e quais as consequências delas na sociedade.

O não familiar atrai, mas, ao mesmo tempo, intriga e alarma. Pela ancoragem, transformamos o desconhecido em algo familiar, compreendido, pois ela tem função cognitiva e promove significados que, por sua vez,

produzem efeitos de estabilização ou desestabilização. Nós damos nomes às coisas, e as coisas não nomeadas são estranhas, repelentes, causam distanciamento e repulsa. Acolhemos e aceitamos aquilo que podemos classificar e rotular com uma designação já conhecido.

Jovchelovitch (1995) pontua que, pela objetivação e ancoragem, transportamos a produção simbólica para um nível quase material. Para a autora, objetivação é também um processo de condensação, trazendo o objeto indizível e inescrutável para uma realidade familiar. Após esse mecanismo, o ser humano ancora o objeto em uma ordem já conhecida, institucional. Entretanto, a autora defende como viável a produção de significação na medida em que respeita as fronteiras do outro. Vejamos o argumento que ela defende:

A produção da significação e da diferença só é possível em relação às fronteiras de um mundo de outro. O mundo do “tudo é possível” é um mundo que descarta a intersubjetividade como critério fundamental da vida humana e propõe a solidão disfarçada do “cada um diz e faz o que quer” como alternativa aos ecos do autoritarismo, que por sinal também desconhece fronteiras. [...] É porque essas fronteiras existem que muitas vezes nós ousamos desafiá-las e, se necessário, transcendê-las (1995, p. 83).

Essa reflexão ressalta a necessidade de defesa da vida em sociedade, com construções justas e igualitárias. Jovchelovitch destaca a ameaça das desigualdades, da miséria e da violência, sendo necessário, cuidar e resgatar a palavra, o pensamento e a construção dos saberes populares, cujo perímetro sustenta a vulnerável democracia e a cidadania nas sociedades pós-modernas. No contexto atual, sobretudo, precisamos nos abrir para as singularidades que constituem as alteridades, como afirmam Veronese e Guareschi (2007, p. 10):

Sem a alteridade que demarca a diferença, a atividade simbólica humana não se sustenta. E é através dessa atividade que o sujeito constrói a sua ação no mundo, conformando-a à realidade. São as artes de fazer a vida, parafraseando De Certeau (1994). É impossível pensar, falar e agir fora das “representações”.

No entanto, isso não significa que as Representações Sociais são inalteráveis ou imperturbáveis; se assim fossem, que valor teria de estudar as Representações Sociais, se fosse possível apenas identificá-las, sendo impossível modificá-las? Como assegura Aiello (1995, p. 115), a investigação das Representações Sociais deve assumir “desde o primeiro momento, o interesse básico na obtenção de mudanças”. Vejamos as abordagens clássicas da TRS.

3.4 AS ABORDAGENS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Com a ampliação do campo de pesquisa em Representações Sociais, surgiram outras abordagens a partir da perspectiva de Moscovici. As três principais são de Jodelet, Abric e Doise.

A perspectiva de Abric se apresenta como uma abordagem mais estrutural, a qual define que as estruturas das Representações Sociais estão organizadas em dois sistemas: o núcleo central, uma estrutura de difícil modificação vinculada à herança das memórias coletivas; e, os elementos periféricos, mais fáceis de alteração/modificação, os quais apresentam natureza mais dinâmica e ainda que possam ser modificados a representação não se altera, posto que ela só ocorre se o núcleo central for alterado.

Em sua teoria, Abric aponta que em cada um desses sistemas central e periféricos, identificamos função e propriedades específicas. Na estrutura central residem as Representações Sociais resistentes à mudança, com ligação à historicidade dos grupos. A estrutura central envolve os conhecimentos da esfera consensual, encerrados na tradição, no passado, e, por isso, mais difíceis de serem alteradas.

Em torno do núcleo central, estão às representações mais instáveis, que sofrem mudanças sistemáticas para atender, principalmente, as demandas e litígios da pós-modernidade e as questões presentes no cotidiano, na vida prática das pessoas. Portanto, são de natureza mais flexível. Os núcleos periféricos são compostos de ideias, crenças, variadas representações e figurações do/no objeto, há uma interface com o núcleo central.

Minayo (2007) nomeou como núcleos de transformação e resistência, aquelas RS que expressam as contradições e conflitos e não são facilmente reveladas, é preciso promover circunstâncias que permitam o exercício de distanciamento, o que pode promover a emissão das Representações Sociais protegidas diante de temas polêmicos, como a diversidade sexual.

Já a abordagem de Willem Doise seguiu pela vertente societal, mais preocupada com a gênese social das Representações Sociais ligadas à questão individual e grupal, intergrupal, ideológica, societária. Na direção adotada por Doise, as Representações Sociais seriam multidimensionais, sendo oportunos os recortes demográficos.

Essa visão se aproxima muito mais da ideia inicial de Moscovici e embora se distancie da de Abric, não são incompatíveis, nem destoantes, apenas apresentam direções diferenciadas para estudar as Representações Sociais, tendo todas uma única raiz: Moscovici.

Nesta pesquisa, entrelaçada por domínios plurais da sociedade, escolhemos para embasar o delinear desses campos a perspectiva de Denise Jodelet (2001), na qual são considerados, no estudo das Representações Sociais, os aspectos cognitivos, sociais, mentais e afetos, mais atrelados a uma gênese histórica e transformadora. Em seguida, explanaremos sobre a perspectiva de Denise Jodelet que servirá de aporte teórico para nossa pesquisa.

3.5 A ABORDAGEM CULTURAL DE DENISE JODELET

A abordagem de Denise Jodelet (2001) defende que as Representações Sociais são reveladas e se apresentam de diversas formas, condensadas e condensantes, com plurais significações, constituintes de referenciais para interpretar o mundo. As ações e experiências neste campo não se restringem à mera reprodução desses referenciais simbólicos, mas uma dinâmica construção, com retalhos individuais e coletivos, sem estratificação.

De acordo com Jodelet, a TRS apresenta-se como um espaço de estudo multidimensional. Desse modo, elegemos a TRS, ao escolhê-la para orientar nosso trabalho.

Ao pesquisar a RS de docentes com religião frente à Diversidade Sexual na Política de Ensino do Recife, compreendemos que estamos diante dos processos, que envolvem elementos cognitivos que submergem na linguagem, na fala e nas interações sociais. Devemos ter em mente a natureza da linguagem, de acordo com Guareschi (2007):

A linguagem é polissêmica, também o conhecimento é polifásico: as pessoas são capazes de usar diferentes modos de pensamento e diferentes representações, de acordo com o grupo a que pertencem e ao momento em que respondem. Como brinca Moscovici (2002, p. 328): “muitos possuem um credo religioso, são racistas, consultam seu horóscopo, quebram o aparato com que estão trabalhando, o que não é muito racional” (p. 34).

Povoados por incongruências e contradições, o campo religioso apresenta, dialogicamente, construtos de ordem psicológica, com achados emocionais, pulsionais, afetivos, mas também, de outros de natureza do pertencimento religioso e profissional, além de informações relativas à esfera cultural.

Desse modo, devemos estar cientes da extensão das Representações Sociais que em nada são restritivas, principalmente no foco desta pesquisa, “é importante deixar claro que não se entende aqui o saber numa dimensão exclusivamente cognitiva, mas fluida e dinâmica, envolvendo a articulação das dimensões da cognição, emoção, semantização, e apropriação do mundo” (VERONESE; GUARESCHI, 2007, p. 9). Moura evidencia a relevância da TRS em contexto social e político, envolvendo complexas mudanças, assim defendendo (2015, p. 04):

Elas estão na substância do pensamento social, cuja dinâmica se acelera em momentos de efervescência política, social e cultural. É neste quadro de mudanças sociais que se pretende prosseguir no avanço teórico-metodológico das diversas linhas de trabalho com a teoria das representações sociais, abrindo espaço para a continuidade da discussão conceitual com outras perspectivas teóricas e a reflexão sobre a postura crítica e o envolvimento com os fatos da sociedade.

Exatamente em função do nosso objeto de pesquisa transitar entre campos da religião e da sexualidade, em cuja inter-relação flutua conflitos, ambiguidades e sentidos que se movimentam em um momento político-social de grande efervescência, que requer análise crítica em busca de mudanças, selecionamos a TRS como embasamento para nossa pesquisa. Utilizamos as contribuições de Jodelet (2001) para destacar os campos de pesquisa que perpassam nosso estudo, a saber: o cultural e de produção.

O cultural, ligado especificamente à religião e a grupos com denominação religiosa cristã. O domínio cultural da religião é produtor de representações sociais compartilhadas, cristalizadas por imagens, ideias da gênese do cristianismo, presas à tradição e repetidas pelas narrativas canônicas, biblistas e pastorais, estabelecendo um discurso normativo, peculiar e altamente prescritivo. Segundo Moscovici:

A religião é “o exemplo da forma mais cabal de um sistema de crenças”. Em face de um sistema de crença regulador, Moscovici aponta que existe uma pressão que prescreve o que se deve e não se deve fazer em sociedade, com capacidade de produzir efeito

moral: “é uma obrigação que nos é imposta pelos outros e que nós impomos a nós mesmos”. O autor afirma ainda que essa pressão se denomina de “coação social” e que “a religião é sinônimo dessa pressão”(In. COLLARES DA ROCHA E SOUZA FILHO, 2014, p. 236).

Pela extensão e presença da religião em nosso cotidiano, podemos dimensionar o nível de coerção social das crenças religiosas na sociedade. Como já mencionado, a história do Brasil, desde a colonização até os dias atuais, é demarcada pela presença do cristianismo influenciando a política, a mídia e a educação brasileira.

Na mesma perspectiva, afirma Guareschi (2007) em torno da religião:

As pessoas se reúnem e se unem, através de tais crenças; e são elas que as mantêm unidas. Crenças que dizem como as coisas devem ser, como se deve proceder, o que é aceitável, justo, belo, verdadeiro. [...] Essas são crenças religiosas, até mesmo mágicas, que sobrevivem apesar dos preconceitos a elas atribuídos (p. 35).

No domínio das crenças religiosas habitam permanentes interações e comunicações que partilham saberes, conhecimentos e ideias que, por sua natureza organizadora de condutas, impõem uma ordem, uma determinada expressão, que são defendidas e asseguradas pelos agentes sociais.

Com relação ao domínio da produção, podemos dizer que é correspondente aos grupos profissionais específicos. Portanto, nosso objeto de estudo não investiga elementos isolados, porém marcados por diversas tramas, produtivas de RS e de poder, não consideradas como campos justapostos, mas que seguem a via da transversalidade.

As representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (JODELET, 2001, p. 26).

É preciso olhar o pluralismo dos processos sociais e psíquicos, que afetam as representações. Misturadas em processos intrapessoais e da coletividade.

Jovchelovitch (1995, p. 65) assegura que os processos de construção das identidades estão sedimentados nos espaços públicos e, ao criar símbolos, o ser humano se abre à diversidade, sendo possível, daí se abrir ao “mundo de

Outro”. Para a autora, o espaço público é um “lugar de *alteridade*”, meio para o “*desenvolvimento do Eu*” e para a “*construção do simbólico*” (1995, p. 65). Grifos originais.

A pesquisa desenvolve-se no âmbito educacional é constituída de comunicação, interação social e, por conseguinte, constitutivo de Representações Sociais que dialogam com as diversas identidades presentes na escola. Envolvendo sexualidade e religião, por isso, demanda uma metodologia que compreenda os fenômenos tecidos nessas tramas, às vezes, destoantes, dialógicas, subjetivas, por isso, demanda leitura hermenêutica, que alie as contradições, trata-se de um objeto de natureza empírica (FARR,1995).

Nessa perspectiva, estamos conscientes de que pesquisar é olhar e nesse olhar apurado é necessário considerar que não há olhar despido de paradigmas, conceitos, vivências, subjetividades, é impossível, apresentar-se neutro. Apresentaremos a seguir a descrição da metodologia aplicada nesta pesquisa.

3.6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Aqui destacamos a metodologia aplicada nesta pesquisa. Ela parte do princípio de que a fala, as interações e os discursos ancoram os sentidos e norteiam as ações humanas. Pela plasticidade das Representações Sociais ocorre à construção de mundos e sua objetivação, daí se materializa a concretização das realidades para as pessoas, grupos e sociedades.

Nessa concepção, as respostas individuais manifestam as tendências dos grupos ou classes a que pertencem; assim, transcendem a condição de um indivíduo isolado. Nesse sentido, cada sujeito social possui uma história com substratos, tanto da sua trajetória pessoal, quanto coletiva e ideológica.

Esses elementos são respostas cognitivas, afetivas e prescritivas da cultura e do momento histórico. Procuramos, com a metodologia escolhida, realizar a apreensão, a análise e a interpretação das associações relativas às Representações Sociais de docentes da RMER em torno da Diversidade Sexual na Política de Ensino e sua interface com a pertença religiosa.

Destacamos, aqui, a citação de Thompson *apud* Possamai e Guareschi (2007, p. 235): “os analistas estão oferecendo uma interpretação de uma interpretação, estão reinterprestando um campo pré-interpretado” (THOMPSON,

1995, p. 359). Assim, nossa intenção é interpretar como docentes da Educação Municipal do Recife que promulgam uma religião interpretam a diversidade sexual como Política de Ensino.

Escolhemos a perspectiva qualitativa, para realizar a pesquisa, por apresentar maior flexibilidade na investigação, privilegiando a diversidade de enfoques e contextos do objeto de estudo.

Por envolver campo de conflitos e de estranhamentos, capturar ou apreender as Representações Sociais da diversidade sexual e sua interface com a religião, faz-se necessário a utilização de recursos diversos para superar os mecanismos de defesa e/ou autoproteção dos participantes. Por esse fato, utilizamos uma perspectiva plurimetodológica. A saber: Análise documental, questionário e entrevista semiestruturada, com a técnica de substituição (MENIN, 2006).

As questões colocadas foram elaboradas a partir de recortes da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, buscando aprofundar quais representações sociais são evidenciadas na questão da diversidade. Pretendemos seguir um roteiro para oportunizar uma visão global do processo, apresentando a visibilidade da sequência das etapas vivenciadas, a saber: análise da Política de Ensino, questionário, entrevistas semiestruturadas com a técnica de substituição e análise de conteúdo.

Na análise documental, revisitamos os cadernos da Política de Ensino no eixo diversidade, tentamos apreender e examinar o currículo da Educação em Sexualidade, para posterior análise dos dados coletados nas entrevistas, no intuito de perceber as interfaces, os possíveis entraves e os desafios infligidos por este documento, perante as crenças religiosas de docentes quanto à diversidade sexual.

No questionário constam perguntas sobre pertença religiosa, tempo de pertencimento, condições em que ingressou na religião, formação acadêmica, questões investigativas do nível de aprovação e aproximação com a temática da sexualidade. Na entrevista, foram pensadas perguntas para identificar as representações sociais de docentes a partir da sua pertença religiosa sobre a educação em diversidade sexual. Na questão 1 – para você, o que significa Diversidade Sexual na Política de Ensino de Recife? –, buscamos identificar, a

partir do senso comum, como os docentes compreendiam a Diversidade Sexual e sua presença como Política de Ensino.

A questão 2 – você percebe questões relacionadas com a diversidade sexual presentes na escola? Como lida com essas situações? –, elaborada para aprofundar os sentidos, representações que os/as entrevistados/as tinham de diversidade sexual e se identificavam sua existência no cotidiano escolar.

No questionamento “como lida com essas situações?”, fica evidente a compreensão de que as ancoragens sobre diversidade sexual provocam atitudes e reações diante de sua incidência. Para Jodelet (2001), as Representações Sociais têm a função não apenas de classificar e categorizar, mas, sobretudo, de conduzir as ações humanas, interferir e agir sobre as coisas materiais e imateriais que nos rodeiam.

A terceira indagação – você encontra dificuldades para planejar as aulas de acordo com a Política de Ensino na questão da sexualidade? Por quê? –, segue o mesmo princípio da questão 2, embora ela esteja mais voltada a identificar dificuldades e demandas diante desse tema, conflituoso e complexo, que é a educação em sexualidade. Essa questão busca aprofundar as sensações, os conflitos, as carências de docentes diante da ancoragem positiva ou negativa da sexualidade na atividade profissional.

A seguir realizamos três perguntas a partir da sua identidade religiosa: 4 – segundo sua crença religiosa, você identifica riscos em ter na *Política de Ensino o tema da diversidade sexual*? Quais?; 5 – em sua opinião o/a docente perde ou ganha com a presença da *educação em Diversidade Sexual na Política de Ensino*? O quê?; 6 – na sua compreensão, os discentes perdem ou ganham com a *Diversidade Sexual como Política de Ensino*? O quê?

As questões colocadas investigam quais riscos, ganhos e perdas têm a educação da abordagem em diversidade sexual como política de Ensino do Recife. Os conceitos de risco, perda ou ganho são vinculados a uma valorização que pressupõe a categorização como algo positivo ou negativo; dessa forma, as falas coletadas a partir das perguntas formuladas sinalizam para o valor atribuído à Diversidade Sexual como Política de Ensino, revelam as Representações Sociais compartilhadas pelo grupo entrevistado, a partir das identidades religiosas.

Na questão 7. A Educação em Sexualidade, no eixo Diversidade Sexual para Educação Básica, apresenta, como Objetivos de Aprendizagem:

Compreender que umas pessoas podem ter interesse amoroso/sexual por pessoas do sexo oposto (heterossexuais); outras, por pessoas do mesmo sexo (homossexuais), ou por pessoas dos dois sexos (bissexuais); (Política de Ensino, 2015, p. 61). Você concorda com esse item? Por quê? – procuramos investigar se havia rejeição ou aceitação desse conceito, posto como um direito de aprendizagem.

As questões seguintes foram: 8 – o que você pensa a respeito do caso de Andresa, estudante do 7º ano, que namora Beatriz, aluna do 8º ano? Andresa assumiu abertamente isso na sala de aula entre as amigas. O professor Mauro ouviu e aconselhou-a a procurar Deus. Você concorda com ele? Justifique; E a questão 9 – a professora Carlota mandou Jonas, estudante do 9º ano, para a direção, porque, no pátio, ele fez um carinho no braço de Danilo. Danilo disse que os dois estão “ficando”. A professora falou que dois meninos namorando é errado, e que iria chamar a família. Carlota está certa? – aqui escolhemos usar casos fictícios, como tentativa de contornar a resistência em expor as ideias, utilizando a técnica de substituição (MENIN, 2006).

O uso de casos visa a superar o mecanismo de defesa das professoras e professores participantes, em declarar opiniões conflitivas perante a temática e o discurso politicamente correto. Objetivamos aqui apreender significados e concepções protegidas, não reveladas, diante dos temas controversos e polêmicos, como é o caso da Diversidade Sexual como Política de Ensino. A utilização de situações lúdicas, ficcionais, brincantes, de “faz-de-conta” (AIELLO, 1995) propicia contornar a autoproteção e autodefesa que se tem diante das questões que nos afetam.

Na continuidade, trazemos, mais uma vez, o recorte da Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife com a questão 10 – a educação em sexualidade apresenta, como objetivos de aprendizagem, desmistificar (sic.)¹⁹ a homossexualidade, a bissexualidade, a travestilidade e a transexualidade, como sendo patologia, doença, perversão ou anormalidade

¹⁹ Consta na Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife o termo desmistificar, mas o termo correto é desmitificar que significa tirar o mito. E não desmistificar, pois não se trata aqui de mística.

(Política de Ensino, 2015, p. 61); como você percebe esse item? – buscamos a incidência ou ocorrência da ideia de patologia, doença, perversão ou anormalidade em torno da diversidade sexual na questão da orientação sexual.

Por último, lançamos a questão 11 – como é considerada a homossexualidade na sua religião? Isso influencia sua atuação profissional? Por quê? Finalizamos com a investigação acerca do conceito de homossexualidade na religião das pessoas participantes das entrevistas, de que modo isso influenciaria sua prática e como ele/a justifica e situa sua resposta. Aqui não nos propomos a realizar uma análise cronológica, sequencial, das perguntas, mas, iremos analisá-las à parte, buscando a relação entre elas, a partir das categorias definidas a seguir.

Em função das regularidades identificadas na análise foram organizadas e agrupadas as categorias temáticas que, segundo Moscovici (2007), contribuem para a apreensão das Representações Sociais. Registramos duas categorias que se desdobram, a saber: a. Diversidade Sexual, com a subcategoria “definições da diversidade sexual”, b. Diversidade Sexual como Política de Ensino, com a subcategoria “Diversidade Sexual perante as estruturas sociais resistentes”, “consequências negativas da Diversidade Sexual como Política de Ensino” e “consequências positivas da Diversidade Sexual como Política de Ensino” na análise do conteúdo destas categorias destacam-se os sentidos religiosos cristãos, compartilhados entre docentes perante a diversidade sexual, de reprovação e da existência de riscos em ter essa diversidade presente na Política de Ensino do Recife.

3.6.1 CAMPO DE PESQUISA E PARTICIPANTES

Nosso campo de pesquisa é a educação, neste território abrigam questões pertencivas às identidades individuais e coletivas, espaço efervescente em trocas e elaborações comunicativas, envolvendo um amplo e efetivo acervo consensual narrativo pertinente às RS. Realizamos a pesquisa na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire, mediante autorização via carta de anuência (anexo 2).

O público selecionado para participar da pesquisa em busca das Representações Sociais em torno da Diversidade Sexual como Política de

Ensino foi de docentes atuantes na rede municipal de educação do Recife, que participavam das formações continuadas da rede, realizadas na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire, localizada no bairro da Madalena, no Recife, no ano de 2017.

Mediante nossos objetivos, focamos em um grupo específico, ou seja, docentes dos anos finais, para compreender e delinear suas RS frente a suas identidades religiosas, em torno da Diversidade Sexual como Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, no intuito de conhecer as demandas derivadas dessas Representações Sociais.

As pessoas entrevistadas têm vínculo com a RMER (4 CTD e 22 efetivas), apresentam características heterogêneas em relação a religião, em sua totalidade tiveram experiências em religiões cristãs, algumas com identidade e práticas religiosas efetivas, outras com identidade religiosa, mas considerando-se não praticantes, três relataram não ter religião alguma, embora acreditem em Deus e tenham uma relativa afinidade com o catolicismo.

Foram contempladas 22 pessoas do gênero/sexo feminino e 4 do gênero/sexo masculino. Há docentes dos anos finais que atuam na Educação Infantil. Entrevistamos 4 professores (1 professor com vínculo temporário²⁰, 3 professores efetivos) e 22 professoras (3 professoras com vínculo temporário, 19 professoras efetivas).

As entrevistas foram individuais, realizadas no total de 26 (vinte e seis)²¹, na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire, em momentos da aula/atividade. Houve uma tentativa de realizar as entrevistas nas escolas, duas ocorreram na Escola Municipal Nilo Pereira, em casa Amarela. No entanto, em função das dificuldades relativas a retirar docentes de sala, continuamos as entrevistas na escola de formação.

Todas as entrevistas foram aplicadas pela própria pesquisadora. Após registro dos dados pessoais, as questões orientadoras foram postas e respondidas, havendo o registro escrito e a gravação das entrevistas. Houve acréscimo e suspensão de questões. Levamos em consideração elementos discursivos, afetivos, comportamentais, silêncios e atitudes, apreendidos

²⁰ A pesquisa foi realizada com docentes temporárias, isso se justificativa pelo fato desses profissionais atuarem por dois anos na Rede e recebem a mesma formação do GOM.

²¹ Do total de entrevistas realizadas, vinte ocorreram na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire. Duas na Escola Municipal Nilo Pereira.

durante a entrevista. Bem como, após a entrevista ouvimos e consideramos as confidências e desabafos.

No intuito de assegurar o anonimato das informantes, aspecto firmado pela pesquisadora e pessoas pesquisadas, no ato de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaboramos nomes fictícios para identificarmos as pessoas entrevistadas. As identificações foram pensadas na seguinte ordem: nome fictício, disciplinas que ensinam e idade. Para docentes que lecionam mais de uma área dividimos com ponto. Desse modo, ao ler o código “Silva HIS.REL 34”, compreenderemos que “HIST.REL” indica que a informante ministra aulas das disciplinas de História e Religião, e o número é referente à idade.

As RS de docentes com pertença, prática ou identidade religiosa frente à Diversidade Sexual como Política de Ensino podem ser elucidativas sobre o fenômeno da intolerância religiosa e da homofobia. Temos a pretensão de provocar uma reflexão em torno dessas RS e, quiçá, contribuir para reformulá-las na direção do acolhimento da diversidade sexual, pois, segundo Moscovici:

Podemos, através de um esforço, tornarmo-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela impõe em nossas percepções e pensamentos. Mas nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que possamos eliminar todos os preconceitos (MOSCOVICI, 2003, p. 35).

Não cremos na erradicação de todos os preconceitos. Neste momento, presenciamos cada vez mais a afirmação de ideias preconceituosas, mas acreditamos que outra realidade é possível construir em meio à crise. Moscovici aborda esse processo quando afirma que, nas tensões, em momentos de crise e insurreição, as Representações Sociais se tornam mais evidentes.

Segundo Moscovici, “os indivíduos são motivados por seu desejo de entender um mundo, cada vez mais, não-familiar e perturbado” (2003, p. 91). Portanto, a motivação para a construção das Representações Sociais será sempre o desejo de construir pontes entre o estranho, o diferente e o familiar.

Todos que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (anexo 1), de acordo com as normas para

estudos com seres humanos, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 196/96.

Apresentamos o quadro 1 contendo o perfil de docentes que participaram da pesquisa.

Quadro 1

Perfil a partir dos questionários

| GÊNERO | | | |
|----------|-----|-----------|-----|
| FEMININO | 78% | MASCULINO | 25% |

| COR | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|--------|----|
| NEGRO | 45,8% | PARDO | 52,2% | BRANCO | 4% |

| IDADE | | | |
|---------|-----|---------|-------|
| 20 a 30 | 8% | 31 a 40 | 39,3% |
| 41 a 50 | 48% | 51 a 60 | 4,7% |

| FORMAÇÃO – Graduação | | | |
|----------------------|-------|-------------|-------|
| 1980 a 1989 | 12,5% | 2001 a 2011 | 54,2% |
| 1990 a 2000 | 29% | 2012 a 2017 | 4,2% |

| RELIGIÃO | | | |
|-------------|-----|------------|------|
| CATÓLICA | 41% | EVANGÉLICA | 29% |
| PROTESTANTE | 21% | ESPÍRITA | 8,5% |

| IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO EM SEXUALIDADE | |
|--|-----|
| SIM | 98% |
| NÃO | 2% |

| CONHECE A POLÍTICA | | | |
|--------------------|-----|-----|-----|
| SIM | 21% | NÃO | 58% |
| PARCIALMENTE | | | 21% |

| FORMAÇÃO EM SEXUALIDADE | |
|-------------------------|-------|
| PARTICIPOU | 45,8% |
| NÃO PARTICIPOU | 54,2% |

Fonte: Elaboração da autora

3.6.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As coletas de dados ocorreram nos intervalos da aula atividade, buscamos respeitar os cuidados necessários ao processo de coleta de dados destacados por Cabral (2005, p. 210):

O pesquisador deve respeitar o tempo do depoente, não pode mostrar-se cansado e aborrecido ou expressar que o depoimento não correspondeu ao que ele esperava. Nenhum pesquisador deve induzir eventuais depoentes a participar de qualquer pesquisa preocupados com que seus discursos correspondam a expectativas previamente estabelecidas.

As orientações do professor Newton Cabral, do programa de Ciências da Religião – UNICAP constituem-se relevantes para o andamento do trabalho. Sabemos que contornar aquilo que nos afeta nem sempre é tarefa fácil, mas buscamos seguir as orientações acima, principalmente, no que se refere ao respeito perante as pessoas entrevistadas. Tentamos acolher em silêncio as primeiras reações de constrangimentos perante a temática pesquisa.

Respondemos algumas perguntas iniciais, que ao nosso olhar representava a tentativa das professoras e professores de encontrar seguridade para falar sobre sexo. Sabemos que é incomum refletir sobre a sexualidade, enquanto categoria formativa, na perspectiva da educação para diversidade sexual, não obstante a religião.

Iniciamos com os questionários, pensamos que isso possibilitou tempo para as pessoas equilibrarem a pressão inicial, que em algumas foi visível. Em seguida, começamos as entrevistas semiestruturadas com dois casos para análise das depoentes.

Com relação aos casos, destacamos os resultados encontrados por Campello (2015), ao pesquisar as Representações Sociais de diversidade sexual por professores e professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife, identificou a existência da zona muda, que corresponde à proteção, à negação e à omissão das impressões em torno da pessoa homossexual, em função da necessidade de corresponder ao discurso político correto e, até mesmo, de corresponder às novas regras sociais.

A pesquisadora utilizou a técnica projetiva, e sobre ela assevera:

Um dos caminhos para se perceber a zona muda das representações sociais consiste no uso de técnicas projetivas, pois nas

representações de objetos com forte pressão normativa faz-se necessário buscar as condições favoráveis para esta eclosão, visto que a zona muda é sempre apta de ser verbalizada. Porém é preciso que, em algumas vezes se distancie das pressões normativas de modo a se identificá-la (CAMPELLO, 2015, p. 36).

Mediante a zona muda, na abordagem de Abric, é necessária a utilização de técnicas de pesquisa que possam superar o constrangimento, a resistência, perante os sentidos e conteúdos, que se deseja ocultar.

Nesse sentido, pondera Menin (2006, p. 44):

A fim de se conseguir revelar os elementos da zona muda de representação é preciso desenvolver métodos específicos de investigação. E, dado que esta zona é constituída de elementos contra-normativos, para revelá-los é preciso reduzir a pressão normativa sobre o sujeito que representa.

A existência de elementos contra normativos, citado por Menin, não é algo estranho as Representações Sociais, como já foi abordado. Os sentidos compartilhados são valorativos, divergentes ou convergentes, em função do contexto social e emocional, do nível de pressão experimentado.

Embora não adotamos a abordagem estrutural de Abric, reconhecemos como citado ao longo do terceiro capítulo que diante de temas polêmicos ocorrem resistências em comunicar o que pensam, sentem e como são vistos esses temas. Há uma censura que requer a suspensão.

Entre as técnicas utilizadas para superar de algum modo essa censura, perante certas normas, escolhemos a técnica de substituição. Escolhemos a técnica de substituição para tentar captar o não-dito, as RS que não são comunicadas facilmente. De acordo com Menin (2006, p. 44) a técnica de substituição:

Baseia-se na ideia de que um sujeito poderá exprimir representações “proibidas ao seu grupo” atribuindo-as a outros, isto é, falando por outros, que não si mesmo. Primeiro, pede-se à pessoa que dê sua própria opinião (associações) sobre um tema; e, a seguir, pede-se que responda como um outro o faria quando interrogado pelo mesmo tema. O outro deve ser relacionado ao grupo de referência do sujeito; no entanto, o nível de implicação deste outro com a pessoa respondente pode ser manipulado pelo tipo de solicitação feita (pode-se pedir a um estudante de Letras que responda como um estudante de Letras responderia, ou como os “franceses em geral” responderiam).

Nessa direção, apresentamos os casos e registramos as respostas. Muitas opiniões diante dos fatos fictícios foram relatadas após as entrevistas. Onde houve relatos de fatos semelhantes ocorridos na escola.

Utilizamos como aporte para interpretar as representações sociais contidas nas entrevistas a Análise do Conteúdo, de Bardin (2011), que contribui para as pesquisas de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo.

Segundo a autora a Análise do Conteúdo, interpreta as narrativas e falas a partir da semântica que se entrelaça entre a pluralidade das falas, conteúdos e sentimentos, considerando elementos textuais, não textuais, discursivos e não discursivos, sutis e simbólicos presentes nas circunstâncias em que foram produzidas.

Na pré-análise, realizamos as transcrições dos áudios e, em seguida, fizemos a leitura flutuante para identificar as regularidades mais significativas e intercalamos a escuta dos áudios, as transcrições minudenciadas, em seguida realizamos a leitura das transcrições para apreender os elementos cognitivos, afetivos e emocionais, que emergem na entrevista (BARDIN, 2011).

Pelos elementos pinçados nas respostas das questões postas ao grupo entrevistado podemos identificar as regularidades, que estabeleceram os eixos das categorias. A Análise do Conteúdo, de Bardin (2011), reúne múltiplos recursos para a organização dos dados coletados. Dentre eles, escolhemos a organização das análises, categorização, descrição e inferência diante dos conteúdos recolhidos.

Após organizar e reagrupar os dados, foi possível visualizar as categorias do *corpus* de significações compartilhadas socialmente pelas Representações Sociais do grupo docente da RMER frente à diversidade sexual como Política de Ensino.

A Análise do Conteúdo, de Bardin, (2011), contribuiu por ser uma perspectiva metodológica que se interessa, indaga e busca o que está para além das coisas, da palavra, o que existe além do dito, o inaudito, se propõe investigar o não-dito, o que permanece silenciado, encoberto por uma coisa para ocultar outra. Parafraseando Alberto Caeiro,²² “dizem que em cada coisa, uma coisa oculta mora.”

Baseado nas categorias, elaboramos os quadros que retratam os conteúdos, ideias das/os docentes frente à Diversidade Sexual. Em seguida a

²² Alberto Caeiro, in “Poemas Inconjuntos” Heterônimo de Fernando Pessoa. In: “Poemas Inconjuntos, poema “ Dizem que em cada coisa uma coisa oculta mora”. Disponível em: <www.elfikurten.com.br/2013/01/fernando-pessoa-o-poeta-de-multiplos-eus_30.html>

cada quadro procedemos às análises, buscamos articular a representação aos estudos sobre a sexualidade humana, a religião, a proposta da Política de Ensino, bem como, relacionando-as com a legislação educacional.

No tópico a seguir, iremos descrever a análise dos dados, apresentando recortes do arcabouço das narrativas, dos sentidos e das emoções contidas nas entrevistas.

3.6.3 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já mencionado, almejamos investigar e analisar a interface representativa entre a religião e a sexualidade, por meio das Representações Sociais de docentes da RMER, com identidades religiosas, em torno da Diversidade Sexual como Política de Ensino do Recife.

Nosso objetivo é compreender os sentidos que são compartilhados por este grupo societal docente diante de uma Política de Ensino que apresenta a diversidade sexual no currículo, como elemento a ser trabalhado de forma pedagógica, no cotidiano escolar.

A partir dos questionários, utilizando subsídios da análise do conteúdo das entrevistas, realizamos a análise das narrativas transcritas, elaboramos algumas tabelas, da categoria analítica e relacional de gênero, que aparece em um nível de desigualdade representacional na linguagem, cientes, como coloca Jodelet (2001), que a linguagem ancora e objetiva as representações e não apenas as descreve, mas as constitui.

A flexão do gênero no masculino para nomear uma categoria profissional que tem como maior número pessoas do gênero feminino, demonstra a histórica e cultural ideia de que o masculino representa, define e abarca a espécie humana, a representação das profissões, papéis e posições na flexão masculina daria conta de descrever e relatar também a existência do feminino – das mulheres.

O discurso, a comunicação, as falas, as palavras não são neutras e revelam status, hierarquias e divisões. Aqui chama atenção é que as 22 professoras entrevistadas faziam referência à própria profissão no masculino. Isso afirma como nossa sociedade é ajustada a estrutura social patriarcal. Até mesmo para fazer referência à outra profissional, as docentes usavam termos

no masculino. Apenas duas vezes houve referência à professora, nas narrativas. A mesma predominância no masculino para nomear o grupo discente. A palavra aluna aparece uma única vez.

A flagrante invisibilidade do feminino nas falas de docentes fica bem evidente no quadro abaixo:

Quadro 2

O Gênero

| Gênero | Números de repetições |
|-------------------------|-----------------------|
| Aluno | 69 |
| Aluna ²³ | 01 |
| Menino (efeminado/LGBT) | 13 |
| Menina (masculina/LGBT) | 04 |
| Professor | 45 |
| Professores | 10 |
| Professora | 13 |
| Professoras | 02 |

Fonte: Elaboração da autora

Esse dado é significativo, pois, 75% foram educadoras e 25% educadores que participaram da entrevista, na lista de perguntas há um caso em que a protagonista é uma professora e noutro caso uma estudante como personagem central. Mas, a linguagem reducionista para o masculino é evidente, em uma rede de ensino em que mais da metade é do gênero feminino (sem dados exatos). Nas falas, a homossexualidade é apresentada como expressão recorrente, representada no masculino, e esse fato é ressaltado por um educador/participante, ao citar o caso da lesbianidade ser um fato não comum, não visto. O professor não conclui a narrativa.

As expressões de gênero nomeadas (RS) como “afeminado”, “efeminado” surgem sempre enlaçando a homossexualidade e não aparece a

²³ No Apêndice consta a entrevista, contendo o caso (ficcional) com uma aluna e outro caso com uma professora.

possibilidade da transexualidade. Pelo desconhecimento das construções identitárias na diversidade sexual, suas possibilidades são reduzidas à categoria da homossexualidade (NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2013). Nem toda pessoa transexual transita pela homossexualidade. Esse termo, já citado, reflete a desvalorização do feminino e a rejeição da expressão de feminilidade no masculino.

No quadro sobre a semântica das palavras, podemos ver o número de repetições no corpus das entrevistas.

Quadro 3

A semântica das palavras

| Palavras semânticas | Números de repetições |
|--|-----------------------|
| 1. Respeito e aceitar | 103 |
| 2. Família | 74 |
| 3. Religião | 64 |
| 4. Sim (relevância do tema - docente/discente) | 63 |
| 5. Escolher | 46 |
| 6. Existe (diversidade sexual) | 31 |
| 7. Preconceito | 30 |
| 8. Saber | 29 |
| 9. Aceitar | 28 |
| 10. Sociedade | 24 |
| 11. Opção | 21 |
| 12. Conhecer | 21 |
| 13. Formação | 20 |
| 14. Prática (negativo) | 20 |
| 15. Doença (religião) | 18 |
| 16. Errado (religião) | 18 |
| 17. Importante (relevância do tema na escola) | 13 |
| 18. Condenar (religião) | 12 |
| 19. Direito | 11 |
| 20. Influencia | 11 |
| 21. Abominar (religião) | 10 |
| 22. Informar (derivações) | 5 |
| 23. Compreender | 4 |

Fonte: elaboração da autora.

Origina-se do quadro 2. A classificação das categorias e subcategorias que emergem das entrevistas e vêm responder e confirmar algumas

Neste quadro, apresentamos o conteúdo geral das Representações Sociais; na categoria de análise da diversidade sexual, as entrevistadas apresentam ideias genéricas sobre diversidade sexual. Destacamos como significados atribuídos à diversidade sexual, a concepção de “escolha”, “opção sexual”, “afeminado”, “diferente”, “fora do padrão”. As falas revelam o sentido da diversidade sexual com a pessoa homossexual, bissexual, com orientação sexual e de gênero diferentes do esperado biologicamente. Vale salientar que a Diversidade Sexual se restringe apenas a orientação sexual.

A ideia de escolha, de opção, presente nas considerações não se refere à mesma possibilidade na heterossexualidade. Assumiria a posição de transgressão, desvio intencional da heterossexualidade compulsória (RICH, 1990), mesmo quando o termo “opção”, “escolha” vem em contexto no qual há referência ao respeito, ela pressupõe uma irregularidade que requer tolerância no discurso contemporâneo.

A ideologia heteronormativa esteve presente nas crenças e narrativas, com base na perspectiva bíblica, compartilhada por docentes.

- O que a minha religião indica são conceitos e valores morais. E vai orientando, claro que conforme o padrão bíblico, onde só são feitos um homem e uma mulher, e assim ajam dentro da função social (Colin POL 32).
- Então, a minha religião fala isso que existem dois gêneros, esses gêneros, de acordo com a religião, Deus os criou (Conceição POL 39).
- Lá, agente acredita que tem um homem e uma mulher para constituir família. Então, é essa a parte que a gente acredita. Há um homem e uma mulher que foram feitos um para o outro (Taciana POL 48).

Esses sentidos são resultados da apreensão, no senso comum, de imagens, sentidos e crenças em torno da sexualidade e de suas expressões. No tocante à sexualidade, ressalta Gouveia (2016):

A identidade de gênero, a orientação do desejo, escapa da linearidade que atrelaram ao sexo biológico. Assim, como os desejos não leem as normas, as expressões da sexualidade relacionadas ao gênero, ao sexo, ao erótico e os comportamentos sexuais não possuem roteiros fixos, inalteráveis e definitivos a partir dos registros fisiológicos, ou roteiros estabelecidos e formatados (p. 1132).

Elementos vinculados à diversidade sexual estão presentes nas respostas das entrevistadas, como, por exemplo, gênero e orientação sexual;

porém, são concepções puramente biologizantes da sexualidade, reduzindo os construtos das pulsões sexuais como resultado apenas do aspecto biológico. Essas crenças e representações foram ancoradas nas definições dos genótipos e, a partir dessa limitação, o sexo e a heteronormatividade são resultados determinantes do desejo, e toda expressão que não corresponda a essa linearidade é impregnada de valores negativos.

A heteronormatividade que produz a homofobia, embasada pelo desconhecimento da elaboração e do desenvolvimento da sexualidade humana, gera o temor ao acesso à informação, que contesta a heterossexualidade compulsória. Aterrorizados por isso, e instruídas pela crença, pelo senso comum, pais, mães, docentes compartilham a ideia de que a Política de Ensino, ao tratar da diversidade sexual, vai influenciar a orientação sexual das crianças e adolescentes em formação.

O dado que revela o teor negativo da diversidade sexual e seu desafio como Política de Ensino é a recorrente afirmação de que a família não aceita a temática. E o termo família aparece 74 vezes, ora como principal impedimento para abordar a diversidade sexual na escola, ora como principal estrutura social preconceituosa que necessita receber informação para possibilitar a inclusão da sexualidade no currículo e a redução da LGBTFOBIA nesse segmento.

A família é representada como o primeiro e mais importante agente agressor da criança ou adolescente que borra as fronteiras de gênero e/ou da heteronormatividade e agressora de docentes que trabalham as questões da sexualidade, há rejeição a todo o conteúdo, como: corpo, órgãos sexuais, orientação sexual, diversos tipos de formação familiar, uso do preservativo, entre outros.

Há relatos de que pais e mães chegam à escola para questionar as aulas ministradas sobre sexualidade, e a docente fica amedrontada com as reações da família. Isso, na opinião das entrevistadas representa um impedimento/desafio para a prática docente na perspectiva da Política de Ensino, do Recife, em sexualidade.

No quadro seguinte, registramos as representações das estruturas sociais mais citadas nas falas (entrevistas) na perspectiva de coação contra a Política de Ensino do Recife no eixo diversidade sexual nas escolas. Em

A pesquisa da UNESCO (2004), “Juventude e Sexualidade”, realizada em 14 capitais brasileiras – dentre elas o Recife – ouviu 16.422 estudantes, 3.099 educadoras e educadores e 4.532 pais e mães de discentes, em 241 unidades educacionais. Seus dados revelaram que 35% de pais e mães – os homens aparecem como os mais preconceituosos, chegando a 60%, no Recife – não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe.

O uso da família como principal argumento presente na linguagem de docentes, evidencia ser inegável a deficiência na formação docente diante da educação em sexualidade [dado bem recorrente no corpus narrativo], se o quadro docente estivesse capacitado e seguro do seu papel formativo nessa temática, haveria, sem dúvidas, um amplo debate com a família, e estaria presente, na prática escolar, a contestação perante a coesão familiar. Esse fato sugere, para além do dito, que o grupo discente entrevistado abriga, além do medo da reação da família, intenso e simbólico receio diante do tema.

Podemos constatar que essa suposição está implícita no conteúdo discursivo de docentes perante a diversidade sexual, pois o tema é bastante censurado, e, assim, “não deve ser abordado com as crianças”, fato que existe na escola, registrado pelas participantes da pesquisa desde a educação infantil, mas que deve ficar ausente, não representado [objetivado] na educação infantil.

A diversidade sexual assume a objetivação, a imagem do mal(dito), de algo pecaminoso que, portanto, vai influenciar negativamente as crianças, além de produzir tendências negativas sobre crianças e adolescentes.

A educação para as relações e justiça de gênero – a não redução da verdade do sexo a um binômio – é ancorada nas representações sociais docentes, sobretudo, das que têm identidade religiosa, principalmente evangélica pentecostais, as quais afirmam que tal educação consistiria em educar para “definir o sexo das crianças”, “escolher o sexo das pessoas”, “influenciar para a homossexualidade”.

A pacata aceitação da interferência da família também demonstra um desconhecimento da legislação educacional que referenda a educação em sexualidade.

– Porque nós, professoras, até tentamos, mas os alunos chegam em casa e dizem que a professora abordou um tema desses... No dia seguinte, chega o pai e diz: “Não, por que eu não quero”. São vários alunos e alguns são religiosos, outros não. Às vezes queremos nos aprofundar, mas não conseguimos, por causa disso (Marta POL 32).

– O professor precisa ter formação para abordar esse conteúdo de forma apropriada. Por que o aluno vai chegar em casa e vai dizer “minha tia falou isso”. E a mãe vai perguntar: “Falou o quê?” E como a família vai aceitar? (Sonia POL 39).

– Fica uma coisa muito complicada até mesmo por causa da situação da família. Alguns pais são evangélicos e também não aceitam certos assuntos em sala de aula (Sarah POL 44).

Algumas narrativas de interferências da família são acatadas facilmente pelo grupo docente, por representarem um bom alibi para não abordar o tema da diversidade sexual. Em outros depoimentos, havia discordância das posturas dos pais e mães em relação às suas aulas sobre o corpo humano, considerando a atitude dos pais um equívoco; mesmo assim, não há uma unânime defesa do tema diante das famílias, o que remete ao alerta da necessidade de refazer e fortalecer a identidade docente.

Outra verificação alcançada no momento da pesquisa, pois, até então, as depoentes não tinham consciência foi a de que estudantes tinham direito ao conhecimento e, principalmente, havia a necessidade da temática na escola e, para que isso fosse possível, elas precisavam buscar formação, conhecer a Política de Ensino. Jodelet (2001) faz referência a esse fato, quando assegura que a pesquisa leva a repensar, modificar ou influir sobre a prática.

Docentes mencionaram várias vezes, durante as entrevistas, o fato de não terem recebido formação nesse tema durante a graduação, e, também, não terem material didático para essas aulas. Houve apenas um relato sobre os documentos educacionais que recomendam a educação em sexualidade.

Para registrar, como já citado nesta pesquisa, a legislação acerca da educação brasileira²⁴ referenda o direito à educação para todas as pessoas. Em primeira ordem é a Constituição Brasileira que preconiza no artigo 3º,

²⁴ Baseado nestes documentos torna-se irrefutável a incoerência e a inconstitucionalidade do projeto “Escola sem Partido” e os projetos de lei que querem impor censura à prática docente que busca promover a democratização da sociedade. Como ressalta Saviani, em “História das ideias pedagógicas no Brasil”, de 2007, a educação possui uma dimensão política [sem neutralidade], bem como toda prática política possui uma extensão educativa. Desse modo, educação e política são fenômenos inseparáveis. O efetivo cumprimento da função educativa ocorre quando promove a atuação política, e a ação política também cumpre com sua missão quando desagua em prática pedagógica e democrática. Na atualidade, a sociedade brasileira clama pelo exercício da ética político-pedagógica em todas as suas instâncias sociais, sem o jugo das temeridades que, hoje, presenciamos no campo político.

inciso I e IV, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; e a promoção do “bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações”, bem como, o artigo 5º que fundamenta o Estado Democrático de Direito. Destacamos, também, o artigo 3º da LDB (9.394, de 20/12/1996) que advoga a educação dever ser ministrada sob os princípios:

- “I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância. ”

A Educação em Sexualidade é referendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que, no art. 43, § 3º, afirma como missão da escola abordar as questões de gênero, etnia e diversidade cultural. As ideias pedagógicas fundadas nesses instrumentos norteiam uma educação articulada com uma ação política em prol da transformação social.

Sem dúvida, a formação docente precisa e já vem sendo revista, incluindo as questões relativas à sexualidade. Em outra instância, a formação continuada começou a dar absoluta ênfase nessa temática, a partir do lançamento, em maio de 2004, do programa Brasil sem Homofobia.

Em resposta à sistemática tentativa da bancada evangélica, no Legislativo, de cercear a educação no tema da sexualidade, o Conselho Nacional da Educação publicou, em 1º de setembro de 2015, uma Nota Pública na qual orienta e recomenda que os Planos de Educação Estaduais, Municipais e Distrital, os quais não tratam da diversidade, da sexualidade e da identidade de gênero devem ser revistos, pois não estão em alinhamento com a legislação vigente do país.

Em 04 de maio de 2016, o Ministério da Educação pulicou uma Nota Pública repudiando as tentativas de cerceamento dos princípios e fins da educação brasileira, pois é dever da educação erradicar todas as formas de preconceito e discriminação, como o racismo e a homofobia.

Por último, a Base Nacional Comum Curricular, em consonância com o Plano Nacional de Educação (2014 -2024), prevê, no capítulo 2, como Direito

de Aprendizagens de estudantes o acesso e a garantia aos princípios éticos, estéticos e políticos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Voltando ao quadro 3, das Estruturas Sociais, registramos as representações da religião que vêm nas falas das entrevistadas associadas à família. Esses sentidos, ancorados pelos princípios cristãos, conforme nomeados pelas entrevistadas, sobre a diversidade sexual e as suas consequências no ensino, são compartilhados entre famílias e docentes, que consideram a diversidade sexual uma prática “pecaminosa”, “abominável” que demanda “prestação de contas a Deus”, que as pessoas que não vivenciam a sexualidade na heteronormatividade “pagarão”, por isso tanto em vida como no pós morte.

Evidenciamos aqui a classificação da pessoa LGBT como aquele/a outro/a que necessita “ser perdoado/a”, “tolerado/a”, “respeitado/a”; nesse sentido, as homossexualidades e a transexualidade são factíveis da punição divina.

– Como algo que Deus não vê com bons olhos. Que Deus não permite, porque desde o princípio foi considerado abominável aos olhos de Deus (Samara POL 45).

– É abominada. É ABOMINADA! Porque a Bíblia condena. Na minha religião, a Bíblia condena a homossexualidade. Influencia? Um pouco. Assim, eu teria que ficar neutra. Mas, no meu íntimo, eu não aceitaria. Não deixo de conviver com pessoas assim. Eu tenho no meu ambiente de trabalho pessoas assim: estagiários, professor... (Alice POL 37).

– Como uma religiosa da Assembleia de Deus, era para eu abominar. É isso o que diz a minha religião: ABOMINAI ESSAS COISAS! Mas, eu acho que não é por aí que a gente vai.... Se é certo ou errado, quem vai pagar é quem está fazendo isso (Marta POL 32).

Aqui se reafirma a intrínseca relação da sexualidade com a religião, com suas reverberações na família, dentro dos muros da escola. Desse modo, declaramos a relevância de investigar de que forma, como e porque docentes com pertencimento ou identidade religiosa representam as crenças em torno da Diversidade Sexual como Política de Ensino do Recife.

Torna-se pertinente investigar, segundo as estruturas religiosas, quais percepções, representações e crenças existem diante da categoria da diversidade sexual, quando isso vem em forma de pressão por outra pertença: a profissional pedagógica, como Política de Ensino. Sobre a coação, destaca Moscovici (2003, p. 176):

As ideias e crenças que possibilitam às pessoas viver estão encarnadas em estruturas específicas (clãs, igrejas, movimentos sociais, famílias, clubes, etc.) e são adotadas pelos indivíduos que são parte delas. O sentido que comunicam e as obrigações que recebem estão profundamente incorporados em suas ações e exercem uma coação que se estende a todos os membros de uma comunidade.

Desse modo, as estruturas sociais e a religião são um fenômeno social, produzem representações sociais, compartilhadas entre seus membros, que servem para “dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém” (MOSCOVICI, 2003, p. 201). Pelo conteúdo das representações coletadas, identificamos a condenação da diversidade sexual, a recompensa negativa à sua prática, a reprovação da sua evidência, a afirmação ou a defesa dentro da escola, principalmente como parte do currículo.

Não apenas para constatar quais os contornos e limites das Representações Sociais da religião em torno das questões de gênero e da diversidade sexual, mas para atualizar seus conceitos, provocar mudanças e avanços na ótica da religião que venham a responder às exigências da cultura e da sociedade, como adverte Aragão (2016, p. 44):

Ocorre de a religião chegar a depender absolutamente da cultura. Essa tendência, aliás, que é comum a todo grupo religioso, explica por que muitas religiões têm se mostrado conservadoras através dos tempos, apesar da força reordenadora das suas intuições originais. Numa religião cultural um grupo humano reconhece a consagração da sua cultura. Esse grupo pede apenas à religião que ela ratifique, de modo solene e sagrado, os valores da cultura. Projeta-se na religião tudo aquilo que se deseja do projeto cultural. A religião torna-se então apenas um meio de absolutizar a cultura, com seus componentes econômicos e políticos.

Crenças que distinguem alguém²⁵ como abominável, anormal, pecaminoso/a, em função da sua orientação sexual ou expressão de gênero, sustentam certezas que validam e legitima a própria condição heterossexual como referência de normalidade, santidade e bênção, desqualificando a pessoa LGBT é violar a dignidade humana e os ‘direitos’ sexuais.

²⁵ Na narrativa religiosa se fundou um princípio que, dentro da religião [igreja], se acolhe a pessoa LGBT, mas abomina-se sua prática sexual. Natividade e Oliveira (2013), no capítulo “Nós amamos os homossexuais: algumas perspectivas pastorais de ‘acolhimento’ à pessoa LGBT”, sublinham que essa dinâmica carrega modos de controle, sujeição e estigmatização, institucionalizando a categoria dos “acolhidos”. Os autores alertam que “a dissociação entre os atos homossexuais” e a pessoa que os pratica possibilita um caminho para a retomada de tal pretensão ao englobamento da humanidade no interior de modelo de gênero e sexualidade fundamentado em uma interpretação bíblica: todos aqueles que desejem ser salvos poderiam ser ajudados e resgatados do pecado do “homossexualismo” (p. 116).

Cabe aqui, também refletir que esse enredo iliba a consciência, pois não toca aquele/a com o preconceito, pois restaura ou isenta o/a autor/a do discurso contra a homossexualidade da mácula de agente da discriminação, como um ajustamento ao discurso correto.

Podemos questionar o que isso tem a ver com educação e espaço escolar? Quais reverberações essas crenças produzem na escola? Elas são inofensivas? Sem consequências? São dissociadas da prática? A nosso ver são pedagógicas e prescritivas de atitudes que excluem a diversidade. É formativo transformar por esse discurso em torno da diferença como algo negativa e portanto facilmente consolida-se a crença da necessidade de manter a homossexualidade na clandestinidade.

Sem enveredar pelo caminho das respostas que acompanham as perguntas, desejamos provocar, recordando que, pela deficiência na formação acadêmica em torno da sexualidade, impera, nas Representações Sociais de docentes presentes no *corpus* da pesquisa, a chamada *sexologia religiosa* (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013). Ao partir do entendimento de que as Representações Sociais fazem interfaces com a conduta (AIELLO, 1995), aquilo que povoa nossas ideologias reflete na nossa prática profissional e nas relações com o/a outro/a.

As comunicações, discursivas e não discursivas, que penetram e circulam no espaço escolar, atravessam e rompem os seus limites materiais, produzem, ordenam, ancoram, objetivam e transformam as Representações Sociais, e isso reflete na construção das identidades, dos saberes e nas relações de poder.

Neste processo comunicativo, são definidas as coisas e concepção de pessoa, de lugar social, de valoração ou desvalorização do indivíduo e da cultura, e o currículo participa dessa construção, ora mantendo a verticalização e as hegemonias, ora buscando superar a lógica excludente das diferenças, viabilizando o diálogo entre as culturas sem colonização, sem hierarquização das sexualidades, etnias, classes sociais e pertencas religiosas. Isso promover o exercício da alteridade nas relações humanas.

No quadro exposto a seguir, registramos as Representações Sociais negativas da Diversidade Sexual como Política de Ensino.

Nesses relatos fica explícita a rejeição à orientação sexual não-heteronormativa, a pessoa LGBT não pode aparecer, não pode expressar sua orientação, o seu trabalho contra a incultura em torno da sexualidade, em oposição à discriminação e contra o preconceito é visto como desconceito e representa a influência para o negativo, para o mal. O homossexual não pode ser aquele que se possa ter como referência, é a sexualidade que deve permanecer na clandestinidade, na marginalidade, visto como minoria.

Nesse sentido, citamos Jorge (2013, p. 16):

“Minoria” homossexual, por exemplo, é sintagma criado por um discurso nitidamente preconceituoso, que o utiliza, sob o ponto de vista precário da normalidade estatística, como metáfora de “desvio da norma”. Um adolescente que se descobre homossexual não se sente fazendo parte de uma minoria, pois, sendo seu desejo sua única bússola, para ele não faz sentido que a questão se coloque desse modo estatístico, a não ser que a cultura à sua volta nomeie sua posição sexual desse modo. E que minoria numerosa é essa que enche clubes e bares, todas as noites, em todo o mundo! Além disso, cabe desconfiar das estatísticas: elas não incluem os “enrustidos”, os ocasionais, os circunstanciais, os ativos que afirmam em uníssono: “não somos homossexuais”; e, ainda, no caso da homossexualidade masculina, os atualmente autodenominados HSH, “homens que fazem sexo com homens.

Desse modo, discordamos do termo minoria. Neste trabalho o termo ‘minoria’ foi usado ao fazer citações ou quando surgiu nas falas das pessoas entrevistadas. Fazemos sempre referência ao falar das pessoas LGBTs à asserção ‘população LGBT’, ‘sociedade LGBT’ para contestar, a ancoragem da condição homossexual como minoria. Asseveramos a necessidade de afirmar que há lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, em todas as áreas, profissões, credos, classes, etnias, idades, esportes. A afirmação apenas não pode ser sustentada no caso das travestis, pois em muitas profissões, classes sociais e credos lhes foram negadas o acesso. Nesse grupo social, a exclusão ainda é mais severa e cruel, principalmente se forem negras.

Ninguém questiona a referência heterossexual, o bombardeio orgânico, institucional e generalizado para a heterossexualidade, o desejo, o afeto, o amor heterossexual pode e faz fazer parte dos livros, vídeos e textos pedagógicos. A pessoa e a família heteronormativa têm espaço na leitura didática e literária utilizadas na escola. Palavras como lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti e intersexual são palavras feias, pejorativas, deploráveis,

impróprias para serem pronunciadas diante de crianças e adolescentes, pessoas idosas e respeitáveis. São impróprias também para a escola.

Registramos alguns relatos que a educação sobre a verdade do sexo deveria ser dada, pela família, na direção da heterossexualidade e não pela escola. Aliás, um educador registra não se preocupar com a presença do tema na escola, pois já orientou os filhos em casa, segundo seus princípios religiosos e, ao chegar à escola, ele já sabe o certo. Diante da inclusão do tema, muitas entrevistadas expressaram essa posição.

Mesmo quando existe uma consciência de respeito o conteúdo revela a caracterização da pessoa LGBT como alguém que pertence à categoria do não correto, daquele/a que “pratica aquilo”, que “escolheu isso”:

– Deve respeitar a vontade dela e o professor não deve se intrometer muito, porque a opção sexual dessa pessoa... Procurar Deus não é porque ela optou por uma coisa ou por outra. Não só porque ela optou por isso... (Samara POL 45).

– Se é certo ou errado, quem vai pagar é quem está fazendo isso. Eu não posso julgar as pessoas pelo gosto que elas têm por outras mulheres ou por outros homens. Cada um tem que escolher o que é melhor para si. E se for errado ou não, vai prestar contas é a Deus. Eu tenho que respeitar (Marta POL 32).

Estes relatos revelam a marginalização e os preconceitos existentes em torno da homossexualidade. Aqui, convém ressaltar a aceção de Jorge (2014, p. 24):

A homossexualidade é, por si só, uma subversão: ela não é nem uma inversão – ideia que supõe que haja uma versão correta da sexualidade –, nem uma perversão – noção que inclui a homossexualidade no rol dos associiais, fora da lei, marginais, senão psicopatas –. Ela é subversiva, pois manifesta, em ato, a existência, no ser falante, de uma liberdade absoluta em relação ao natural.

Mesmo que não esteja explícito nas falas, o preconceito aparece, embora exista uma predominância do discurso politicamente correto. Assim, revela a sistemática pronúncia da palavra “respeito” que, com algumas variações, aparece 105 vezes, superando qualquer outra verbalização. Essa menção denota muito mais o fenômeno de defesa que esconde o preconceito, substituindo-o por representações disfarçadas. Segundo Menin (2006), ela sugere a zona muda, definida como:

Espaços de representações que embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de investigação,

pois são consideradas como não adequadas em relação às normas sociais vigentes. Os estereótipos negativos e os preconceitos incluem-se nesta categoria (p. 43).

Portanto, significativas falas em que aparece o termo respeito, revelam, além, o discurso ideológico do politicamente correto, fruto dos conflitos que emergem na contemporaneidade. O discurso do respeito sinaliza para uma posição de verticalidade, pois aquele/a que respeita, tolera. O respeito aparece no sentido de a despeito da sua prática, da sua conduta, apesar de ocupar a posição de status [heterossexual] eu respeito sua existência, pois não foi possível erradicá-la.

– A minha religião não rotula, o que ela fala é para respeitar, conversar, pois é um ser humano qualquer, que está em uma posição.... Hoje, ele tem essa preferência. Amanhã pode não a ter (Natália POL 33).

Os desdobramentos e as consequências dessas crenças e sentidos estão presentes nos relatos como manifestam as entrevistas:

– É importante e positivo, no sentido de diminuir essa discriminação, essa homofobia.... As pessoas passarem a respeitar. Eu sou respeitada porque sou hetero e se não fosse hetero, eu não seria respeitada, mas eu sou a mesma pessoa. A minha integridade é a mesma, independente de qual tendência sexual eu tenha. A tendência sexual não interfere na índole da pessoa (Marília AEE 57).

– Acho que deveria ser tratada de forma que fosse a mais tranquila possível, para que aconteça justamente o contrário do que está aí, que são preconceitos, bloqueios e traumas. Porque a gente sabe que criança quando tem a questão do diferente, vem o *bullying* que acaba traumatizando algumas (Samara POL 45).

– Eu acho a professora do 5º ano bem profissional, ela faz de tudo para que não haja agressão, porque acaba havendo agressão verbal (Sonia POL 39).

– No sentido de a gente não permitir o preconceito. Eu tenho visto, visualizado, dentro da minha sala de aula, preconceito contra o homossexual (pausa) masculino, que é mais visível. O feminino... embora elas sejam muito novas, a gente percebe muito o preconceito (José HIS 53).

– Até porque nós precisamos desmitificar mais esse preconceito. Porque, na verdade, a sociedade cria preconceitos. E sexualidade é um preconceito (Edineide POL 48).

– Deus nos respeita da forma que somos. É uma opção sexual da gente e não quer dizer que estamos em pecado. É uma opção nossa. A falta de Deus é a falta de respeito (Natália POL 33).

Na perspectiva de uma educação não racista, não sexista, não homofóbica, a Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife compreende a importância de o currículo dialogar com o reconhecimento

A existência de Representações Sociais positivas em torno da Diversidade Sexual, mesmo em menor número, reflete uma conquista alcançada pela luta do ativismo LGBT, pela resistência social, política e sexual que incentiva e evidencia a sociedade LGBT quanto a necessidade de lutar pela garantia de direitos em todos os espaços sociais. Esse fato foi ressaltado por Mugny, Quinzade e Tafani *apud* Menin (2006, p. 49) como a perspectiva interacionista que considera:

As normas, crenças e opiniões como plurais, relativas, e, por natureza, mutáveis. Nesse caso, outras entidades podem exercer influência no grupo; como as minorias intragrupo ou exteriores ao grupo (Moscovici, 1996), e isso pode se dever à consistência da minoria na defesa de seu ponto de vista e no seu estilo de negociação; ou seja, na sua capacidade de introduzir um conflito social.

As mudanças de ponto de vista, que vêm produzindo diferentes formas de agir são frutos de espaços conquistados, são resultados das revoluções, insurreições, atos coletivos e individuais que recusaram as regras puídas. Pelas vias da afirmação da diversidade, do desejo, da condição humana podemos visualizar a travessia da invisibilidade para a vida.

– Acho que é respeitar as diferenças. Realmente saber, ter a consciência de que existe essa diversidade e que nem por isso a pessoa ou a criança vai deixar de ser um ser humano. E por ela temos que ter respeito. Como a gente deseja respeito, ela também deseja ser respeitada (Suzy POL 45).

– Existe. Eu acredito que é justamente a partir do conhecimento e de como realmente fazer para que essas crianças se sintam respeitadas, elas se sintam encorajadas a viver como elas são (Samara POL 45).

– Esclarecimento sempre é bom. Certo! Tanto para o docente, quanto para o discente. Assim, alunos e professores só têm a ganhar (Marta POL 32).

– Significa compreender o assunto e discutir com os estudantes. Agora, para isso, a gente tem que começar com o corpo docente, com a gestão da escola, porque tem um livrinho e não se tem tempo para discutir o que está escrito nele (Paty POL 47).

– Diversidade sexual na Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife, eu acredito que é você dar espaço a todas aquelas pessoas, a compreensão da forma de pensar e de agir, perante sua condição sexual, dentro de uma sociedade na qual, hoje, não se pode mais deixar de perceber que cada um tem esse direito e que esse direito deva ser respeitado (Valter POL 47).

A análise dos dados apresentados permanece impregnada de um circunstancial olhar que identifica simbólicos desafios para a efetivação de uma

educação que se comprometa em transformar e erradicar injustiças e preconceitos, mas, que também acena para a representativa e possível transformação da sociedade visando ao reconhecimento da diversidade sexual como expressão de vida. Ressaltamos o que diz Arruda (2002, p. 19):

Se um objeto se presta a representações variadas segundo o grupo que o representa, também a pesquisa pode receber leituras variadas. A transparência é o meio pelo qual se expõe a pesquisa a outras interpretações; todo trabalho de pesquisa é incompleto, e no caso do trabalho interpretativo a questão é de conferir a sua plausibilidade. Não se pode replicar, mas se pode validar o trabalho oferecendo-lhe a chance de receber outras leituras. A transparência dos procedimentos seria um pré-requisito para assegurar o equivalente da verificação no nosso projeto epistemológico.

Que emergjam outras análises, outras buscas, pois “tudo foi dito/ tudo está por dizer/ tudo está por dizer/ no que já foi dito” (Antônio Ramos Rosa). Outros ditos serão reflexos de que o desejo – enquanto sinônimo de mover, de transpor – permanece pulsante na direção da busca por sentidos que fomentem a travessia, o prazer, o afeto e o encontro terapêutico e sagrado com a diversidade. Pois, como a recomendação poética de Teixeira: “é o tempo da travessia, e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi identificar as Representações Sociais de docentes da RMER que promulgam *identidades religiosas* e suas percepções em torno da Diversidade Sexual enquanto Política de Ensino do Recife. Desse modo, em nossa pesquisa, investigamos e analisamos elementos da interface representativa entre a religião e a sexualidade, quanto às tensões provenientes da intolerância religiosa e da educação para diversidade sexual na Rede Municipal de Ensino do Recife (PE).

A reflexão sobre os sentidos que são compartilhados, pelo grupo docente, sobre a diversidade sexual como Política de Ensino do Recife, contribui para compreensão da conjuntura social que envolve conflitos entre grupos religiosos e sujeitos sociais que defendem a educação em sexualidade na perspectiva dos direitos humanos.

Embora, já houvesse familiaridade com a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, no eixo da Educação em Sexualidade, em função da participação em sua elaboração – o que, em certa medida, despertou o desejo de realizar este trabalho –, a revisão documental foi indispensável, pois se trata de outro olhar, um olhar a partir de outro ângulo, de outra participação – do lugar da pesquisa – e esse processo corroborou para direcionar a elaboração das perguntas, das entrevistas e, em suma, da análise dos dados.

Compreendemos a Política de Ensino do Recife, no eixo Diversidade Sexual, como um elemento que vem orientar a prática pedagógica no cotidiano escolar, na direção do reconhecimento identitário plural das sexualidades, o que encontra, justamente por isso, inúmeros desafios em decorrência das Representações Sociais impregnadas nas estruturas sociais, em seus grupos societários, fundidos e alicerçados por aquelas (RS) que compõem nossas subjetividades, resultando nas ancoragens e objetivações da diversidade sexual na categoria do negativo, errado, nocivo.

Consideramos notória a necessidade de revisão da Política de Ensino do Recife, no eixo Diversidade, na Educação em Sexualidade, para aprofundar e apontar alguns conceitos acerca da sexualidade, complementar determinadas questões e propor encaminhamentos para a prática pedagógica, em todas as modalidades de ensino.

Identificar em que medida, a partir das identidades religiosas, as educadoras e educadores percebem, representam, repensam a demanda da Diversidade Sexual como Política de Ensino e como conduzem sua prática diante de tal fato, presente na escola, o que pode sinalizar possíveis caminhos para a resolução dos recorrentes conflitos em torno do objeto desta pesquisa.

A busca das respostas às nossas indagações deriva-se da concepção de que as Representações Sociais funcionam nas estruturas sociais da forma como pronuncia Arruda (p. 10, 2002): “a ciência que é obra da sociedade, assim como a cultura e as religiões (MOSCOVICI, op. cit.), dita pautas de aceitabilidade para a produção dos que com ela convivem e trabalham, pautas que regulam a comunicação entre si”.

Assim, consideramos que as ciências, o grupo de docentes da pesquisa, a escola, a família e as religiões estabelecem sentidos para compreender o mundo e as pessoas e, a partir dessa interação, passam a agir mutuamente. Entretanto, não é função única ancorar, produzir imagens e materialidade aos objetos representados; esses fenômenos reverberam na sociedade, produzem efeitos, alguns excludentes, permanecendo inalterável a plausibilidade da revisão, alteração e transformação dessas ancoragens e objetivações.

O objetivo das RS não é apenas descrever, mas, sobretudo, o de revisitar conceitos, promover mudanças, aquelas que promovem a democracia e a dignidade humana, que contestam as injustiças sociais (MOSCOVICI, 2003).

Discorrer em torno dos conceitos sobre sexualidade e sua implicada relação com a religião contribuiu para a compreensão de como as RS foram construídas, asseguradas e/ou contestadas em permanentes processos comunicativos na tônica da transgressão, movidos pela energia do desejo.

É evidente, na análise dos dados, que as Representações Sociais abrigam nossas contradições e incoerências. Mesmo quando a linguagem caminha pela perspectiva do acolhimento da Diversidade Sexual e sua relevância, enquanto Política de Ensino, da Rede Municipal de Educação do Recife, há resquício da ideia central de algo errado sendo praticado.

As menções “apesar de”, “mas”, “escolheu seguir por esse caminho”, “fez a opção disso” etc., são recorrentes e vêm acompanhadas da palavra

respeito que é mencionada mais de cem vezes na sequência total dos áudios da pesquisa.

A partir da Análise de Conteúdo pudemos perceber que esse *respeito*, vem verticalizado, no sentido de suportar, como já citado, um respeito a despeito do erro. Denotando mudança na forma de lidar com a diversidade sexual, pressupondo um controle da agressividade, da violência e da linguagem, no entanto não representa uma mudança na forma de reconhecer a diversidade sexual como algo negativo. Constatamos que a forma de ver e enxergar a diversidade sexual ficam preservados nos campos de defesa, encoberta pelo discurso politicamente correto.

Outra conclusão importante é o da evidência do reconhecimento da homossexualidade de forma muito restrita apenas no grupo de discente, na narrativa do grupo discente. Quando o *direito* aparece, em um número muito restrito, em primeiro lugar vinculado ao estudante, neste ponto não se faz referência explícita ao/à docente LGBT. Nesses casos, o homossexual (masculino/aluno) é visto como detentor do direito de estudar e ser respeitado na escola; em segundo lugar, aparece como pertinente ao grupo de estudantes o *direito de estudar, saber, conhecer* sobre a diversidade sexual na escola, como processo formativo, contribuindo principalmente para *aceitar a homossexualidade* e reduzir as *agressões* entre estudantes.

Tal aspecto torna-se relevante ser considerado, ao nos alertar que precisamos olhar e questionar: não há LGBT docentes nas escolas? Ou o silenciamentos da identidade sexual, aliado ao acordo consensual “eu não declaro e você não questiona ou finge não ver” para garantir a sustentação dos “armários”, tem colaborado para essa invisibilidade da sexualidade de docentes LGBT?

O que revela a análise das repostas diante dos casos é que, para além do discurso correto, permanece o preconceito, a discriminação, a rejeição à diversidade sexual. A importância dessa constatação é tornar visível o problema. Assim, expostas as Representações Sociais negativas, elas podem ser refletidas, contestadas e modificadas.

Declaramos apropriadas as recomendações de Edgar Morin (2003, p. 98): “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo

e redutor por um pensamento complexo”, que compreenda a sexualidade e a vida como “o que é tecido” e não obediente a formas rígidas.

Embora, as narrativas apresentem Representações Sociais negativas em torno da Diversidade Sexual como Política de Ensino, é visível que, no momento atual, as ações de dominação e normatização dos indivíduos estão sendo questionadas, refletidas e, até certo ponto, reformuladas, em grande parte em função das reações de resistência e das ações propositivas e afirmativas das plurais identidades de gênero e orientação do desejo. As revoluções sociais no campo racial, feminista e LGBT, entre outros, vêm desautorizando as estruturas sociais de excluírem as diversas formas identitárias.

Mesmo diante de um número bastante limitado no uso da palavra respeito, nas entrevistas, no sentido de igualdade, legitimidade, alteridade e paridade, representa o prenúncio de novas ancoragens que situam a diversidade sexual como algo detentor de direito e respeito, intrínsecos à condição humana.

A afirmativa da importância da temática na escola chama a atenção pela frequência de 63 verbalizações, declarando ser necessária a formação para docentes e a presença da temática, na escola. Isso aponta para duas conclusões, em primeiro lugar, se há uma alta aprovação da educação em sexualidade em paralelo à acentuada rejeição em falar da Diversidade Sexual podemos concluir que a direção aceita para os processos educacionais em sexualidade aprovada segue na direção da heterossexualidade.

Em segundo lugar, observamos que mesmo no grupo que se posiciona contra a homossexualidade, identificamos um discurso contrário à violência e à educação, no sentido de combater e reduzir a agressão e o assassinato de LGBT. Também houve as afirmações positivas, considerando que as homossexualidades fazem parte da diversidade humana e é direito ter acesso a esse conhecimento.

A presença ainda que reduzida de docentes que compartilham Representações Sociais positivas diante a Diversidade Sexual faz acreditar que será possível outra ordem, pois, essa concepção aparece na prática docente, tece novas ancoragens, cuja tônica guia para o respeito e para a superação da homofobia pelas futuras gerações.

Das apreensões adquiridas pela pesquisa sobre a diversidade sexual como Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife, a observação de maior relevância consiste em que uma das bases de sustentação do preconceito está na deficiência da formação inicial e na falta de ênfase e sistemática na formação continuada, gerando o desconhecimento docente sobre a sexualidade e a Política de Ensino em Educação em Sexualidade, imperando, desse modo, as crenças e valores, prioritariamente, religiosos, disseminadas pelo senso comum, que por sua vez vem carregado de preconceitos. Os saberes podem dialogar em busca de justiça social e respeito a diversidade.

Os saberes do universo consensual permeiam as concepções docentes no campo da sexualidade, porém estamos perante o exercício da docência, da prática pedagógica formal, nela o conhecimento reificado, construído em torno da sexualidade, produzido nas Ciências Sociais recentes, precisam ser refletido e revisitado pelo GOM. É notório que o conhecimento religioso é, com frequência, considerado absoluto e inquestionável, e nisso reside um grande risco que pode culminar na alienação ou no fundamentalismo.

Para o campo epistemológico das Ciências da Religião, esperamos que este trabalho colabore para inspirar outras pesquisas com a interface da religião e sexualidade, na perspectiva de fomentar o debate para produção de conhecimentos que promovam a desconstrução dos sistemas opressores e da construção de relações de gênero equânimes e da diversidade sexual como expressão legítima do desejo, tanto quanto, da heterossexualidade.

Temos a assertiva esperança na criação de representações sociais justas que respeitem a diversidade humana, uma vez que elas são possíveis ao lado da crença religiosa, pois a cultura, a sexualidade, a escola, a religião e as relações humanas *estão abertas e em permanente construção*. Neste fenômeno em transição abriga a irreparável representação da vida, *do Ser-Devir!*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p. Disponível EM:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977.pdf>> Acesso em: 07/06/2017.

AIELLO, Tânia Maria José. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de Representações Sociais: projeção e transicionalidade – Vaisberg. **Revista Psicologia USP** - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, v.6, n. 2, p.103-127, 1995. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34524>> Acesso em 06/07/2017.

ALEPE. Disponível em:< <http://www.alepe.pe.gov.br/2015/06/12/plano-de-educacao-cleiton-collins-volta-a-criticar-pontos-do-projeto/> Acesso em: 12/03/2016.

AMAZONAS, Patricia Bleuel. **Trabalho... É a condição do ser humano na terra** : relações entre as representações sociais do trabalho e os processos de subjetivação / Patrícia Bleuel Amazonas. – Recife: O Autor, 2010. 117 folhas.

ÂMBITO JURÍDICO. Disponível em:< http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2559> Acesso em:23/05/2017.

ARAGÃO, Gilbraz. **Direitos (e deveres) das outras sexualidades**. Blog Estudos de Religião. Universidade Católica De Pernambuco -2013 Disponível em Acesso:< <http://estudosdereligiao.blogspot.com.br/2013/05/direitos-e-deveres-das-outras.html>> Acesso em:05/09/2016.

_____. Encruzilhada dos Estudos de Religião no Brasil. In: Dossiê: tradições religiosas abraâmicas e a questão da intolerância. **Revista de Teologia e Ciências da Religião. Universidade Católica De Pernambuco** -2015, p. 319-337

_____. Ciências da Religião na UNICAP. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**. Juiz de Fora, ano 15, n. 2 (jul-dez 2012): p.271-294 Disponível em: <<https://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/download/1802/1447>> Acesso: 21/04/2016.

_____. Culturas e religiões em diálogo a partir de Juan Luis Segundo. **REVER - Revista de Estudos da Religião**. v. 16, p. 34-49, 2016. Disponível em:<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/28431/19990> Acesso em: 20/06/2017.

ARAÚJO, Bernadina; MEDEIROS, Leila Vieira; NOVENA, Nadia Patrícia (Orgs.). **Sexualidade e gênero: construções na diversidade cultural e nas práticas educativas**. Recife: Libertas, 2010. 296p.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 375p.

ARRUDA, Ângela. As representações sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDIJFSC, Especial Temática, 2002. 09-23p. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/download/25810/22597>> Acesso em: 04/07/2017.

BARDIN, Laurence. *Análise De Conteúdo* / Laurence Bardin. Tradução Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual/ Berenice Bento - (Sexualidade, gênero e sociedade) - Rio de Janeiro: Garamond. 2006. 256p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** / Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Miceli. (Coleção estudos; 20/ dirigida por J. Guinsburg) – 6. Ed. - São Paulo: perspectiva, 2005. 371p.

BORRILLO, Daniel, Dossiê Concepções Conservadoras e autoritarismo. A especificidade da homofobia. **Revista Escrita da História**, ano I, vol. 1, abr./set. 2014. p.09-23 Disponível em <<http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/escritadahistoria/article/view/10/15>>. Acesso: 03/06/2017.

_____. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 141 p.

BRASIL.ELPAIS. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/13/internacional/1494703067_140518.html> Acesso em:23/05/2017.

BRASIL.ELPAIS. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/08/internacional/1486572845_075366.html> Acesso em:23/05/2017.

BRASIL.ELPAIS. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/29/internacional/1493494657_943625.html> Acesso em:23/05/2017.

BRASIL.ELPAIS. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/15/internacional/1434366843_732742.html> Acesso em:23/05/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em:13/09/2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar**. Brasília: INEP, 2009. 355p. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf> Acesso em 07/07/2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. ed. Brasília: MEX, 1996. 65p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 20/06/2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ / Secretaria de Educação Fundamental.

Brasília: MEC-SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 20/06/2017.

BRASIL SEM HOMOFOBIA: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / orgs.: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vanarousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-direitos-humanos/brasil-sem-homofobia-programa-de-combate-a-violencia-e-a-discriminacao-contra-lgbt-e-de-promocao-da-cidadania-homossexual/view>> Acesso em: 06/07/2017.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. [Organização Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcellos J. (Coleção sociologia e religião; 2)- São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. 197p. Disponível em: < <https://portalconservador.com/livros/Peter-Berger-Dossel-Sagrado.pdf>> Acesso em 05/07/2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Encontro 2 ... (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.151-172 Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110> Acesso em: 18/08/2016.

BUENDÍA. Josefa. **Gênero e religião: dimensão política da transgressão**. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião**: sobre um campo em constituição. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 115-132.

BUSIN. Valéria Melki; OROZCO, Yuri Puello, Apresentação. In: **Religião em diálogo**: violência contra as mulheres. OROZCO, Yuri Puello (Org.). São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009. 142p.

CID. Código Internacional de Doenças. Disponível em:<<http://www.cid-10.org/grupos/transtornos-da-personalidade-e-do-comportamento-do-adulto>> Acesso em: 11/08/2017.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade; GOUVEIA, Regina Bezerra de. **Interposições religiosas cristãs frente à educação em sexualidade como Política de Ensino da rede municipal do Recife**. Paraíba. 2016. v. 1, 2016. Disponível em <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/resumo.php?idtrabalho=273>>. Acesso: 20/09/2016.

CAETANO. Marcio, Masculinidades, androcentrismo e heteronormatividade em experiências escolares. In: **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação** [recurso eletrônico] / Fabiane Ferreira da Silva, Elena Maria Billig Mello (orgs.). – Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. 182p.:

CAMPELLO, Lucia Bahia Barreto. **As representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras da rede municipal de ensino do**

Recife e suas relações com a formação continuada / Lucia Bahia Barreto Campello. – Recife: O autor, 2015.

CITELI, Maria Tereza. Desafios para um campo de ação: gênero, feminismo e religião. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 247-260.

COLLARES-DA-ROCHA, Julio Cesar Cruz. FILHO, Edson Alves de Souza. Representação social do pecado segundo grupos religiosos. **Psicologia e Sociedade** – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014. P. 235-244.

COUTINHO. Henrique Guimarães; GUIMARÃES. Carlos Augusto; SANT'ANNA. Fernandes Cirene. **Desigualdade educacional e pobreza no Nordeste. Recife**: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015. p.

DIDONE, André Rubens. **A influência das ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas na formação do direito brasileiro do primeiro império**. Buenos Aires: Universidade do Museu Social Argentino, 2006. Disponível em: < <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/292/2/tese%20doutorado%20Prof%20Didone.pdf>> Acessado em: 28/06/2017.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Desejo à diferença – À guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de (Orgs.). **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. 1. ed.- Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p.07-15.

DUVEEN, Gerard. Introdução – O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003. 410p.

ENDJISO, Dag Oistein. **Sexo e religião: do baile de virgem ao sexo sagrado homossexual**. São Paulo: Geração Editorial, 2014. 376p.

FARR, Robert M, Representação social: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representação social**. Prefácio Serge Moscovici. 2. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes 1995. 329p.

FERREIRA, Nadiá Paulo. O desejo é o destino. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antônio Coutinho (Orgs). **As homossexualidades na Psicanálise: a história de sua despatologização**. São Paulo: Segmento Farma, 2013. 392p.

FONE, Bryne. Homophobia: A History Publisher: Metropolitan Books New York –Hardcover, 2000. 480p.

FREUD, Sigmund. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outro trabalhos**. Tradução Inglesa: James Strachey. Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. V.XXII 1933. 257 p. Disponível em:< <http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-22-1932-1936.pdf>> Acesso em 12/01/2017).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências; v. n. 15). 1984.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências; v. n. 15). 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13.Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-saber.pdf> acesso em 06/07/2017.

FLEURI, Reinaldo Matias et al (Orgs.) **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: Edifurb, 2013. 232 p.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa** / trad. Sandra Netz. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 316p.

HUNT, Mary E. Religião e violência contra a mulher: diferentes causas, compromisso comum. In: **Religião em diálogo: violência contra as mulheres**. OROZCO, Yuri Puello (Org.). São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009. 142p.

JESUS, Beto e outros. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. CORSA/ECOS, 2008. Disponível em <<https://moodle.uerj.unasus.gov.br/aimoodle/cursos/lgbt02/unidade01/livro02/04.php>>. Acesso: 31/08/2016.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Tradução, Lilian Ulup. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

JORGE, Marco Antônio Coutinho Jorge. O real e o sexual: do inominável ao pré-conceito. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antônio Coutinho (Orgs). **As homossexualidades na Psicanálise: a história de sua despatologização**. São Paulo: Segmento Farma, 2013. 392p.

JURKEWICZ, Regina Soares. **Quem controla as mulheres: direitos reprodutivos e fundamentalismo religioso na América Latina**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011. 184p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário. In: In: **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação** [recurso eletrônico] / Fabiane Ferreira da Silva, Elena Maria Billig Mello (orgs.). – Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. 182p.

GDE -Curso Gênero e Diversidade na Escola - Curso de Aperfeiçoamento Semipresencial – Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife – PE. 2014.

GÉLEDES. <<http://www.geledes.org.br/reforma-do-ensino-medio-e-aprovada-no-senado/?gclid=CPzlyd78ldMCFRIHhgodaFYErg#gs.726KZ2U>> Acesso: 08 abr 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre; GUIMARÃES, Aline Rodrigues; MACEDO Christiane Garcia, **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais: reflexões a partir de uma experiência em sala de aula.** Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. 182 p

GOUVEIA, Regina Bezerra de. **Reincidentes conflitos entre sexualidade e religião: caminhos para desmontar preconceitos e a intolerância religiosa.** III Congresso Nordeste de Ciências da Religião e Teologia - GT 13 - Gênero, Religião e Espiritualidades, UNICAP. Recife: Pernambuco, 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em representação social. Prefácio Serge Moscovici. 2. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes 1995. 329p.

GUIMARÃES, Valtemir Ramos; JÚNIOR, João Luiz Correia. O fundamentalismo bíblico e suas consequências pastorais. NGE – Nacional Gráfica e Editora. 2015. 96p.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana** - Danças, piruetas e mascaradas. Alfredo Veiga-Neto (tradução). Autêntica Editora. 5. Ed, Belo Horizonte: Minas Gerais – 2013. 203p.

LEONARDI, Paula. GD: campo de estudos de gênero e religião: avanços, tensões e desafios. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição.** Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.283 – 290.

LIONÇO, T. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs). Brasília: Letras Livres; Ed. da UnB, 2009. 196p. Disponível em:<http://www.sxpolitics.org/pt/wpcontent/uploads/2009/05/homofobia_e_educacao.pdf> Acesso: 07/07/2017.

PESSOA DE LIRA, Lilian Conceição da Silva. **Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro ilê àșe yemojá omi olodò e “o acolhimento que alimenta a ancestralidade”** São Leopoldo: EST/PPG, 2014. 244p.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 176p. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110> Acesso em 07/06/2017.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184p.

_____. **Um Corpo Estranho: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer.** 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 90p.

MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLLO, Fernanda Delvalhas. (Orgs). **Religião e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 268p.

MARQUES, L. R. M. Protagonismo escolar em diversidade, diferenças e direitos. In: SCOTT, P; LEWIS, L; QUADROS, M. T. (Orgs.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação**: interpretações e reflexões para formação docente. Recife: Ed. Universitária, 2009. 201p.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Representação Social e estereótipo: a zona muda das Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** - Jan-Abr. 2006, vol. 22 n. 1, p. 043-052

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann et al. **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 192p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representação social**. Prefácio Serge Moscovici. 2. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes 1995. 329p.

MOURA, Maria Eliete Batista. **Anais da IX Jornada Internacional sobre Representações Sociais JIRS e VII Conferência Brasileira sobre Representações Sociais CBRS** / Maria Eliete Batista Moura; Angela Maria Silva Arruda; Luiz Fernando Rangel Tura (Organizadores). Teresina: Centro Universitário - UNINOVAFAPI, 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 128 p. Disponível em: <<http://www.uesb.br/labtece/artigos/A%20Cabe%C3%A7a%20Bem-feita.pdf>> acessado em 10/08/2017.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003. 410p.

MUJICA, Jaris. Os grupos conservadores na América Latina. Transformações, crise, estratégias. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). **Quem controla as mulheres**: direitos reprodutivos e fundamentalismo religioso na América Latina. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011. p. 87 – 100.

NATIVIDADE, Marcelo. Desejo à diferença – À guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de (Orgs.). **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. 1. ed.- Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 304p.

NATIVIDADE, Marcelo. OLIVEIRA, Leandro de. **Sexualidades ameaçadoras**: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. n. 2, 2009, p.121-161. Disponível em <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/0>>. Acesso: 20 ago 2016.

NOVENA, N. P. **A sexualidade na organização escolar**: narrativas do silêncio. Recife: EDUPE, 2011. 216p.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 13-34.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

OROZCO, Yuri Puello (Org.). **Religião em diálogo**: violência contra as mulheres. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009. 142p.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: Ed. da UECE, 2007. 300p.

PAOLIELLO, Gilda, A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antônio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: a história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013. 392p.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. 706p.

PEREIRA, Nancy Cardoso. **Palavras – se feitas de carne**: leitura feminista crítica dos fundamentalismos / Rosângela Borges (org.) – São Paulo: Católica pelo Direito de dDecidir, 2003. 62p.

PEREIRA DE SÁ, Celso. **A construção do objeto de pesquisa em Representação Social**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998.110p.

PICH, Roberto Hofmeister. Religião como forma de conhecimento. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. 706 p.

PONDÉ, Luiz Felipe. Religião e ética. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. 706p.

PRAGMATISMO POLITICO. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/02/pastor-justifica-abuso-contra-a-propria-filha-era-so-pra-saber-que-era-virgem.html>> Acesso em:23/05/2017.

QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antônio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na Psicanálise**: a história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013. 392p.

RECIFE. Disponível em:< <http://www.recife.pe.leg.br/noticias/camara-aprova-plano-de-educacao/> Acesso em: 19/06/2016.

RECIFE. Secretaria de Educação Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: subsídios para atualização da organização curricular. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). 2. ed. Recife: Secretaria de Educação, 2014. (Caderno 1)

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de ensino: educação de jovens e adultos/** organização: Élia de Fátima Lopes Maçaira, Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza. – Recife: Secretaria de Educação, 2015. p. 236

RIBEIRO, Marcos. **Mamãe, como eu nasci?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002. 45p.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: STIMPSON, Catherine; PERSON, Ethel Spector (Orgs.). **Women, sex and sexuality.** Chicago: Chicago University Press, 1980. p. 631-660. Disponível em: < <https://blogs.baruch.cuny.edu/womenwriters/files/2016/08/Compulsory-Heterosexuality-and-Lesbian-Existence.pdf>> Acesso em:07/07/2017.

ROSADO, Maria José. **Gênero, feminismo e religião:** sobre um campo em constituição. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 320p.

SÁ, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais / Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, jul/dez 1990. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf > Acesso: 06/07/2017.

SCOTT, Parry. **Gênero, diversidade e desigualdade na educação:** interpretações e reflexões para formação docente / organizadoras Parry Scott, Liana Lewis, Marion Teodósio de Quadros. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 201p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 133p.

SIMÕES, Júlio Assis; FACHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p.

SOUZA, Nicodemos Felipe de; CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Pistas para a compreensão da homofobia no cristianismo: uma discussão a partir de Daniel Borrillo. In: SILVA, Anaxswell Fernando; LOPES JÚNIOR, Orivaldo Pimentel; LUIZ, Ronaldo Robson. (Orgs.). **Mythos-logos:** uma epistemologia dos estudos da religião. Curitiba: CRV, 2011. p. 129-142.

STREY, Marlene Neves; LYRA, Ângela Villachan; XIMENES, Lavínia de Melo (Orgs.). **Gênero e questões culturais:** a vida de mulheres e homens na cultura. Recife: Ed. da UFPE, 2002. 222p.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2010. 287p.

TEIXEIRA, Faustino. **O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio.** Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/596/623>>. Acesso: 24 ago 2016.

TEZANI, T. C. R. **As interfaces da pesquisa etnográfica na educação**. São Paulo: Editora, 2004. Disponível em:<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1237/1050>>Acesso: 05/07/2017.

VAGGIONE. Juan Marco. A religião e a política no tempo dos direitos sexuais e reprodutivos. In: ROSADO, Maria José. **Gê nero, feminismo e religião**: sobre um campo em constituição. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.71-90.

VAINFAS. Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2014. 448p.

VERONESE, Marília Veríssimo, GUARESCHI. Pedrinho A., (orgs.) **Psicologia do cotidiano**: representação social. (Coleção Psicologia). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 314p.

UNA-SUS/UERJ. Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / curso - oferta 2. Ambientes Virtuais de Aprendizagem da UNA-SUS/UERJ. 2015.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. 53p.

ANEXOS**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o(s) setor(es) da **Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Educadores Professor Paulo Freire**, desta Instituição, para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado **RELIGIÃO E SEXUALIDADE: interfaces da intolerância religiosa na educação para a Diversidade Sexual na Rede Municipal de Ensino do Recife**, sob a responsabilidade do Professor/Pesquisador Newton Darwin de Andrade Cabral do Curso de Ciências da Religião, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Recife, 07 de outubro de 2016.

NEWTON DARWIN DE ANDRADE CABRAL

CPF 028 147 438 99

81 2119 4022

E-mail: newton@unicap.br; newtondeandradecabral@gmail.com

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), na pesquisa intitulada **RELIGIÃO E SEXUALIDADE**: interfaces da intolerância religiosa para a Diversidade Sexual na Rede Municipal de Ensino do Recife, cujo principal objetivo é investigar a interface representativa entre as crenças religiosas e a intolerância diante do reconhecimento da diversidade sexual na Política de Ensino do Recife, mostrando como docentes interpretam a Educação em Sexualidade a partir da sua experiência religiosa.

O estudo é realizado pela Prof.^a Regina Bezerra de Gouveia, Mestranda em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.

A metodologia para obtenção de dados para a pesquisa consistirá em ouvir, gravar e registrar, para posterior análise, os relatos das voluntárias sobre os seguintes temas: implementação da Política de Ensino; significados atribuídos à diversidade sexual; representações projetivas da prática pedagógica diante da presença de LGBTs na escola.

O pesquisador garante que os riscos são apenas de desconforto subjetivo para os participantes da pesquisa; assim, afirma pretender, com ela, apenas e tão somente obter subsídios acadêmicos, os quais poderão servir de apoio para estudiosos de fenômenos religiosos semelhantes aos analisados acerca da religião e sexualidade e suas interfaces com a intolerância religiosa.

Cada participante tem a garantia de que, em qualquer etapa do estudo, terá acesso ao pesquisador responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas, tanto diretamente, pelo fone 81 997272414, quanto através do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP, pelo telefone da Coordenação Geral de Pesquisa (81 2119 4375 ou 81 2119 4376). É possível apresentar recursos ou reclamações através dos telefones supracitados, ou dirigindo-se ao Comitê de Ética em Pesquisa – Coordenação Geral de Pesquisa – Universidade Católica de Pernambuco – Rua do Príncipe, 526 – Boa Vista – CEP 50050-900 – Recife – PE. Também se pode recorrer à correspondência eletrônica, através do e-mail pesquisa@unicap.br. As instâncias acima citadas encaminharão quaisquer procedimentos julgados necessários.

É garantida, a qualquer momento, a liberdade da retirada do presente consentimento e a consequente exclusão do estudo. Não há nenhum tipo de compensação financeira relacionada à participação dos depoentes.

Assim sendo, declaro que obtive todas as informações necessárias para poder decidir, de forma livre e esclarecida, sobre a minha participação na referida pesquisa.

Recife, ____ de _____ 20__.

Assinatura do Participante
RG:

Assinatura do Pesquisador
RG: 4685523 SDP PE

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA

RELIGIÃO E SEXUALIDADE: INTERFACES DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA
 NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL NA REDE MUNICIPAL DE
 ENSINO DO RECIFE

Coordenador: Prof. Dr. Newton Pereira Cabral

1 – DADOS DA ENTREVISTADORA

Nome Completo: Regina Bezerra de Gouveia

Fone: 81.997272414

E-Mail: reginagouveia@outlook.com

Título da investigação: RELIGIÃO E SEXUALIDADE: INTERFACES DA
 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE
 SEXUAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

2. PERFIL DO PROFESSOR OU PROFESSORA

1. Dados de identificação: Número: _____

Nome: _____

Idade: _____ Cor: _____ Estado civil: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Gênero: masc. () fem. () transexual () outros _____

Orientação Sexual: () Bissexual () Homossexual () Heterossexual

Religião: Protestante () Evangélica () Católica () Candomblé () Umbanda ()

Jurema () Espírita () Agnóstico ou Ateu/a () Sem religião ()

Denominação: _____

Trajectoria religiosa: Familiar () Independente () Outro: _____

Tempo de pertencimento da atual religião: _____

2. Formação acadêmica:

Ensino Médio () Superior incompleto () Superior completo ()

Graduação em: _____

Data da conclusão: _____

Pós-graduação? Sim () Não () Nível: Especialização () Mestrado () Doutorado ()

Área _____ Instituição: _____

Ano: _____

3. Atuação Profissional:

Rede de ensino: Municipal () Estadual () Privada () Vínculo: Efetivo () Contratado ()

Ano/Etapa/Modalidade: _____

Disciplina(s): _____

Instituição que trabalha: _____

Tempo que leciona na instituição: _____ Tempo de atuação profissional: _____

4. Formação Pedagógica na Área da Educação em Sexualidade

Participou de alguma formação em Sexualidade? _____ Onde? _____

Qual a carga horária? _____ Quantas vezes? _____ Já debateu sobre esse tema no espaço/amiga/o ou em algum grupo religiosos? _____

Já leu algo sobre formação em Sexualidade? _____ Acha necessária a formação nesse tema: _____ Por quê?

Conhece a Política de Ensino de Recife frente à Educação em Sexualidade? _____

5. Telefone para contato _____ e-mail: _____

ENTREVISTA

1. Para você, o que significa **Diversidade sexual na Política de Ensino de Recife**?

2. Você percebe questões relacionadas com a **Diversidade sexual** presentes na escola? Como lida com essas situações?

3. Você encontra dificuldades para planejar as aulas de acordo com a **Política de Ensino** nesta questão da sexualidade? Por quê?

4. Segundo sua crença religiosa, você identifica riscos em ter na **Política de Ensino** o tema da **Diversidade sexual**? Quais?

5. Em sua opinião o/a Docente perde ou ganha com a presença da Educação em **Diversidade sexual** na Política de Ensino? O que?

6. Na sua compreensão estudantes perdem ou ganham com a Diversidade sexual, como Política de Ensino? O quê?

7. A Educação em Sexualidade, no eixo Diversidade Sexual para Educação Básica, apresenta, como Objetivos de Aprendizagem:

Compreender que umas pessoas podem ter interesse amoroso/sexual por pessoas do sexo oposto (heterossexuais); outras, por pessoas do mesmo sexo (homossexuais), ou por pessoas dos dois sexos (bissexuais); (**Política de Ensino**, 2015, p. 61). Você concorda com esse item? Por quê?

8. O que você pensa a respeito do caso de Andresa, estudante do 7º ano, que namora Beatriz, aluna do 8º ano? Andresa assumiu abertamente isso na sala de aula entre as amigas. O professor Mauro ouviu e aconselhou ela a procurar Deus. Você concorda com ele? Justifique.

9. Jonas, estudante do 9º ano, família muito religiosa, sempre foi muito bom aluno, mas agora tem apresentado um comportamento diferente. Fica muito perto de Danilo, amigo de sala. A professora Carlota mandou Jonas falar com a diretora porque percebeu que ele fez um carinho no braço de Danilo, no pátio da escola. Danilo reagiu respondendo que isso não era nada demais porque os dois estão “ficando”. A professora falou que iria chamar a família, porque dois meninos namorando é errado e a família precisa saber. Carlota está certa? O que você faria neste caso?

10. A Educação em Sexualidade, no eixo Diversidade Sexual para Educação Básica, apresenta, como Objetivos de Aprendizagem:

Desmistificar a homossexualidade, a bissexualidade, a travestilidade e a transexualidade, como sendo patologia, doença, perversão ou anormalidade; (**Política de Ensino**, 2015, p. 61) Como você percebe esse item? Teria dificuldade para aceitar? Por quê?

11. Como é considerada a homossexualidade na sua religião? Isso influencia sua atuação profissional? Por quê?

4 - DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: Representação Social

Data da entrevista:

Horário de início:

Horário de término:

Muito grata pela participação!
Regina Gouveia - reginagouveia@outlook.com